

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

*Ela Se Juntou
Com Um Cara!*

Um estudo sobre Casamento de Crianças no Brasil,
Comunicação e Direitos Humanos

Acadêmica: Vitória Brito Santos

Orientadora: Profa. Dra. Saraí Patricia Schmidt



UNIVERSIDADE FEEVALE
UNIDADE ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

VITÓRIA BRITO SANTOS

ELA SE JUNTOU COM UM CARA!
UM ESTUDO SOBRE *CASAMENTO DE CRIANÇAS* NO BRASIL, COMUNICAÇÃO
E DIREITOS HUMANOS

NOVO HAMBURGO

2017

Vitória Brito Santos

ELA SE JUNTOU COM UM CARA!

Um estudo sobre *Casamento de Crianças* no Brasil, Comunicação e Direitos Humanos

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale – FEEVALE.

Orientadora: Profa. Dra. Saraí Patrícia Schmidt

Novo Hamburgo

2017

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Santos, Vitória Brito.

Ela se juntou com um cara! : um estudo sobre casamento de crianças no Brasil, comunicação e direitos humanos / Vitória Brito Santos. – 2017.

176 f. il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2017.

Inclui bibliografia e apêndice.

“Orientadora: Profa. Dra. Saraí Patrícia Schmidt”.

1. Casamento – Crianças - Brasil. 2. Comunicação. 3. Direitos humanos. 4. Pobreza. 5. Infância. I. Título.

CDU 304-053.2

Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

Vitória Brito Santos

ELA SE JUNTOU COM UM CARA!

Um estudo sobre *Casamento de Crianças* no Brasil, Comunicação e Direitos Humanos

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale – FEEVALE.

Aprovada em 7 dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Saraí Patrícia Schmidt – Universidade Feevale (FEEVALE)

Professora Dra. Dinorá Tereza Zuchetti – Universidade Feevale (FEEVALE)

Professora Dra. Gilka Girardelli – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*Para o meu mano **Ramon**, sinto saudades.*

AGRADECIMENTOS

A vida... essa montanha russa emocional...

Ao longo desse texto, aqui apresentado em formato de Dissertação, além de falar sobre um tema tão caro para lembrar momentos da minha vida – fazer pesquisa também é um processo de crescimento pessoal –, e não poderia começar esses agradecimentos sem lembrar o motivo de estar escrevendo isso hoje:

minha amada mãe, Urana [*in memoriam*], que me ensinou o gosto pela educação, a paixão por ensinar, o apreço pela leitura e, principalmente, a alegria de sorrir.

Foram os sorrisos compartilhados comigo que me ajudaram a chegar até aqui, agradeço:

ao meu querido pai Sergio, obrigada por todas as canecas de chá e café, por me fazer lembrar que nada é contínuo e que para ter o final feliz é só seguir em frente;

ao meu amigo e irmão Ramon [*in memoriam*], pelo amor, respeito e companheirismo ao longo desses 26 anos, por me oportunizar ter sido a melhor irmã caçula do mundo;

à minha cunhadinha e amiga Manoela, por ser uma parte importante da minha pequena família, pelo carinho e empenho em me ajudar em cada momento – já são 17 anos de história;

ao meu tão amado sobrinho e afilhado Samuel, que me ensinou como o amor é puro e como cada momento da vida pode ser único, poderia montar um livro com as suas pérolas;

ao meu (n)amor(ado) e amigo Leonardo, pela paciência em todos os momentos de ausência, em todos os períodos de leitura, de agitação, de tristeza e de angústia, obrigada por fazer parte desse meu mundo *geek*, por compartilhar comigo cada alegria e cada tropeço – *te amo amo*;

ao meu amor e minhas amoras, Júnior, Maytê e Renata, a vida não teria sentido sem amizades belas e verdadeiras, obrigada por todos os momentos de alegria, pelas leituras atentas e principalmente por estarem sempre aí – amo vocês;

aos amigos queridos do grupo de estudos Criança na Mídia, em especial,
Janaina, Marina, Robson e Tiago,
tudo é mais fácil quando temos com quem compartilhar;

aos amad@s Júlia e Alisson, bolsistas de IC da minha orientadora,
que tornaram os meus dias na Feevale mais alegres e coloridos;

à minha melhor amiga que mesmo longe (geograficamente) torce e comemora comigo cada momento, Aline, cada mensagem de *whats* renova as energias, amo-a;

ao grupo de Pesquisa Processocom e à Rede AMLAT, pelas trocas e pelo conhecimento, principalmente aos professores Efendy, Jiani e Alberto, por terem me acolhido ao longo desses últimos 6 anos;

aos professores do PPGDCIS da Universidade Feevale,
pelas aulas e pelos momentos de aprendizado;

aos colegas de Mestrado, da turma de 2016/1, por cada momento compartilhado;

aos 36 alunos da disciplina de Mídia e Cultura de 2016/2 do Curso de Comunicação Social
da Universidade Feevale, que me auxiliaram na construção desse trabalho,
foram ótimas noites de quarta-feira;

às professoras Dinorá Zuchetti e Gilka Girardelli, integrantes da minha banca de qualificação,
pelo incentivo, apoio, carinho e reflexão na construção dessa pesquisa;

à Capes por ter oportunizado esse estudo, na forma de financiamento da minha educação;

ao instituto Promundo e à Plan International por terem iniciado e dado visibilidade
a um assunto tão importante quanto esse;

aos grupos de pessoas dos locais em que renovo minhas energias e a
Deus pela oportunidade de aprender;

e por último, mas não menos importante, porque começo agradecendo
à uma mulher que admiro e termino agradecendo a uma nova fonte de admiração,
minha querida orientadora Saraí, que tive a honra de conhecer nesses dois anos e que abraçou
minha ideia e a mim de forma tão carinhosa, meu Muito Obrigada.

“O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, invisíveis.

O mundo é salvo pelo avesso da importância.

Pelo antônimo da evidência.

O mundo é salvo por um olhar.

Que envolve e afaga. Abarca. Resgata. Reconhece. Salva. Inclui”

(Eliane Brum – A vida que ninguém vê)

RESUMO

Alicerçada sob a temática do *Casamento de Crianças no Brasil*, a investigação buscou compreender como e de que forma ele ocorre no país, tendo como objetivo central refletir sobre a forma pela qual estudantes de comunicação entendem a temática e as demais problemáticas que a circundam. Para dar conta das especificidades do tema estudado, a pesquisa foi embasada em três marcos teóricos principais: *Pobreza*; *Direitos Humanos e Cidadania*; e *Identidade Infantil*. Articulada a esses conceitos, foi desenvolvida uma contextualização com base na *Infância*, com o propósito de cercar a problemática. O percurso investigativo teve como eixo teórico-metodológico a *Transmetodologia*, com o intuito de trabalhar a interdisciplinaridade que a temática necessitava, bem como poder experimentar as formas do fazer pesquisa. Sobre essas experimentações metodológicas: realizei uma primeira etapa exploratória inicial e posterior análise de material jornalístico, para então escolher e dialogar com os conceitos teóricos elencados para essa Dissertação. Ademais, articulei um conjunto de procedimentos e etapas bases de pesquisa para dar conta de responder aos objetivos específicos delineados para a investigação, sendo esses procedimentos: pesquisa da pesquisa, pesquisa bibliográfica, pesquisa teórica, e uma segunda etapa exploratória que culminou com uma Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (ADSC). Busquei, com tudo isso, criar possibilidades de entendimento para a temática estudada, já que a problematização feita mostrou que um dos principais desafios é falar sobre Direitos Humanos. Sendo assim, busco articular a temática aos seus múltiplos vieses sociais que a reconfiguram a todo o momento e que estão em constante confluência com as noções de Mídia e Gênero. A análise do Discurso do Sujeito Coletivo revela que uma das principais causas da forma como a mídia fala sobre as minorias e do entendimento da temática aqui investigada é uma não aceitação e entendimento sobre o Outro, o seu entorno e a noção de Realidade Social. Também destaco uma carência de estudos no campo de formação comunicacional sobre temas que tenham relação com os Direitos Humanos, em específico aos direitos da infância.

Palavras-Chave: *Casamento de Crianças no Brasil*. Comunicação. Direitos Humanos. Pobreza. Infância.

ABSTRACT

Grounded under the theme of Children Marriage in Brazil, the investigation intends to understand how it occurs in the country, focusing on a reflection of the manners that communication students understand the theme and the problematics that surrounds it. To deal with the specifications of the studied theme, the research is founded on three main theoretical concepts: poverty; human rights and citizenship; and children identity. Articulated to these concepts, it was developed a contextualization with basis on Childhood, with the purpose to surround the problematic. The investigative trajectory had the Transmetodology as theoretical-methodological axis, intending to work with the interdisciplinary perspective that the theme needed, also experiencing the ways of making research. About these methodological experimentations: I made a first exploratory part and posterior analysis of the journalistic material, then chose and dialogued with the theoretical concepts selected to this Dissertation. Furthermore, I articulated a group of procedures and basic parts of the research to achieve answering the specific objectives drawn to the investigation, being these procedures: research of the research; bibliographic research, theoretical research, and a second exploratory part that resulted in a Collective Subject Discourse Analysis (ADSC). With all this, I looked for a creation of possibilities to understand the studied theme, once the problematization made showed that one of the main challenges is to talk about Human Rights. This way, I try to articulate the theme to its multiple social bias, that reconfigure it all the time and are in constant confluence with the notions of Media and Gender. The analysis of the Collective Subject Discourse reveals that one of the main causes to how media talks about minorities and the understanding of the theme here investigated is a non-acceptance and understanding of the Other, its surrounds, and the notion of Social Reality. I also highlight a lack of studies in the field of communication formation, about themes that are related to Human Rights, specifically the childhood rights.

Key-words: Children Marriage in Brazil. Communication. Human Rights. Poverty. Childhood.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Traje das crianças da França e Alemanha do início do séc. XVI.....	15
Imagem 2 - Criança do Séc. XXI	17
Imagem 3 - Criança retratada morta junto de sua irmã	48
Imagem 4 - Memes sobre o Coronel Jesuíno	65
Imagem 5 - Campanha do Grupo 1 / 1ª Página da Revista	113
Imagem 6 - Campanha do Grupo 1/ 2ª Página da Revista	114
Imagem 7 - Campanha do Grupo 2 / Tela inicial da página no Facebook	115
Imagem 8 - Campanha do Grupo 2 / Respostas da enquete	116
Imagem 9 - Campanha do Grupo 3 / Folders	118
Imagem 10 - Campanha do Grupo 3 / Moldura para o Facebook	119
Imagem 11 - Campanha do Grupo 3 / Caixa de brinquedo montada	119
Imagem 12 - Campanha Grupo 4 / Pré-convites	120
Imagem 13 - Campanha do Grupo 4 / Cartazes de Procura-se.....	121
Imagem 14 - Campanha do Grupo 5 / Frame do vídeo	122
Imagem 15 - Campanha do Grupo 5 / Cartazes para transporte público.....	123
Imagem 16 - Campanha do Grupo 6 / Página do Instagram com os Post-its.....	125
Imagem 17 - Campanha do Grupo 6 / Postagem no Spotted da Feevale	126
Imagem 18 - Campanha do Grupo 6 / Frame do vídeo	127
Imagem 19 - Campanha do Grupo 7 / Outdoors plano-sequência	128
Imagem 20 - Campanha do Grupo 8 / Cartaz.....	130
Imagem 21 - Campanha do Grupo 8 / Lista de tarefas.....	131
Imagem 22 - Campanha do Grupo 9 / Página inicial do Facebook.....	132
Imagem 23 - Campanha do Grupo 9 / Cartas para o Papai Noel	133
Imagem 24 - Campanha do Grupo 10 / Palestra para a turma de Ensino Médio	134
Imagem 25 - Campanha do Grupo 10 / Panfletos	135

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 QUALIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS E METAS DE INVESTIGAÇÃO.....	23
1.2.1 Objetivo geral	23
1.2.2 Objetivos específicos	23
1.3 JUSTIFICATIVA	23
1.4 ESQUEMA SINÓPTICO DA PROBLEMÁTICA	27
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	28
2 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	31
2.1 FUNDAMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	32
2.2 CONTEXTUALIZANDO E ESCOLHENDO O MARCO TEÓRICO: DA PRIMEIRA PARTE DA EXPLORATÓRIA AO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO	36
2.3 DANDO CONTINUIDADE ÀS PESQUISAS EXPLORATÓRIA E SISTEMÁTICA ..	40
2.4 CONSTRUÇÃO DA ETAPA QUALITATIVA	42
3 INFÂNCIA: ENTORNO DA PROBLEMÁTICA	46
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CRIANÇA NO BRASIL.....	52
3.2 O CASAMENTO DE CRIANÇAS NO BRASIL.....	58
3.2.1 Dos caminhos que levam e que são consequência do Casamento de Crianças.....	62
3.2.2 Ela se juntou com um cara: Analisando os achados	68
4 PERSPECTIVAS TEÓRICAS	74
4.1 POBREZA NO BRASIL.....	74
4.2 DIREITOS HUMANOS COMO FORMA DE CIDADANIA	80
4.2.1 As leis de proteção à infância	86
4.3 CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE INFANTIL	89
5 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: OS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO	94

5.1 DA PREPARAÇÃO: O ESTÁGIO DOCÊNCIA	94
5.2 A TURMA DE ESTÁGIO DOCÊNCIA.....	95
5.3 SOBRE OLHAR O OUTRO.....	95
5.3.1 Dos Discursos Sociais.....	96
5.3.2 Botando a Mão na Massa	113
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 136
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 149
 APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	 159
APÊNDICE B – TABELA DO MATERIAL COLETADO	160
APÊNDICE C – MODELO FICHA DE ANÁLISE	169
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO EXPLORATÓRIO	170
APÊNDICE E – MODELO TABELAS PARA ADSC.....	171

APRESENTAÇÃO

Tenho hoje somente 26 anos, tão pouco se comparado ao que a vida ainda pode me proporcionar. O aprender a aprender é um processo diário e contínuo. Aprendi nos erros e nos acertos, no processo diário de estudante, professora, mulher, amiga, namorada, irmã, tia e filha. Aprendi todos os dias e em todos os momentos. Aprendi com pessoas especiais! E hoje dou mais um passo para ser uma pessoa melhor. Uma pessoa que continuará aprendendo com os outros: no percurso da vida...

Diz o ditado que nenhuma folha cai de uma árvore sem que Deus permita. Pois bem, ao longo desses dois anos acredito que fui muito parecida com uma plantinha: cresci, me desenvolvi, absorvi muitas coisas boas, recebi outras que não eram legais, me adaptei ao clima, aos momentos, às nuances da vida, perdi muitas folhas, floresci e murchei, mas fui cuidada!

O cuidado que também tentei ter ao escrever e fazer essa pesquisa...

Quando era pequena, brincava de escolinha e colocava as bonecas sentadas para passar-lhes a lição de casa no quadro negro, que meu pai que é marceneiro havia feito para mim utilizando os gizes coloridos que minha mãe, que era professora, me trazia da escola. Sempre gostei muito de aprender a aprender. Acredito, ainda, que a educação é a arma para mudar o mundo... Com o tempo aprendi que a comunicação também era uma arma poderosa.

Assistindo ao jornal da noite eu dava “Boa Noite” para o William Bonner – eu e milhares de brasileiros –, achava aquilo muito legal, a bancada do Jornal Nacional, porém pensava que se fosse ser apresentadora de televisão não poderia escrever, e como eu iria contar tudo aquilo que lia nos muitos livros que retirava na Biblioteca Municipal que ficava ao lado de casa?

Comecei, então, a ler o jornal impresso, sempre pela página policial, pois achava que o jornalismo investigativo e, principalmente, o jornalismo de denúncia era uma forma de literatura. Tomei então uma decisão, iria estudar para ser jornalista, aprender a entender os outros, e aí começar a fazer reportagens policiais de denúncia.

No dia 2 de junho de 2002 eu estava assistindo televisão ao lado do fogão a lenha, enquanto meu pai fazia janta e minha mãe corrigia provas de escola, quando deu no noticiário que Tim Lopes (jornalista investigativo) havia sido morto no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. Naquele momento algo modificou minhas ideias. Não queria mais trabalhar com a área da polícia, as pessoas não valorizavam a vida.

Resolvi que seria professora universitária, que iria fazer jornalismo pelo encantamento da mídia, mas que a educação era um campo de mudança, porque eu poderia valorizar a vida.

Busquei, então, me aprofundar no conhecimento, descobrir novos caminhos e trilhar os dois mundos ao mesmo tempo, sempre com o coração dividido entre a comunicação e a educação.

Ir para o Mestrado, e tentar um Doutorado em um futuro não tão distante, me possibilitariam também valorizar a vida. Sou uma militante e em muitos momentos da escrita dessa Dissertação tive dificuldades em não ser totalitária, em não ser agressiva ao falar da mídia, ou da educação, assuntos que me são tão caros e que fazem parte de quem eu sou.

Essa Dissertação é reflexo da pessoa que eu sou, mas é também reflexo das pessoas que passaram pela minha vida, por muito ou por pouco tempo. Ela contém meus aprendizados, meus erros e falhas, mas principalmente minhas angústias e uma boa dose de vontade. Vontade de fazer a diferença e de pensar fora da caixa.

O tema que trato aqui desacomoda, me tirou da zona de conforto, me colocou para pensar, para refletir e, sobretudo, para olhar para mim e assim conseguir olhar o Outro. Esse Outro invisível que trago aqui nesse trabalho – essas crianças relegadas ao esquecimento social. Chorei com as narrativas que li, tive dificuldades em não abraçar o mundo, em compreender que não podia resolver todos os problemas escrevendo uma Dissertação, mas entendi que o que eu pudesse fazer e o que eu me propunha fazer já era o suficiente para um começo de estudo sobre um tema tão importante. Precisamos falar sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil!

1 INTRODUÇÃO

O sentido da infância, conquistada tão recentemente do ponto de vista histórico da nação, tem se transformado. (ARIÈS, 1981; POSTMAN, 1999; STEARNS, 2006). O período dessas vivências infantis atualmente se extingue cada vez mais cedo, seja por necessidade de sobrevivência na tal “selva de pedra”, seja por padrões sociais ou por uma *adultização* do sujeito infantil provocada pelos pais e pelas mídias. (FERREGUET, 2014; STEINBERG; KINCHELOE, 2004).

Quando uma criança nasce passa a ser responsabilidade de todas as pessoas da sociedade, não só do pai e da mãe, e sim de toda a comunidade onde ela vive. (RENNER, 2016)¹. O tema dessa investigação tem entrelaçamento com: *a construção da identidade infantil; a pobreza; os processos de adultização da infância; os Direitos Humanos infantis; as leis de proteção à infância; e o aprendizado dos estudantes de Comunicação sobre o ensino de Gênero, Mídia e Direitos Humanos*, considerando que todos os assuntos serão analisados pensando o *Casamento*² Infantil.

O tema principal da pesquisa é o *Casamento de Crianças*³ no Brasil refletindo como isso acontece e de que maneira isso tem ocorrido, e também as formas pelas quais os estudantes de Comunicação têm sido ensinados e seus entendimentos acerca dessa temática. Tendo como base que serão eles os sujeitos comunicantes que auxiliarão na educação – não formal (através da mídia) – dos sujeitos sobre as maneiras de se coibir esse tipo de violência, através de um aprendizado sobre *Gênero, Mídia e Direitos Humanos*.

O silenciamento midiático, assim como o acadêmico, acerca desse tema me leva a refletir que estamos negligenciando esses sujeitos – em um processo de não pertencimento enquanto ser social de direitos. Sendo assim, a educação formal (prática sistemática) é um dos pontos de partida para a educação sobre esses assuntos, já que a forma intencional como ela é feita nos ambientes de ensino, com seus objetivos delineados, irá tornar o sujeito capaz de compreender, ressignificar e aprender a aprender. Porém, a mídia serve como um segundo local

¹ Diretora do filme *o Começo da Vida*, consultar referências.

² A escolha da palavra *casamento* advém de documentos e relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em que essa terminologia é utilizada para designar a prática da união entre uma criança e um adulto. Um dos objetivos ao qual essa pesquisa se propõe é conceitualizar essa terminologia (*casamento*), tendo em vista o estranhamento que ela causa, já que comumente ela é conhecida pela sua definição do dicionário como “união legítima entre homem e mulher”. (AMORA, 2009, p. 128).

³ Explico no **Capítulo 2**, que após a qualificação passei a utilizar a expressão *Casamento de Crianças*, ao invés de *Casamento Infantil*. Nos trabalhos feitos pelos alunos e aqui apresentado, no **Capítulo 5**, o termo que vai aparecer é *Casamento Infantil*, pois era a nomenclatura que eu utilizava naquele período. Não creio que a troca de nomenclatura comprometa o trabalho, pois entendo que dentro da temática elas sejam complementares, falamos de crianças em um processo de vivência infantil, ou perda dessa vivência.

de aprendizado, uma forma de continuação do aprender a aprender que vai sendo trabalhado nas escolas.

1.1 QUALIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A infância foi durante muitos anos uma parte insignificante da vida dos sujeitos. Com a criação das Escolas enquanto espaço de socialização do público infantil, passamos a dar maior visibilidade a essa fase da vida tornando-a a etapa principal da constituição do ser humano. (POSTAMN, 1999). É só a partir do século XVIII que o sujeito infantil vai se tornar a pessoa mais importante da família, pois começamos a enxergar a criança como o futuro da sociedade. Sendo assim, a proteção da criança, a garantia dos seus direitos e o zelar pela sua formação integral tornaram-se prioridade, já que assim criaríamos “cidadãos de bem”.

Antes do século XVIII a criança só recebia atenção enquanto bebê, e após uma determinada idade as crianças passavam a conviver com os adultos e tudo que aprendiam era com eles – aos meninos eram ensinados os ofícios familiares e às meninas as tarefas do lar. A construção da identidade desse sujeito infantil ficou muito tempo relegada ao esquecimento. (ARIÈS, 1981). Para a maioria dos grupos sociais, todas as crianças eram iguais e não tinham vontades próprias, deveriam apenas observar e obedecer, seguindo os exemplos familiares. Ademais, eram tratadas e se vestiam como mini adultos, conforme podemos observar na imagem abaixo.

Imagem 1 - Traje das crianças da França e Alemanha do início do séc. XVI



Fonte: Beatriz (2012).

Havia por parte da sociedade um processo de *adultização do sujeito infantil*. Tratavam todas as crianças com mais de quatro anos como extensões do adulto. Quando me refiro em *adultização da infância*, o faço nas instâncias elencadas por Ferreguett (2014, p. 70), onde o processo de construção dessa identidade do sujeito é feito com base em um modelo adulto: “Não associamos o processo de adultização à morte ou fim da infância. Compreendemos que a criança, normalmente, tem o adulto como um modelo a ser seguido, uma espécie de artifício de sobrevivência num mundo predominantemente adulto”.

Com o passar do tempo, no século XVII, as crianças da nobreza começaram a utilizar roupas feitas especialmente para elas. Iniciava-se assim um processo de separação dos sujeitos infantis que vai trazer o brincar pela primeira vez como um momento da infância. Deste modo, a criança passa a ter seus momentos próprios e não fica mais junto somente dos adultos, começa a viver e socializar com outras crianças.

No Brasil ocorrem processos muito semelhantes com as crianças filhas da “classe alta”, porém, o contexto da criança indígena, da criança negra (nesse período histórico ainda filha de escravos) e das crianças brancas de famílias pobres, ou crianças *enjeitadas*, é diferente, pois haverá no país um processo inicial de exclusão social desde a mais tenra idade. Está posto nessa infância um contexto de pobreza que irá demarcar os papéis de cada sujeito na sociedade.

Ir para a escola iniciou o processo de construção de identidades infantis, e às crianças foi mostrado o mundo e as possibilidades que nele havia. Porém, isso não se deu de forma imediata para todas as crianças – inicialmente somente os meninos podiam estudar, as meninas ainda serviam apenas para o lar. A educação é o ponto principal da emancipação da criança enquanto ser social. Será através dela que o sujeito infantil irá perceber seus direitos e deveres e aprenderá sobre a vivência em sociedade, assim como, irá utilizar essas experiências em confluência com as adquiridas na família primária para ir construindo sua identidade, e isso se dará tanto na educação formal como na não formal.

Devido à construção histórica patriarcal na qual a sociedade brasileira foi alicerçada, os meninos foram os primeiros a ganhar direitos sobre suas decisões de escolha, ainda de forma limitada, pois a escolha do estudo ainda era feita pelo pai, entretanto já não eram, como nos séculos XV e XVI, obrigados a casar por acordos familiares. As meninas além de ganharem o direito de ir à escola muito mais tarde do que os rapazes, ainda eram consideradas propriedade da família até o início do século XX, e os pais podiam dispor delas como quisessem.

Os processos de *adultização* do sujeito infantil pela forma do vestuário deixaram de fazer parte da vida das crianças como algo obrigatório. Porém, o surgimento das mídias

(principalmente a televisão na década de 50) inseriu as crianças de volta no mundo do adulto, já que com a chegada da televisão as informações são fornecidas a todas as pessoas – não há mais assuntos somente de adultos (POSTMAN, 1999), sendo assim, voltamos a ter um processo de *adultização do sujeito infantil* quando esse passa novamente a se espelhar nas vivências adultas e as toma para si como uma parte de sua identidade, conforme pode ser visto na imagem abaixo, onde temos uma criança⁴ com acessórios e roupas que lembram roupas de adulto.

Imagem 2 - Criança do Séc. XXI



Fonte: Nery (2012).

Além do vestuário, outros processos de *adultização da infância* recorrentes nos séculos passados ainda são incorporados nas vivências dos sujeitos, sendo que o *casamento* ainda na infância⁵ permanece, ou seja, o sujeito infantil continua a ser tratado como adulto. No final do século XVI e início do XVII ainda era comum que meninas com menos de 15 anos fossem dadas em *casamento* a homens mais velhos, fosse como: pagamento de dívidas por parte da família ou como uma forma de trazer prestígio ao pai da garota, pois entendia-se que a partir dos 10 anos a menina já era uma moça e poderia cuidar da casa. (ARIÈS, 1981). Casos assim ainda ocorriam no final do século XX no Brasil e foram muito bem retratados midiaticamente pelas telenovelas brasileiras.

⁴ A menina da imagem 2 é Suri Cruise, filha dos atores de *Hollywood* Katie Holmes e Tom Cruise, ela é considerada um ícone da moda *fashion* infantil.

⁵ *Casamento* aqui compreendido também como um processo de *adultização da infância*.

Nos dois séculos seguintes (XVIII e XIX), mudanças ocorreram e as meninas passaram a casar mais perto dos 16 anos, período em que já haviam concluído – aquelas que tinham posses – seus estudos. Nesse período, toda construção identitária feminina era realizada pela sociedade de forma unificada: as meninas deveriam ser criadas para serem boas esposas, boas mães e executarem as tarefas do lar. Meninas não tinham direito de escolha, poder de decisão e nem direito de fala sobre determinados assuntos, somente os que envolviam a casa, isso quando não se tratava de dinheiro, tendo em vista que o sustento familiar era responsabilidade do homem, portanto ele controlava as finanças. O retrato do Brasil colonial descrito aqui foi sendo alterado nos últimos anos no país. Meninos e meninas, independentemente de sua classe social, ganharam o direito à educação e à proteção integral perante as leis vigentes no nosso país.

Esses processos de construção histórica da identidade do sujeito infantil vão se perpetuar por longos anos no Brasil e em todo o mundo, assim como a prática do *Casamento de Crianças*. Sabemos que diversos países do Oriente Médio têm como ritual de iniciação feminina o *casamento* de meninas menores de 18 anos. Fato esse condenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) devido à política de Direitos Humanos, que tem como uma de suas premissas a proteção da infância. A UNICEF considera criança todos os sujeitos com menos de 18 anos. A Declaração Mundial dos Direitos da Infância (DMDI), prevê que a criança deixara o período da infância antes dessa idade, somente quando a maioria penal do país ratificador do documento seja inferior a 18 anos, o que não é o caso no Brasil⁶.

A idade utilizada para se referir ao sujeito infantil nessa investigação será essa – criança até os 18 anos –, uma vez que o documento base legislador que auxilia no processo de construção dessa pesquisa é a DMDI, definido em assembleia da ONU/UNICEF e ratificado pelo Brasil. Opto por essa faixa de idade, principalmente por estar falando de um assunto de nível mundial, onde o órgão principal de atendimento à temática é a UNICEF, mas sobretudo, por compreender que os processos de categorização do ser humano, ainda na sua fase de criança (infância, pré-adolescência e adolescência) sejam processos psicológicos e cognitivos, diferentes dentro de cada cultura.

⁶ O artigo 228 da Constituição Federal, diz no texto “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. (BRASIL, 1988). A idade é definida seguindo a doutrina de proteção integral do indivíduo preceito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, do qual o Brasil é signatário. Vale ressaltar que maior idade penal é diferente de responsabilidade penal, pois no país toda criança com mais de 12 anos está sujeita a medidas socioeducativas, conforme o ECA de 1990.

Ao utilizar da DMDI, escolho não utilizar as idades de categorização propostas na nossa legislação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento proveniente da DMDI, criado na década de 90, traz a definição de criança o sujeito até 11 anos. Porém, mesmo não fazendo uso dessa definição, utilizo na pesquisa muitos preceitos definidos pelo ECA (1990), afinal muitas leis podem convergir para tratar da temática aqui investigada.

No Brasil o número de casamentos de crianças com menos de 18 anos é estimado em 1,3 milhão, segundo pesquisa da Universidade Federal do Pará (UFP) realizada em 2013 em parceria com o Instituto Promundo⁷ e a Plan International⁸. Sendo que 78 mil são *casamentos* de meninos e meninas entre 10 e 14 anos. A pesquisa realizada pelas instituições apontou que o país está em 4º colocado no *ranking* dos países com maior número absoluto de *casamentos* infantis, atrás apenas de Índia, Bangladesh e Nigéria⁹. É uma colocação extremamente preocupante, principalmente quando no Brasil não há a questão cultural (no sentido de história de um povo) envolvida nos *casamentos*, ou seja, não pode ser encarado como tradição.

Quando uso a palavra *casamento* não estou me referindo somente ao ato de unir duas pessoas perante a lei, ou perante uma religião, falo aqui da união entre duas pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexo diferente, independente de comprovação legal, pois temos que ter isso claro quando falamos de *Casamento de Crianças*, já que no Brasil ele não se dá perante juízes – ou a lei do homem como é conhecida essa prática, ou perante um representante religioso –, uma vez que está previsto na nossa lei que só poderão se casar pessoas maiores de 16 anos perante autorizações judiciais.

De acordo com os dados de Mulheres, Empresas e o Direito, a idade legal para as meninas se casarem é inferior a 18 anos em 12 economias, em comparação com somente 5 no caso dos meninos. E 17 economias possuem idades de casamento diferentes para meninos e meninas. Nesses casos, as meninas podem se casar mais cedo. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 2).

Sendo assim, o que faz do Brasil um país laico, com legislações firmes sobre a proteção da infância, estar em uma posição tão elevada nesse *ranking*? Pois bem, a maior motivação está

⁷ Organização Não Governamental (ONG) que estuda as questões de gênero desde a década de 90. A pesquisa referenciada contou com o financiamento da fundação Ford.

⁸ Organização Mundial que trabalha pelos direitos da infância, fundada em 1937, tem sede em mais de 70 países, chegou ao Brasil em 1997 onde desenvolve projetos para combater a violência contra crianças.

⁹ A pesquisa baseou os dados em relatório da UNICEF de 2011, que estima, em números absolutos, que 877 mil mulheres teriam se casado antes dos 15 anos. A pesquisa exclui por falta de dados países como China, Bahrein, Irã, Israel, Kuwait, Líbia, Omã, Catar, Arábia Saudita, Tunísia e os Emirados Árabes Unidos, porém, todos esses possuem uma cultura ritualística do *casamento* enquanto tradição popular.

ligada à questão social. Os *casamentos* ocorrem principalmente para conseguir que alguém sustente a família, ter melhores condições de vida, se livrar dos maus tratos,

Elas acham que a vida vai ser melhor morando com o marido. Mas o que elas próprias relatam é que ficaram decepcionadas. O controle que elas tinham dos pais, só passa para o marido [...]. Outra razão para manter o relacionamento é o medo de arcar sozinha com uma gravidez precoce – 39% das meninas casadas tiveram o primeiro filho aos 15 anos – ou para fugir de abusos e maus-tratos da família¹⁰.

Assim, a maioria das crianças, principalmente meninas, se casa em busca de uma vida melhor, mas isso nem sempre acontece. Há *casamentos* de meninos menores de idade, no entanto, o Brasil ainda está arraigado aos pensamentos sobre o local de cada sujeito na sociedade, sendo assim, “meninas foram feitas para casar e cuidar da casa”. E quando não se tem nenhuma perspectiva de melhoria da condição de vida na sua família primária, elas se voltam àquilo que aprenderam nos discursos de gênero, de que deveriam ter um marido.

Falar em gênero ao invés de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela biologia ou pelo sexo, mas é invenção de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. (COLLING, 2004, p. 29).

Os discursos de gênero são construções sociais. A história do sujeito feminino desde a infância, conforme está sendo apresentada aqui, é resultado de interpretações e representações que têm como base fundante as relações de poder. (MEYER 2003). As formas como as meninas sempre foram tratadas e o *casamento* com homens mais velhos estão arraigadas na forma como a sociedade se estruturou. De forma que a representação do “Eu” feminino e a construção identitária desses sujeitos desde a mais tenra idade está simbolicamente relacionada à diferença imposta entre os sexos, “[...] a mãe, a esposa dedicada, a ‘rainha do lar’, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; [...] Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher o privado e seu coração, o santuário do lar” (COLLING, 2004, p. 15), esses são alguns dos discursos perpetuados até hoje e que fazem com que o *Casamento de Crianças* (meninas) seja maioria no país.

O Brasil além de ocupar o 4º lugar no mundo em números absolutos de mulheres casadas até a idade de 15 anos, com 877 mil mulheres com idades entre 20 e 24 anos que se casaram

¹⁰ SOUTO, Isabele. Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil. **Correio Brasiliense**, Brasília, 9 set. 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/09/09/internas_polbraeco,497840/brasil-e-o-quarto-pais-do-mundo-em-casamento-infantil.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2016.

até os 15 anos (11%), é também o quarto país em números absolutos de meninas casadas com idade inferior a 18: cerca de três milhões de mulheres com idades entre 20 e 24 anos casaram antes de 18 anos (36% do total de mulheres casadas nessa mesma faixa etária).

Tabela 1 - Dados baseados no Censo (2010) – Casamento na Infância no Brasil

TABELA 1 | BRASIL – 2010
INDIVÍDUOS DE 10 A 19 ANOS QUE VIVEM EM UMA UNIÃO
(POR TIPO DE UNIÃO, SEXO E FAIXA ETÁRIA)

SEXO E FAIXA ETÁRIA (ANOS)	TOTAL DE UNIÕES	UNIÕES CONSENSUAIS	UNIÕES CIVIS E RELIGIOSAS
MENINOS/HOMENS ♂			
10 A 14	22.849	16.486	3.520
15 A 17	78.997	71.401	3.621
18 OU 19	254.178	223.401	12.444
MENINAS/MULHERES ♀			
10 A 14	65.709	60.200	2.575
15 A 17	488.381	430.396	22.167
18 OU 19	761.517	583.382	77.562

Fonte: Taylor et al. (2015, p. 25).

A tabela acima¹¹ traz os dados resultantes dos comparativos das pesquisas utilizadas no estudo da Promundo, onde podemos ver como o número de *casamentos* de meninas, independentemente da idade, é mais que o dobro dos *casamentos* de meninos. Além disso, ocupamos o 4º lugar também como o país com maior número de *casamentos* entre crianças de 10 a 14 anos – são cerca de 78 mil. Nessa faixa etária a proporção de *casamentos* de meninas é 48% maior que o de meninos na mesma idade, são 26% de *casamentos* de meninos e 74% de *casamento* de meninas, dados que refletem a cultura do estupro¹² no Brasil.

¹¹ Cabe lembrar que a pergunta feita sobre *casamento* no recenseamento do IBGE (ocorrido a cada 10 anos) é “Vivem em companhia de cônjuge ou companheiro(a)?”, caso a resposta seja afirmativa, são dadas quatro opções para respostas (casamento civil e religioso; só casamento civil; só casamento religioso; união consensual), a resposta não precisa ser comprovada pelo entrevistado. Por isso, aparece na tabela informações sobre uniões civis e religiosas para pessoas com menos de 16 anos, quando isso não é permitido por lei. Essas são as informações dadas pelas pessoas, desta maneira as uniões consensuais e as uniões religiosas não fazem parte dos registros dos cartórios, assim como, não há como comprovar esses “casamentos civis” informados nas entrevistas, isto é a interpretação do entrevistado sobre sua união. Entretanto, em alguns casos o Conselho Tutelar após ser notificado sobre o caso de uma menina menor de idade vivendo com um homem mais velho, e principalmente se esta estiver grávida, pede a emancipação da criança aos pais para que se possa legalizar a união.

¹² Termo criado por feministas na década de 70 nos Estados Unidos para descrever um “ambiente no qual o estupro é predominante e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular”. (MOREIRA, 2016, s.p.).

Vale ressaltar aqui, que o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 2009) traz em sua redação que qualquer ato sexual praticado com uma criança menor de 14 anos com ou sem o consentimento da vítima é estupro de vulnerável.

[...] “Estupro de vulnerável”

Art. 217A.

Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§1o Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência [...].

[...] § 3o Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4o Se da conduta resulta morte: [...].

As formas como esses discursos são construídos e a incorporação dessa prática na sociedade moderna alicerçada pela *pobreza* do país nos faz perceber que uma infância nem tão colorida e mágica, como as mídias têm retratado ultimamente, é o que temos. Podemos pensar: por que as mídias não falam nessa cultura do *Casamento de Crianças* ou em tantos outros problemas “culturais” envolvendo a infância no Brasil? Aonde foi que perdemos a sensibilidade para com o problema do Outro? A exploração de vulnerável ainda é presente em todos os estados brasileiros, atingindo em maior proporção as classes menos favorecidas economicamente.

Isso me leva a questionar de que forma se dão esses processos de *casamento* no país e se os cursos de Comunicação¹³ estão falando sobre esses assuntos – *Mídia, Gênero e Direitos Humanos* –, tendo em vista que é um dos campos do conhecimento que formam sujeitos com maior alcance de disseminação de conhecimento. Além de me questionar sobre as formas como esses futuros profissionais percebem essa realidade tão presente no país e tão pouco¹⁴ comentada pelas mídias, pelas escolas e nos estudos acadêmicos.

Deste modo, a questão que norteará esta investigação é: *De que maneira os estudantes de Comunicação têm sido ensinados e compreendem a temática investigada, tendo em vista que eles serão os sujeitos comunicantes que auxiliarão nos processos de educação dessas crianças, de modo não formal (pela mídia)?*

¹³ Escolho o campo da comunicação, pois no meu entendimento enquanto estudante dessa área ela é (além da área da educação) a profissão que tem sujeitos que podem de alguma forma auxiliar na erradicação dessa prática através da sua inserção na vida das crianças, como educador não formal.

¹⁴ Escassez de produção que pude perceber a partir do desenvolvimento da pesquisa da pesquisa, em específico, e da construção do referencial teórico da *Dissertação*, conforme apresento já na **Justificativa** deste projeto e desenvolvo nos capítulos que seguem.

1.2 OBJETIVOS E METAS DE INVESTIGAÇÃO

1.2.1 Objetivo geral

Compreender como os futuros comunicadores entendem e têm aprendido sobre a temática do *Casamento de Crianças* no Brasil, bem como analisar seus discursos acerca da temática e dos conceitos de Gênero, Mídias e Direitos Humanos voltados à infância.

1.2.2 Objetivos específicos

- Traçar o processo histórico da construção do sujeito infantil, além de refletir sobre as identidades infantis femininas dentro da sociedade;
- Analisar através de notícias e, ou reportagens a forma como as mídias vêm abordando esse assunto, bem como, a partir desse procedimento elencar os conceitos a serem trabalhados na pesquisa a partir dessa análise;
- Refletir sobre como e porque ocorre o *Casamento de Crianças* no Brasil, problematizando discursos sociais, como a cultura do estupro, a novinha, o machismo e o local social atribuído a mulher;
- Entender como se constituíram as práticas jurídicas de proteção à infância no Brasil e como as legislações vigentes tratam a temática investigada, com base em uma análise bibliográfica.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os *Direitos Humanos*, como conhecemos atualmente, foram se estruturando ao longo de séculos de história. Muitos movimentos sociais nasceram da ideia de uma universalização dos direitos para todos os cidadãos do mundo, dentre eles estão os movimentos que protegem o público infantil. As crianças se tornam, a partir do século XVIII, um elemento social importante, quando se passou a encarar a infância como um período importante da vivência humana e, principalmente, enxergou-se a criança como o futuro da nação. (STEARNS, 2006). Quando falamos em infância na sociedade atual, podemos pensar primeiramente em crianças tecnológicas, crianças cercadas de cuidados e crescendo fortes e saudáveis. Um engano, pois ainda temos um número muito alto de crianças vivendo na linha da *pobreza*: em 2008 esse

percentual era de 45,6%. (UNICEF, 2008). Em 2016 esse número é de 19,3 milhões de crianças (entre zero e 14 anos) que vivem em situação de *pobreza* “em famílias onde cada pessoa recebe R\$ 440 ou menos por mês. Outros 7,4 milhões se incluem no critério de extrema pobreza, com renda per capita mensal de R\$ 220 ou menos”¹⁵. (ANDI, 2016).

Esses índices mostram que o debate sobre as políticas públicas de erradicação da *pobreza* no país se faz necessário, tendo em vista que a temática aqui investigada ocorre em sua maioria por causa dessa condição social das crianças. Monteiro (2003) vai dizer que a *pobreza* leva ao trabalho infantil, à falta de escolaridade, à fome, dentre tantas outras coisas, e uma delas é o “*Casamento*” *Infantil*, prática que fere os *Direitos Humanos* e é perpetuada no país não só pela *pobreza*, mas também pelos discursos de *gênero*, pela falta de ensino sobre a mídia, que contribui com o processo de *adultização* do sujeito infantil, pelo silenciamento midiático e pelo não ensino dos *Direitos Humanos*.

Como futura mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social é fundamental para a minha formação enxergar as formas como esses processos de dominação do sujeito infantil – principalmente o feminino – têm se dado na nossa sociedade. O *Casamento de Crianças* no país ainda é um tema pouco estudado¹⁶. Esclareço que o material inicial de análise de aproximação do tema em específico é todo de notícias e reportagens de jornais (que irão compor o *corpus* de análise da temática)¹⁷, ou seja, ele possui relevância para a área acadêmica por só ter sido estudado uma única vez e contribui para as áreas de estudos das quais advim (educação e comunicação) pois é um assunto que precisa ser tratado por essas duas instâncias, bem como, para a área interdisciplinar na qual estou inserida, por ser um problema social que afeta diretamente a fase inicial da vivência de todos os seres humanos. A escolha do tema surgiu durante as aulas da disciplina de Diversidade, Conflitos Sociais e Direitos Humanos¹⁸ do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, do qual sou mestrandia. Foi durante um dos debates em sala de aula que me inquietei

¹⁵ Os dados com os quais trabalho são dos relatórios de pesquisa da UNICEF e da ANDI, e em cada um dos documentos a forma de explicitar os dados está diferente, em alguns momentos em porcentagem, em outros momentos em números absolutos. Sei que isso torna o comparativo difícil, mas infelizmente não há formas de transformá-los em um único padrão por serem dados oficiais e por não ter acesso aos valores bases de cálculo.

¹⁶ Durante o percurso metodológico da pesquisa da pesquisa, encontrei uma única pesquisa acadêmica sobre a temática. Ela foi desenvolvida no ano de 2013 pela Universidade Federal do Pará (UFP) em parceria com o Instituto Promundo, e teve sua finalização em 2015 com o lançamento do livro “Ela vai no meu barco”, que é o principal referencial teórico desta investigação e que será exposta nos próximos capítulos desse projeto.

¹⁷ As quais também são ínfimas (com discursos diferentes, foram encontradas somente 14 reportagens/notícias) conforme estado da arte realizado como parte metodológica da pesquisa da pesquisa e que será exposto em forma de tabela no **capítulo** sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil.

¹⁸ Realizei a disciplina no primeiro semestre de 2016, e ela foi ministrada pelas professoras Dra. Saraí Patrícia Schmidt e Dra. Margarete Fagundes Nunes.

sobre a linha tênue no Brasil – e no mundo todo –, entre os *Direitos Humanos* e a *Infância*, instância da sociedade muito afetada pelos atos dos sujeitos.

Meu interesse pessoal sobre a pesquisa faz parte da minha construção enquanto sujeito. Cresci em uma cidade pequena¹⁹ onde a definição de infância é muito clara do ponto de vista do local social do sujeito – cresci brincando na rua, indo a pé para a escola e podendo exercer o direito de ser criança²⁰. Há *pobreza* na cidade de onde vim, mas ela não é comparável com a que vi quando fui trabalhar como professora no bairro Canudos²¹, na cidade de Novo Hamburgo/RS. Na escola Municipal de Ensino Fundamental Pres. Tancredo Neves, onde estive durante dois anos como Coordenadora de Educação Integral, conheci a falta de subsistência básica, realidade que me chocou, afinal eu tinha vindo de uma cidade do interior, não tinha conhecimento sobre esse “mundo”, e foi esse “mundo” que se tornou o tema do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia²².

O trabalho na escola, tal como as minhas graduações²³, me ensinaram a olhar os sujeitos com outros olhos. Tive o prazer de durante a graduação ser bolsista de Iniciação Científica (IC)²⁴. Esse período, que correspondeu a quase 5 anos, me proporcionou aprendizados incríveis sobre os processos de investigação, mas principalmente sobre a vivência em sociedade, sobre os conflitos que se estabelecem no meio em que vivemos, sobre as práticas do fazer diário da pesquisa e sobretudo a compreender o entendimento sobre o Outro. E é com base nesses aprendizados e nessas mudanças enquanto mulher (e mulher negra) e estudante que analiso e me interesso na investigação que versará sobre o *Casamento de Crianças no Brasil*.

¹⁹ Sou natural de São Francisco de Paula, município da serra gaúcha do estado do Rio Grande do Sul que conta com cerca de 21.551 mil habitantes (estimativa Censo para 2015), sendo que há uma grande população vivendo na área rural. Informações disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431820>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

²⁰ Pensando aqui no direito de liberdade de vivência, no acolhimento pela comunidade, no cuidado e tempo dedicado pelos pais ao desenvolvimento dos seus filhos. (RENNER, 2016).

²¹ Bairro mais populoso da cidade, conta com 66 mil habitantes e tem em sua formação uma zona de periferia na divisa com o Município de Campo Bom, composta por mini Vilas – a escola a qual me refiro fica situada na Vila Aeroclube/Getúlio. Informações segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2010). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

²² No TCC, intitulado “Das práticas escolares: reflexão sobre o fazer pedagógico”, trabalhei as perspectivas de territórios elencadas por Milton Santos, pensando território como todos os espaços que nos constituem enquanto sujeitos. Locais políticos de formação – aonde os sujeitos se configuram como formadores de seu próprio conhecimento e educação. Locais esses que podem estar dentro ou fora do âmbito escolar, mas que se configuram como espaços (não somente físicos) dos quais os educandos fazem usos para fomentar suas vivências e trabalhar a sua educação de forma autônoma, perspectiva de educação formal e não formal que volto a trabalhar nessa investigação.

²³ Sou Licenciada em Pedagogia e estou concluindo o Bacharelado em Jornalismo.

²⁴ Trabalhei como Bolsista de Iniciação Científica no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) na linha de pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação durante os anos de 2011 a 2015, com bolsa Unibic em dois momentos e como bolsista voluntária em outro período de tempo.

Esses processos ainda estão se modificando na minha constituição enquanto ser em formação e aprendiz que sou, aprendemos a aprender o tempo todo, em várias instâncias: de acordo com as concepções de mundo que tenho adquirido; as leituras proporcionadas nas disciplinas do Mestrado; as orientações; os trabalhos com os bolsistas de Iniciação Científica da minha orientadora e a inserção nos grupos de pesquisa²⁵ dos quais faço parte; vivências que me levam a crer que o tema aqui apresentado tem grande relevância social, principalmente por seu entrelaçamento com a falta de proteção dos direitos da infância e a falta de informações sobre o assunto.

A temática aqui apresentada, quando mostrada nas mídias é feita como uma realidade dos países do Oriente ou em novelas de época. Fiquei muito decepcionada ao descobrir a verdadeira realidade do Brasil e o que trago aqui nessa investigação é uma reflexão sobre esses processos que ainda ocorrem no nosso país em um número extremamente grande. Se no nosso país não temos uma tradição cultural²⁶ de *Casamento de Crianças*, se o nosso estado laico não permite isso enquanto prática religiosa, nem nossa legislação enquanto prática jurídica, onde estamos errando? É absurdo que no século em que estamos e não tendo nenhum fator cultural determinante – além da cultura do machismo –, tenhamos um número tão elevado de *casamentos infantis* – principalmente de meninas, quando bem sabemos que esses *casamentos* são abusos sexuais e a compra de uma dona de casa.

É complicado conceber esse número alarmante nessa prática abusiva no país, pois como já citado no texto, até os 14 anos todo ato sexual praticado com uma criança/adolescente, mesmo com o consentimento da vítima, é estupro de vulnerável (BRASIL, 2009) – se na maioria dos casos temos meninas nessa faixa etária então estamos falando de dois crimes perversos, sendo um deles crime hediondo. Assim, investigar de que forma e como tem ocorrido o *Casamento de Crianças* no Brasil, e, compreender como os demais itens elencados por mim

²⁵ Desde o final do ano de 2011 integro o grupo de pesquisa *Processos comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção* (PROCESSOCOM), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UNISINOS, no qual aprendi, dentre tantas coisas, a importância da troca de saberes; e a *Rede Temática de Cooperação “Comunicação, cidadania, educação e integração”* (REDE AMLAT), que envolve universidades de países da América Latina e me fez compreender, dentre outras coisas, o sentido de pertencimento. Desde 2014 integro a *Associação Brasileira dos Pesquisadores de Educomunicação* (ABPEducom), local que me fez perceber que a gente não educa para as mídias e sim pelas mídias, e ampliou minhas noções de leitura de mundo. A partir de 2016, com a entrada no Mestrado, comecei a fazer parte do grupo de pesquisa *Criança na Mídia*, da Universidade Feevale, no qual tenho aprendido que a relação criança e mídia vai muito além da ideia de que a criança é uma tábua rasa – a criança não é um recipiente onde a gente deposita informações.

²⁶ Ao usar a expressão tradição cultural estou pensando no âmbito da Diversidade Cultural a qual me baseio nas definições elencadas por Segato (2006), pensando a cultura passada à sociedade pelos “povos originários”. No caso do *casamento* nos países do Oriente e em alguns locais do Ocidente, onde essa prática é mais comum, o ato faz parte de um processo ritualístico da cultura local, ou seja, não é como no Brasil que é uma construção social.

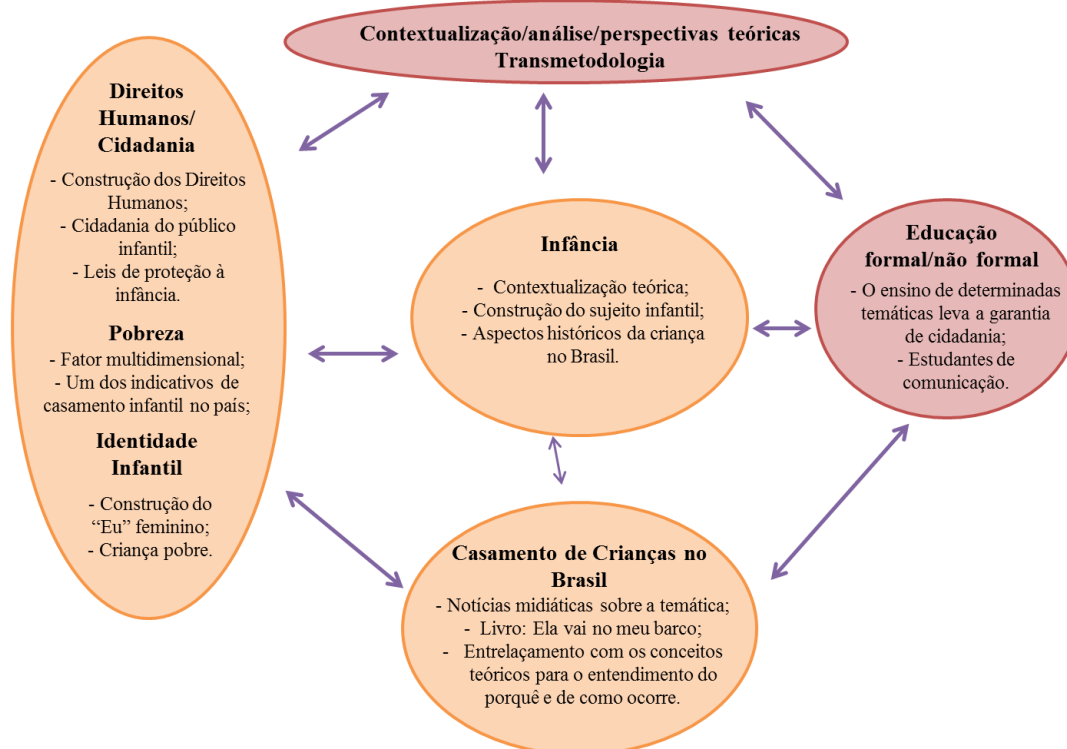
na apresentação do tema e os sujeitos que farão parte do *corpus* das entrevistas podem contribuir para a desconstrução dos discursos e para uma validação e fiscalização dos direitos infantis já estabelecidos no país, se faz de suma importância se queremos ter uma sociedade que pensa no bem comum.

O que mais me inquieta é não falarmos sobre isso e é pensando nesse silenciamento midiático (aqui mostrado pelas poucas notícias e reportagens sobre a temática) e nesses sujeitos que não são vistos, que trago a minha contribuição, pois acredito que esse assunto precisa ser abordado com todas as pessoas desde o início de suas vivências. Precisamos findar esse tipo de cultura, pois ela não constitui identidade de um povo, na verdade ela somente a prejudica.

1.4 ESQUEMA SINÓPTICO DA PROBLEMÁTICA

O esquema sinóptico apresentado abaixo foi idealizado com o intuito de facilitar a compreensão dos processos que envolvem a Dissertação, desde seu núcleo central – infância – e os entrelaçamentos das demais esferas elencadas como pilares de sustentação para o tema investigado: *Casamento de Crianças no Brasil*.

Figura 1 - Esquema Sinóptico da problemática



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Esse estudo tem como foco principal a ampliar compreensão sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil e analisar o entendimento dos estudantes de Comunicação sobre a temática. Parto de uma contextualização teórica sobre o sujeito infantil, sobre essa infância marcada por esse processo histórico que ocorre no nosso país, tentando compreender como e por qual motivo ele ocorre. Para alcançar esse objetivo, contextualizo também o sujeito infantil no contexto brasileiro e a formação desse sujeito frente à educação.

Faço uma análise de fenômeno, buscando na análise de materiais jornalísticos informações que me auxiliem na construção da investigação, e principalmente que me ajudem a compreender o que é o *Casamento de Crianças* no nosso país. Foi com base nesse movimento exploratório das notícias e reportagens que delimitamos os conceitos teóricos da pesquisa e as formas como me aprofundaria neles para que tivesse um subsídio teórico que me auxiliasse na compreensão da temática, assim como num processo de ir e vir, do mesmo modo delineei a contextualização da investigação.

A contextualização passa pelo conceito central de infância e está alicerçada na perspectiva metodológica escolhida para a Dissertação. O uso apropriativo da *Transmetodologia* como metodologia principal da pesquisa se dá principalmente pela compreensão de que todo processo investigativo é um processo metodológico, e que, sendo assim, todas as etapas da pesquisa se retroalimentam, de forma a gerar resultados que auxiliam na busca pela compreensão da temática através da teoria e no envolvimento com os estudantes de Comunicação como pontos centrais do processo de entendimento sobre a falta de informação na mídia sobre o assunto aqui estudado.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O relatório de Dissertação está dividido em seis capítulos, organizados da seguinte forma: em um primeiro momento apresento o tema da pesquisa “*Casamento de Crianças* no Brasil”, e seus entrelaçamentos com os demais temas elencados no enunciado da problemática. Trago então os objetivos escolhidos pra conduzir a investigação e minha justificativa sob o ponto de vista do campo científico no qual estou inserida; a linha de pesquisa “Linguagens e Tecnologias” da qual faço parte enquanto mestrande, bem como, a relevância para o meio acadêmico e social que a pesquisa aqui exposta apresenta; além de falar nesse capítulo sobre minhas inquietações e anseios que levaram a investigação do tema aqui proposto, concluo o capítulo com um esquema sinóptico da problemática de forma a mostrar visualmente o que estou propondo na investigação, seguido desta estrutura do relatório de defesa.

A segunda parte é dedicada à metodologia da Dissertação. Esse é o capítulo aonde narro as formas pelas quais se deram a investigação, contando como foram as escolhas para cada etapa descrita. Faço nesse capítulo o delineamento do percurso trilhado por mim durante o processo de pesquisa, apresentando como escolhi as metodologias trabalhadas no processo de investigação e a escolha dos conceitos teóricos fundantes para a pesquisa. Mostro também como foi a aproximação com o campo, e os entrelaçamentos feitos a partir das metodologias e do marco teórico-metodológico que deram subsídio a ida a campo e o retorno do mesmo, com minhas impressões e registros do percurso trilhado na exploratória, que me auxiliaram na análise do material coletado. Nesse capítulo mostro ainda, como sistematizei a pesquisa e as formas como construí essa etapa, pensando a pesquisa da pesquisa, a pesquisa de contextualização, a análise documental e as experiências empíricas.

O terceiro capítulo é o da contextualização da pesquisa, com o enfoque no conceito de infância, que vem a ser o ponto central da investigação. Partirei da construção do sujeito infantil para então chegar ao tema da investigação, que é o *Casamento de Crianças* no Brasil – mostro nesse capítulo como enxergo a temática aqui investigada. Conto, com base na teoria, como se deu a construção do sujeito infantil no Brasil, pensando principalmente na formação da criança frente à construção da sociedade. Esse é o capítulo que abordará a temática aqui estudada. Penso nesse capítulo as outras instâncias por mim elencadas, que acredito terem uma ligação direta com o tema, são elas: a construção da identidade infantil; os processos de adultização da infância; os Direitos Humanos infantis; as leis de proteção à infância; e o aprendizado dos estudantes de Comunicação sobre o ensino de Gênero, Mídias e Direitos Humanos. Nesse capítulo farei o entrelaçamento entre as temáticas pensando a infância, aqui também irei analisar o discurso das mídias sobre o tema.

No quarto capítulo trago os conceitos teóricos: de *Pobreza*, um dos principais motivos para o *Casamento de Crianças* no país, sendo assim, falo sobre a pobreza infantil e seus entrelaçamentos com o tema pesquisado assim como as políticas públicas para a erradicação da miséria no país; de *Direitos Humanos e Cidadania*, pensando a construção desses direitos e como eles auxiliam na cidadania do público infantil. Traço então o percurso histórico da construção das legislações que protegem a infância, fazendo ancoragem no campo do Direito, pois as legislações, decretos, resoluções, códigos e documentos legisladores fundamentam a prática dos Direitos Humanos quando pensamos a infância no Brasil; de *Identidade Infantil*, onde me refiro à construção da identidade do sujeito infantil através de um processo histórico que vem sendo apresentado nos marcos teóricos anteriores, com base na legislação e nas formas como o processo de adultização da infância tem agido sobre essa construção, falo também sobre

o papel da mídia no desenvolvimento do “eu” infantil, os processos de adultização desse sujeito como uma extensão do adulto. Termino esse capítulo refletindo sobre o ensino de Gênero, Mídias e Direitos Humanos como um auxiliar para o empoderamento dos sujeitos pensando sua vivência em sociedade.

No quinto capítulo faço a análise baseada na 2ª etapa da pesquisa exploratória; falo sobre o processo de sistematização dos dados, a aproximação com o campo e meu encontro com os estudantes que fizeram parte do estudo. Esse capítulo mostra como, a partir da sistematização dos dados, escolhi os grupos com os quais realizei as entrevistas e como se deu o processo de aproximação com esses sujeitos. Diferente do que realizo no capítulo metodológico, nesse eu explico quem são esses sujeitos, como foram as dinâmicas e não somente como elas foram pensadas para serem desenvolvidas. Mostro então a reflexão baseada no método escolhido para analisar os áudios gravados durante as apresentações dos estudantes sobre a temática, utilizo então a Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (ADSC). O capítulo é dedicado a parte final na Dissertação, trazendo um entrelaçamento entre o capítulo teórico e metodológico que me auxiliam a analisar a 2ª parte da exploratória.

O capítulo final é o das considerações finais, onde reflito sobre o fazer pesquisa, sobre os processos de construção da investigação até a escrita final dos relatórios, exponho então os resultados obtidos e minhas principais impressões sobre o assunto.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia de uma investigação não é somente uma parte do trabalho, ela é o todo. Todos os processos desenvolvidos durante a pesquisa são processos metodológicos. Por enxergar a metodologia como parte fundante da construção da investigação, compreendo que ela precisa estar para além das bases de noções dos pilares construtivos do fazer científico. Cada processo investigativo é único, sendo assim a metodologia também o é, e “[...] a resolução de problemas empíricos e teóricos, exige abordagens metodológicas multifocais [...]”. (MALDONADO, 2013, p. 34). As escolhas das formas de delinear a pesquisa estão de acordo com cada objeto/sujeito/fenômeno, não há uma fórmula pronta ou um método que possa ser aplicado ao objeto/sujeito/fenômeno estudado visto que todo o processo é uma construção.

Desde o início da minha caminhada como investigadora iniciante, ainda bolsista de Iniciação Científica, fui compreendendo que não existia fórmulas para a investigação, que a construção do processo de pesquisa era única para cada um de nós e para cada objeto/sujeito/fenômeno investigado. Recordo como foram os primeiros passos do meu fazer científico, o início exploratório que se dá mesmo antes do ir ao campo, quando temos o primeiro contato com a teoria e a forma como as leituras, os fichamentos e os processos de discussão sobre os conceitos me fizeram refletir acerca daquilo que eu estudava.

Ao iniciar a escrita da Dissertação, processo que finalizo agora, passei pelos mesmos passos dados naquele período, porém, de forma muito diferente, processo esse que pode ser definido pelas palavras de Heráclito²⁷: “Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou [...]”. (ARAÚJO, 2016, s.p.). Mudamos constantemente e assim é o fazer pesquisa, uma mudança constante de encontros e achados, mas também de erros e falhas, de procedimentos que não dão certo, de um devir a campo que nem sempre é satisfatório e, principalmente, de uma (des)construção do próprio eu.

Deste modo, as etapas teórico-metodológicas aqui apresentadas são um construto, baseadas nas minhas vivências e escolhas. Quando ingressei no Mestrado, no primeiro semestre de 2016, tinha a ideia de estudar algo relacionado às políticas públicas de educação integral pensando os processos educacionais. Minha paixão pela educação advém da união das minhas áreas de estudo – Pedagogia e Jornalismo –, porém, com a recente crise estabelecida

²⁷ Filósofo nascido em Efeso (onde hoje é a Turquia), por volta de 535 a.C, que é considerado o pai da Dialética e defendia a ideia de que tudo está em constante transformação, que vivemos em um fluxo permanente onde nada é idêntico a si mesmo e tudo se transforma no seu contrário.

no cenário político do país e em conversa com a minha orientadora concordamos que seria arriscado e inviável tratar do assunto tendo em vista que o projeto a ser investigado era uma política de governo e não de Estado²⁸.

Com o início das disciplinas e minhas já inserções nos campos da cidadania e da identidade, teorias estudadas por mim durante o período como IC, vimos [eu e minha orientadora] que eu poderia trabalhar algo relacionando o campo da infância, da *cidadania* e a *identidade* desses sujeitos pensando mídia, *adultização da infância* e lógicas de empoderamento e consumo infantil. Iniciei então uma pesquisa da pesquisa sobre materiais que me auxiliassem a compreender primeiramente esses marcos conceituais elencados até o presente momento. Após a primeira aproximação com o material teórico, notamos a presença dos programas *Kids*²⁹ e isso se apresentou como um potencial objeto empírico. Ainda pensando os processos educacionais, traçamos um paralelo com a temática e iniciamos uma aproximação com a ideia de trabalhar com estudantes de Pedagogia e Jornalismo sobre esses processos de *adultização da infância*.

Passados dois meses do início do Mestrado, me surgiu em uma aula a inquietação com a temática Direitos Humanos/Infância. Foi a partir do início da escrita do artigo para a disciplina de Diversidade, Conflitos Sociais e Direitos Humanos, que versou sobre a pobreza, os Direitos Humanos e o *Casamento de Crianças* no Brasil, que o tema apresentado nessa investigação foi sendo consolidado.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

A metodologia de trabalho foi escolhida com base na ideia de conceitos *pluri*. Pensando a área interdisciplinar na qual está inserida a pesquisa, a metodologia precisava estar interligada entre as áreas de conhecimento pelas quais perpassam a minha investigação para que o processo de entendimento da temática – *Casamento de Crianças* no Brasil – seja de fato assimilado no decorrer da construção da análise do tema. Quando iniciei a escrita da Dissertação utilizava o termo “*Casamento Infantil*” para me referir a temática de investigação. Essa é a nomenclatura

²⁸ O Projeto ao qual me refiro é o Programa Mais Educação que foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Ele procura atender as ações elencadas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir à ampliação da jornada escolar e à organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. (BRASIL, 2013).

²⁹ Programas *Kids* são os programas adultos feitos em formatos infantis como: *Master Chef Júnior* e *The Voice Kids*.

utilizada pela maioria dos países para falar sobre esse assunto e ela me pareceu durante o percurso inicial adequada.

Na banca de qualificação, ocorrida em junho de 2017, foi levantada a questão sobre a escolha da palavra “infância”. Se esse seria o termo adequado, afinal, durante os capítulos da Dissertação discorro sobre a perda dessa “infância” quando o processo do *casamento* ocorre, já que compreendo esse *casamento*, como uma inserção no mundo adulto, afinal, há práticas sexuais, compromisso doméstico, maternidade – momentos que não estão associados a ideia de infância.

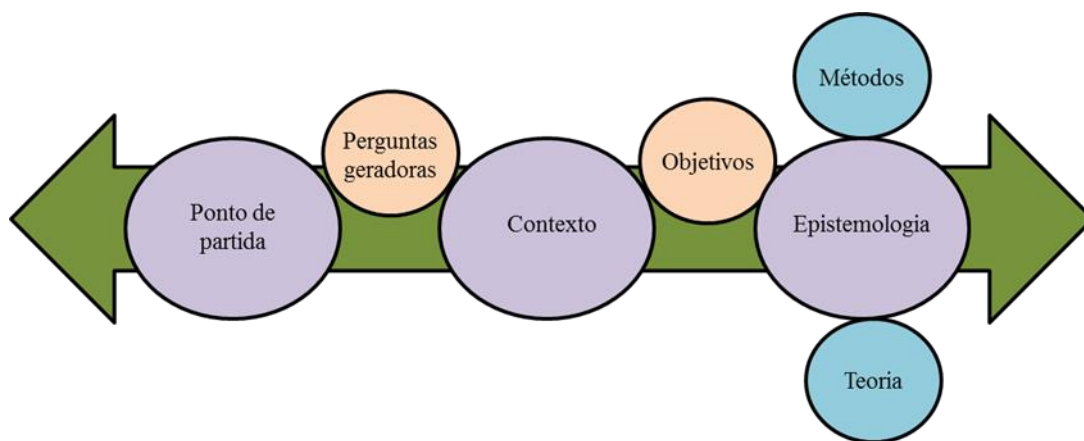
Compreendo que não há uma essência infantil, ela afinal é atravessada por muitos fatores e construída através de formas de ser e estar no mundo. Sendo assim, após refletir e dialogar com a minha orientadora sobre as considerações da banca, passei a utilizar a expressão *Casamento de Crianças*. Definir criança é tão complexo quanto definir infância, porém, como já exposto no texto, tomo como base uma definição legal na construção dessa pesquisa, que é a de criança como todo o sujeito até 18 anos. A metodologia não é algo estático, mas um processo que se constrói no decorrer da investigação. As formas como se dão as instâncias do desenvolvimento da investigação e as aproximações feitas com o objeto/sujeito/fenômeno estudado compõem parte importante do processo de pesquisa, pois são as formas como construo e me aproprio do aporte teórico-metodológico, o que delineará as formas de investigação para a composição dos resultados que serão apresentados a posteriori – e assim, em geral, para todas as pesquisas. “A dimensão metodológica é crucial na pesquisa; ela configura o conhecimento que se produz, respondendo também por seu alcance e por suas limitações.” (BONIN, 2013, p. 23).

Para compreender o objeto/sujeito/fenômeno a ser estudado é necessária uma série de procedimentos e cuidados. O principal deles é escolher processos teórico-metodológicos que se “encaixem” ao longo do percurso trilhado na relação com a empiria. Olhando para as dimensões dos paradigmas científicos e para os métodos paradigmáticos, minha investigação se centra como uma pesquisa quanti-qualitativa de caráter investigativo, com bases em um estudo interpretativo que se constituirá pelo viés exploratório, descritivo e explicativo.

Foi com base na ideia de que a metodologia é um construto, e após as leituras sobre o tema da investigação, que faço na pesquisa uso da *Transmetodologia* como uma das formas de construir a metodologia para análise do material a ser estudado. Nesse processo novo de compreensão de saberes, Maldonado (2002, 2011, 2013) aponta que não pode existir somente um diálogo entre os campos e os processos, pois isso não formaria uma nova concepção e

estruturação de ideias. Precisa-se ir além das confluências de informações, pois teoria e método são aspectos indissociáveis da pesquisa.

Figura 2- Esquema interpretativo da Transmetodologia



Fonte: Foletto (2013).

Ao desenvolver a Dissertação baseada na *Transmetodologia*, a utilizo não só como um método a ser aplicado, pois a investigação é viva, o método não é uma entidade e não é passível de aplicabilidade, ele é uma construção, que precisa ser olhada de vários modos. A *Transmetodologia* ocupa na pesquisa um papel de conceito, de metodologia, e principalmente de guia para o desenvolvimento das minhas experimentações, já que ao fazer a investigação me coloco nela enquanto sujeito, e a reconfiguro constantemente através das minhas experiências. Quando Foletto (2013) cria o esquema visual para a interpretação da *Transmetodologia* torna possível que consigamos enxergar esse procedimento da pesquisa como um processo de alimentação contínua, em fluxos que se atravessam, entendendo que os processos da pesquisa são dinâmicos, plurais e críticos, ou seja não são engessados.

Compreende -se a Transmetodologia (Maldonado, 2011, 2008, 2002) como uma trilha que perpassa, o ponto de partida da investigação ampliando as perguntas geradoras, da pesquisa, através dos exercícios de contextualização e compreendendo a problematização epistemológica, como dimensão enriquecedora para a construção de concepções teóricas e metodológicas que dialogue com os objetivos da pesquisa [...]. (FOLETTTO, 2013, p. 71).

Maldonado (2013) faz referência a dez premissas que precisamos levar em consideração quando estamos estruturando a investigação, todas se correlacionam com as dimensões dos paradigmas científicos. Saliento inicialmente a primeira e a segunda premissa, que nos mostram a importância de olhar o Outro, de lembrarmos que ao fazer pesquisa estamos sempre lidando

com seres “as ações estratégicas devem estar orientadas para o bem comum, controlando a lógica do *lucro fundamentalista*” (MALDONADO, 2013, p. 40, grifo do autor), ou seja, precisamos estar cientes de que não podemos explorar a natureza, precisamos conhecê-la para os beneficiamentos múltiplos, bem como um reconhecimento do mundo e suas transformações, não como forma de humanização da sociedade, mas de forma *multilética*³⁰ e não instrumental, “todas as sociedades necessitam configurar-se em especial as mais críticas, de modo tolerante, sábio, dialógico, democrático, solidário e artístico”. (MALDONADO, 2013, p. 41).

Assim, minha metodologia inicial partiu de um estudo bibliográfico da temática com o intuito de compreender que fenômeno é este. “Realizar pesquisa da pesquisa implica trabalhar com investigações produzidas no campo (e em áreas de interface) relacionadas ao problema/objeto, para fazer dessa produção elemento ativo na sua elaboração.” (BONIN, 2011, p. 34). Ou seja, a pesquisa da pesquisa é mais do que um levantamento daquilo que já foi produzido sobre o assunto, ela serve para nos nortear sobre os meios pelos quais está sendo analisado aquilo que procuramos entender, a forma pela qual os pesquisadores estão compreendendo a temática e para que possamos, a partir do que já foi estudado, encontrar uma nova forma de olhar o objeto/sujeito/fenômeno.

Bonin (2011, p. 34) coloca ainda que “um mapeamento geral das pesquisas realizadas é importante para situar-se neste processo e orientará o trabalho de reflexão aprofundada daqueles que se mostram relevantes”. Como irei mostrar nos itens seguintes, não tive bons resultados na pesquisa da pesquisa em nível acadêmico. Assim sendo, pensando na ideia de que devemos ampliar nossos horizontes e que o fazer investigativo é uma aventura de experimentações, passo a compreender pesquisa da pesquisa como uma coleta de materiais que sejam de qualquer ordem, desde que estes me auxiliem na compreensão do meu tema.

Sigo então após a pesquisa da pesquisa, conforme exposto acima, com o processo de contextualização e a construção do referencial teórico. Há ainda o movimento de sistematização dos dados coletados na primeira parte da exploratória (notícias e, ou reportagens jornalísticas) e a etapa qualitativa com a segunda fase da exploratória (estágio docência com a turma de comunicação e criação do material) que resultou em uma análise de Discurso, com foco no Sujeito Coletivo. Modelo do Termo de consentimento assinado pelos alunos para o uso dos trabalhos na Dissertação consta no Apêndice A deste relatório.

³⁰ Nas definições de Maldonado (2013, p. 41) *multilética* refere-se à compreensão de processos, fenômenos, e *práxis* de inter-relacionamentos dialéticos múltiplos, que expressam a densidade e a riqueza do *concreto* em *movimento*.

A Análise do Discurso do Sujeito Coletivo proposta pelos teóricos Lefevrè e Lefevrè (2000) é uma metodologia qualitativa baseada em quatro *figuras metodológicas* que auxiliam na análise e na tabulação dos depoimentos dos sujeitos, são elas:

- Ancoragem (A) = todo o discurso está ancorado de alguma forma em pressupostos, conceitos, hipóteses e teoria, sendo assim, a ancoragem é o suporte que o sujeito usa para construir suas marcas linguísticas;
- Ideia Central (IC) = a afirmação que permitirá compreender o sentido essencial do discurso do sujeito em seu depoimento;
- Expressões-Chave (EC) = aqui temos a transcrição literal de partes dos depoimentos dos sujeitos, de forma a validar a ideia central, tendo em vista que ao compararmos a expressão-chave com o discurso da ancoragem conseguimos comprovar empiricamente o local de fala do sujeito. Será com essas expressões que construiremos o Discurso do Sujeito Coletivo;
- Discurso do Sujeito Coletivo = é a busca por resgatar o discurso como um signo, compreendendo que não podemos reduzi-lo a categorias unificadoras. A ideia é reconstruir as falas como num grande quebra-cabeça onde juntamos os discursos individuais através das figuras anteriores, buscando criar um discurso que expresse os signos sobre um determinado fenômeno.

Essa metodologia de análise compõe a parte final da estrutura metodológica da pesquisa.

A *Transmetodologia* como procedimento teórico-metodológico me serve como subsídio para a formulação de técnicas distintas para coleta e investigação dos dados, e me dá suporte para construir de acordo com a demanda do meu tema empírico de referência as formas pelas quais irei trabalhar com esse assunto, em uma constante transformação de acordo com o que for solicitado nas demandas da pesquisa empírica. (MALDONADO, 2002).

2.2 CONTEXTUALIZANDO E ESCOLHENDO O MARCO TEÓRICO: DA PRIMEIRA PARTE DA EXPLORATÓRIA AO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

Parto da ideia de que para alcançar os objetivos propostos por mim para essa pesquisa uma *contextualização da infância* e do *sujeito infantil* se faz primordial para que eu consiga notar o processo de evolução do sujeito (criança) que é o ator central do meu tema. E que essa contextualização centrada na construção histórica da infância e em um desdobramento, na especificidade da história da infância no Brasil, me dá suporte para a escrita dos capítulos teóricos e para o entrelaçamento destes com as análises que irei fazer dos discursos e do material produzido pelos sujeitos.

A contextualização permite uma *visão* abrangente e ao mesmo tempo particular, e situa o *contexto do problema* como articulador dos outros contextos na estruturação

da pesquisa. Ela fortalece os aspectos históricos, culturais, éticos, sociais e políticos da investigação, evitando que seja reduzida a um exercício abstrato, ou a um jogo repetitivo de palavras solenes, sem vínculos com a realidade da região, do país e do mundo. (MALDONADO, 2011, p. 281, grifo nosso).

Esse é meu ponto de partida, contextualizar. A contextualização é um dos primeiros momentos de contato que temos com o tema estudado. No meu caso, ao tratar da infância, consegui perceber as marcas históricas impostas sobre o sujeito infantil ao longo do tempo, e como isso moldou a forma como a infância pobre é vista no Brasil. E, principalmente, como hoje, os processos de exclusão do ser infantil, marginalizado pela sociedade brasileira, auxilia na prática do *Casamento de Crianças*, e no apagamento dos discursos sobre essa temática.

A escolha dos conceitos teóricos principais se deu após o procedimento do estado da arte³¹. Como não encontrei nenhum trabalho acadêmico sobre o tema estudado nos bancos de dados procurados³², e desta forma, não tinha nenhum apoio teórico sobre o assunto elegemos três conceitos fundantes que cercariam a temática e auxiliariam no processo de compreensão do tema.

O sentido da elaboração teórica não pode ser reduzido à resenha de conceitos. Ela se fundamenta em atividades de estudo de conceitos relevantes para a problemática, mas vai além, na direção de uma apropriação que se dá por uma atividade problematizadora desses referenciais para adequá-los ao concreto investigado. (BONIN, 2011, p. 25).

Esse é o segundo ponto, o teórico: a fundamentação dos conceitos está alicerçada em três grandes marcos principais: *Pobreza*, *Direitos Humanos/Cidadania* e *Identidade Infantil*. Estes não eram os conceitos iniciais, o conceito de *Adultização da Infância* tinha sido elencado como um dos principais devido aos nossos estudos sobre infância durante o início da escrita da parte de contextualização, e não o conceito de *Pobreza*, que surge através da busca realizada por outros materiais que me auxiliassem no entendimento sobre o tema, já que não havia material acadêmico sobre o assunto. Ao buscar outros materiais que me auxiliassem no entendimento do que era o *Casamento de Crianças* no Brasil, o fiz também com o propósito de que após ler sobre a temática eu conseguisse formular a base teórica da Dissertação.

Coloca-se o desafio de refletir sobre os conceitos em relação ao seu papel na pesquisa às limitações em termos de dimensões que não dão conta e que fazem parte do

³¹ Utilizei o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Scielo; Lumia; e o Portcom;

³² As palavras utilizadas foram: casamento infantil; casamento infantil no Brasil; casamento na infância; casamento na infância no Brasil; casamento precoce; casamento precoce no Brasil; casamento de crianças; casamento de crianças no Brasil.

fenômeno investigado. Também o desafio de ampliá-los e de articulá-los a outras perspectivas que podem ajudar a fazer avançar tais limitações e considerando pistas e constatações que advêm de **incursões exploratórias de aproximação com o fenômeno**. (BONIN, 2011. p. 25, grifo nosso).

A partir da proposta da temática realizei uma busca no site *Google* com o descritor *Casamento Infantil no Brasil*. O *Google* indexa para resultado da busca todos os documentos que estejam na base de dados usando primeiro as palavras da forma como utilizei, e após de forma separada e unindo-as (*Casamento – Infantil – Brasil*), o que gera um número de resultados muito grande. Há mecanismos para fazer buscas criados pelo portal, portanto, se usarmos as palavras-chave que estamos procurando dentro de aspas, somente resultados que contenham as palavras na forma como eu escrevi e naquela ordem irão aparecer como resultados (GOOGLE, 2008), mesmo assim, o número de resultados é grande, pois o portal não tem filtros para além das formas de mecanismos utilizados ao escrever o que se está pesquisando.

Segundo as informações sobre o site de busca, os documentos mostrados até a página cinco irão conter resultados mais específicos relacionados ao tema pesquisado, isso não quer dizer que nas demais páginas não tenhamos assuntos pertinentes ao tema, porém, quanto mais distante estiver a página do início do tema indexado como *link* número um, menos provável que a página apresente resultados satisfatórios, deste modo, nesse momento para a primeira leitura inicial fiquei com os primeiros 50 resultados (são 10 resultados por página). Após a leitura dos primeiros resultados, ainda sem análise, somente uma leitura flutuante, e vendo que a quantidade de matérias com assuntos diferentes era pequena ampliei o número de páginas de *links* salvos. Todos os links das primeiras cinco páginas, visitados antes apareceram para mim marcados em “roxo”, cor que sinaliza que eu já havia aberto aquela página³³, pude assim, continuar da página seis, pois os resultados não haviam mudado, em vista disso, obtive mais 50 resultados, para a segunda leitura, totalizando um total de 100 *links*.

A partir dos títulos dos *links* fiz a primeira seleção: os títulos que não tinham ligação nenhuma com o tema – mesmo estando dentro do recorte de abas selecionadas conforme proposto – foram excluídos da amostra, e também os *links* em que o título sugeria ligação com a temática, mas ao analisar o conteúdo não havia nenhuma relação. Deste modo, restaram 74 resultados com os quais iniciei o processo de organização dos *links*. Posteriormente organizei uma tabela dividida em cinco campos: *Título* (correspondendo ao título do material conforme divulgado no site); *Sobre o que é?* (com o assunto do material); *O que é* (natureza do material

³³ Além de aparecer abaixo das informações sobre o link a data da última vez em que visitei aquela página.

– reportagem, notícia, artigo, vídeo, etc.); *Sobre o Brasil* (constava se material se referia ao país, pois apesar do descritor conter essa informação, resultados sobre o *Casamento de Crianças* em todo o mundo apareceram no buscador); *Data* (a data em que o material foi postado/produzido no site); e o *Site* (aqui o nome do site do qual retirei o material)³⁴. A tabela com os *links* dos materiais coletados encontra-se no Apêndice B, desta Dissertação.

Após essa primeira organização, classifiquei para análise somente os materiais que se referiam ao Brasil e que eram de cunho jornalístico³⁵, descartando as reportagens e, ou notícias sobre outros países (31 no total), e o sumário executivo do livro do Instituto Promundo, totalizando assim 42 reportagens e, ou notícias. Saliento aqui que 25 das notícias e, ou reportagens falavam somente sobre os dados da Pesquisa da Instituição Promundo, ou seja, mais da metade das reportagens repetiram seu discurso (foi escolhida uma só delas). Além de que 11 reportagens e, ou notícias eram exatamente iguais e uma apresentava o *link* para uma reportagem que já estava no recorte da amostra (selecionei uma de cada das que se repetiam). Sendo assim, a reflexão inicial para escolhas dos conceitos foi baseada no discurso de reportagens e, ou notícias que trouxessem informações diferenciadas: foram 14 notícias e, ou reportagens³⁶. Com bases nessas notícias e reportagens de jornais compreendi que nessa temática específica o problema central do nosso país envolve diretamente a condição social (econômica) dos sujeitos e que a maioria dos casos acontece com meninas. Foi a partir dessa primeira exploratória, que resultou em uma análise de discurso³⁷ do material jornalístico – Modelo ficha de Análise no Apêndice C –, que elenquei o conceito de *Pobreza* como um conceito principal.

A escolha pelo material jornalístico como fonte de informação, foi feita pensando no papel social da mídia enquanto promovedor de cidadania, enquanto espaço de aprendizados e principalmente como mediadora das relações humanas contemporâneas. As mídias, com seu entrelaçamento nas dinâmicas sociais, assumem um papel primordial na construção e consolidação dos Direitos Humanos perante uma nação. Quando pensamos os problemas sociais enfrentados pelos países, conseguimos perceber a importância que as mídias têm na construção dos discursos acerca de diferentes temas e operando como um espaço de aprendizado. Sendo assim, entendendo a mídia e sua vinculação com os Direitos Humanos como um meio de exercer cidadania comunicativa, aqui compreendida nas instâncias elencadas por

³⁴ Optei por salvar as páginas em PDF, devido ao fato de que a internet se modifica diariamente e os links podem deixar de funcionar.

³⁵ São estas: notícias, reportagens, entrevistas.

³⁶ Tabela das notícias selecionadas e sua análise no **Subcapítulo 3.2** “*Casamento de Crianças*”.

³⁷ Os resultados na Análise, compõe o Capítulo sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil.

Mata (2006) como os direitos civis de liberdade, de expressão e de informação que tornarão os sujeitos visíveis no espaço midiático.

Compreendo, assim, que uma análise de discursos midiáticos, me ajudam a entender para além do tema estudado, me mostram como eles podem ser um estimulador desses direitos que envolvem o público infantil. E como o entendimento dos estudantes de Comunicação, profissionais que irão ajudar a construir esses discursos, se faz primordial/necessário, para que através dele eles auxiliem os demais sujeitos a compreender a capacidade que tem os coletivos³⁸, quando estes buscam por políticas sociais que ajudam na quebra de estereótipos e de práticas abusivas em relação à infância.

Creio em uma metodologia que se transforma, que se modifica conforme o investigador vai aproximando a teoria e a empiria. (MILLS, 1975). Nessa investigação não trabalharei com um objeto e sim com uma temática, e, portanto, a ida a campo se deu após o percurso teórico inicial e a primeira parte da exploratória, na qual os resultados dessa investigação de contextualização e aprofundamento do tema aqui pesquisado foram socializados com os estudantes de Comunicação com quem realizei debates sobre a investigação para posterior análise dos seus discursos sobre a temática.

2.3 DANDO CONTINUIDADE ÀS PESQUISAS EXPLORATÓRIA E SISTEMÁTICA

A pesquisa exploratória tem se dado primeiramente pelo viés de entendimento sobre o tema *Casamento de Crianças* – com base na construção dos conceitos já apresentados. Para que a investigação do fenômeno estudado seja posta em prática, é necessária a busca por um aprofundamento teórico que me auxilie a entender como ocorre e o motivo do *Casamento de Crianças* no país, que, de acordo com o material coletado³⁹, se dá no Brasil, em sua maioria, pela pobreza.

As notícias e reportagens encontradas nessa primeira parte da exploratória foram analisadas para subsidiar o subcapítulo da Dissertação sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil e foram feitas com base na *Análise do Discurso*, buscando compreender como as mídias têm retratado essa temática – já que entendo a mídia como um processo de educação –, e, tendo em vista que os discursos midiáticos têm forte poder de inserção nas vidas das pessoas, ou seja, o

³⁸ Quando falo em coletivo estou me referindo a um grupo de pessoas que têm interesses em comum, estas tendem a ser uma das formas mais democráticas de difusão de informação e conteúdo, com o objetivo de integrar pessoas para trocar experiências e enriquecer seus trabalhos e conhecimentos

³⁹ Composto de notícias/reportagens.

discurso é “[...] a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade social. Esta mediação é feita [...] pelas práticas discursivas nas quais o homem se insere, sendo capaz de significar e significar-se” (MONTEIRO, et al., 2006, p. 2), e é esse entendimento de sentidos que busco compreender ao analisar cada reportagem e, ou notícia.

Ademais, os outros objetivos por mim elencados e que compõem ainda a problemática dessa investigação também necessitavam de fundamentação teórica, deste modo a ideia foi partir da *construção teórica* para a realização do estágio docência em uma turma da Comunicação.

O desenho *transmetodológico* afirma a necessidade da fabricação teórica de hipóteses, noções, idéias (sic), argumentos e conceitos na atividade da pesquisa [...]. Sendo assim a *prática teórica* define-se como uma condição indispensável de toda pesquisa realmente científica; gerar teoria é um desafio que tem tanto um iniciante científico e um pesquisador maduro. A pesquisa requer a produção de conhecimento teórico, por mais ênfase empírica que tenha sua estrutura de projeto, sua realização (se é séria e aprofundada) configurará questões teóricas importantes para serem trabalhadas. (MALDONADO, 2013, p. 49, grifo do autor).

A investigação com os estudantes teve dois momentos distintos: primeiramente, a proposta da construção de um material⁴⁰ que auxiliasse na “prevenção”⁴¹ da prática do *Casamento de Crianças* no Brasil, como resultado dos debates em sala de aula; e, depois, a aplicação de um questionário sobre as experiências e entendimentos dos estudantes – Modelo do questionário consta no Apêndice D deste relatório.

O estágio docência fez parte da segunda etapa da exploratória, que ocorreu já com uma parte de sistematização dos dados coletados na construção teórica dessa pesquisa. Dei início ao meu estágio docência no dia 03 de agosto, (segundo semestre letivo de 2016) com os estudantes do curso de Comunicação⁴². A turma do estágio foi a da disciplina de Mídia e Cultura⁴³, com 36 alunos dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda (PP), Relações Públicas (RP) e Comércio Exterior (COMEX)⁴⁴. Foram ao todo 20 aulas, de agosto a dezembro de 2016, nas quais foram trabalhados assuntos como: mídia e diversidade, gênero, direitos humanos, propaganda e preconceito, mídia e infância, mídia e identidade cultural, formas de ser e estar no mundo, modos de fazer comunicação, experiências comunicacionais, além de formas de

⁴⁰ Esse material poderia ser uma campanha publicitária, um vídeo, um cartaz, um livro, etc.

⁴¹ Os materiais produzidos pelos alunos acerca da temática aqui investigada também farão parte do *corpus* de análise da segunda fase da exploratória.

⁴² A ideia inicial era trabalhar com os estudantes da área da educação, no curso de Pedagogia, e com os de Comunicação. Como o trabalho iniciado no estágio docência me rendeu um vasto material para ser explorado foquei somente nos estudantes de Comunicação.

⁴³ Disciplina de tronco comum obrigatória aos cursos de Comunicação Social da Universidade Feevale.

⁴⁴ O aluno de Comércio Exterior estava realizando a disciplina como uma optativa do seu curso.

cobertura midiática de temáticas relevantes ao período em que as aulas foram ministradas, tais como: a votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas, a morte de Fidel Castro e a queda do avião da Chapecoense.

Todas as temáticas abordadas em aula com os alunos apresentam alguma relação com o meu tema (até os assuntos diários, pois fazem parte das noções de cobertura midiática) de investigação, que também foi trabalhado com os estudantes. As aulas foram registradas em diário de campo (instrumento que irá me auxiliou no estudo e reflexão sobre o que observei de forma que a minha revisitação constante me deu novas pistas e constatações acerca do fenômeno estudado), e as últimas duas aulas, nas quais os alunos apresentaram seus projetos finais da disciplina, tinham relação com o meu tema e foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise, tendo como base a *Análise do Discurso do Sujeito Coletivo* (ADSC).

Os trabalhos finais foram realizados pelos alunos durante 4 aulas específicas – onde puderam desenvolver os projetos com o meu apoio e o da Professora Saraí (titular da disciplina) durante o período de aula –, os projetos partiram dos estudos feitos em aula e do material bibliográfico e visual disponibilizado para os alunos. Todas as campanhas trabalharam com o enfoque “do *Casamento de Crianças*”.

Como acompanhei todo o procedimento de elaboração das campanhas, obtive um material significativo para o diário de campo que foi utilizado para dar sentido a forma como estruturei os Discursos Coletivos. Vale destacar que o diário de campo é um instrumento para registro de atividades, o que me permite realizar novas interpretações através de sucessíveis releituras, auxiliando o meu crescimento ao acompanhar esse aprendizado diário e possibilitando que eu reavalie meus atos. Segundo Bachelard (1971), é necessária uma constante reflexão sobre os próprios atos, técnicas utilizadas e aproximação e/ou revisitação do fenômeno (no meu caso, temática) estudada.

2.4 CONSTRUÇÃO DA ETAPA QUALITATIVA

A etapa qualitativa foi dividida em três partes que são contadas em maiores detalhes no **capítulo 5** da Dissertação, sendo elas: a aproximação com os estudantes, desenvolvimento dos materiais e análises dos discursos produzidos. A primeira parte foi a realização do estágio docência, no capítulo, relato como foi o período de estágio docência e o acompanhamento da produção do material dos alunos; Na segunda parte, reflito e faço uma Análise do Discurso do Sujeito Coletivo utilizando as mais de oito horas de áudio. Para finalizar apresento as campanhas originárias desses discursos, e que foram produzidos pelos alunos. Saliento que não

analisar as peças produzidas pelos alunos, enquanto material midiático, com seus signos e significados. Elas servem para mostrar como os discursos (esses analisados) foram incorporados na prática e na realização da atividade proposta

Apesar de dividida em três partes, subcapítulos, a análise é um processo de atravessamentos, pois cada uma das etapas tem relação direta com as outras, afinal estamos falando de trabalhos e discursos produzidos por sujeitos que carregam suas bagagens culturais, suas vivências e suas interpretações de mundo e principalmente as formas como eles concebem a representação social.

Um modo legítimo – não por certo, o único – de conceber as Representações Sociais consiste em entendê-las como a expressão do que pensa ou acha determinada população sobre determinado tema. Este pensar, por sua vez pode se manifestar, dentre outros modos, através do conjunto de discursos verbais emitidos por pessoas dessa população. (LEFEVRÊ; LEFEVRÊ, 2000, p. 13).

Me baseando nessa ideia, transcrevi todos os áudios de forma literal conforme pede a metodologia da *ADSC*, que resultaram em cerca de mais de 11 mil palavras transcritas em 31 páginas de *Word*. A partir das transcrições encontrei as quatro figuras metodológicas propostas por Lefevrê e Lefevrê (2000), com as quais montei as tabelas no *Excel* – Modelo tabelas Apêndice E. Fiz uma tabela para cada grupo, onde coloquei primeiramente as *Ancoragens* encontradas durante a leitura e escuta dos áudios dos estudantes, foram 7 ancoragens: *Casamento de Crianças* em outras partes do mundo; *O Casamento de Crianças*; Falta de notícias; Contexto Social; Pobreza; Cultura do Machismo; Jovens – Cabeça aberta.

Com base nessas *Ancoragens*, encontrei as *Ideias Centrais* para os DSC sobre cada uma dessas ancoragens nas quais os alunos fundamentaram seus discursos. Após transcrevi para as tabelas os trechos literais do discurso onde eles fundamentavam essas ideias, as expressões chaves, e por último construí os discursos coletivos, sobre os quais reflito no **Capítulo 5**.

Esse processo de *ADSC*, me auxiliou a compreender como os alunos criaram as campanhas, pois o discurso é uma defesa do material elaborado por eles,

[...] pesquisas qualitativas apoiadas em pressupostos sociológicos, trabalham num espaço denominado “campo”, o que faz com que se deva entender as pessoas, objetos destas pesquisas, como um conjunto de indivíduos que, situadas numa dada posição no campo, são identificáveis como uma categoria na medida em que, segundo Bourdieu, detém *habitus* e representações semelhantes, que se traduzem em determinadas práticas sociais e modalidades de discursos que as expressam. (LEFEVRÊ; LEFEVRÊ, 2000, p. 15, grifo do autor).

O amadurecimento discursivo dos alunos pode ser percebido através do uso das repostas dos questionários respondidos durante a construção do trabalho. Tabulei as respostas dos questionários – recebi 30 questionários dos alunos participantes da disciplina. As respostas dos questionários também foram colocadas em tabelas para que eu pudesse refletir sobre os discursos finais com o auxílio delas. As perguntas do questionário foram dissertativas, o que já auxilia na forma de interpretação do discurso, já que, a responderem com textos as questões o sujeito mostra dados da sua realidade e de caráter subjetivo: suas ideias e suas crenças. (LEFEVRÈ; LEFEVRÈ, 2000).

O que busquei fazer foi a união dos materiais coletados, de modo a cruzar os dados obtidos através da análise individual de cada um, porém, usando como base o próprio discurso dos alunos, tendo como sustentação aquilo que foi trabalhado em aula “no nível interpretativo podemos obter respostas melhores ou piores – dependendo de vários fatores, tais como adequação do referencial teórico, imaginação/inteligência [...]” (LEFEVRÈ; LEFEVRÈ, 2000, p.14).

A *Transmetodologia* se mostra uma opção epistêmica na qual tenho oportunidade de configurar alternativas e formular estratégias enriquecedoras para a investigação, ela se caracteriza por: “confluência de métodos; entrelaçamento de lógicas diversas (formais, intuitivas, para-consistentes (sic), abduativas, experimentais e inventivas); estruturação de estratégias, modelos, e propostas mistas [...]”. (MALDONADO, 2013, p. 33).

A oitava premissa da *Transmetodologia* coloca que o trabalho científico só tem sentido ético e filosófico se assumir um compromisso com a humanidade, as culturas, a vida em sociedade, as transformações sociais, e o bem-estar no mundo. Ao escolher o conceito de Direitos Humanos e o de Cidadania como bases para o desenvolvimento da Dissertação penso naquilo que torna o meu estudo relevante, não só para a área acadêmica, mas para a área social. Porém, com o estágio docência percebi que o tema aqui estudado não era “caro” somente a mim, ele atinge todas as pessoas. E temos nos estudantes de Comunicação uma forma de mudar alguns comportamentos com relação à maneira como estão sendo produzidos os materiais comunicacionais, como as histórias sociais têm sido contadas atualmente e, principalmente, sobre a invisibilidade de assuntos referentes aos direitos infantis na mídia.

A ideia era de que os futuros comunicadores pensassem no seu papel social enquanto educadores não formais e trabalhassem com a perspectiva de criação de um material que tivesse como base os conceitos de *Gênero*, *Mídia* e *Direitos Humanos* apresentados a eles durante as aulas da graduação e nos debates sobre a temática. A experiência da prática docente foi muito boa para elucidar várias questões sobre a formação do comunicador. Atualmente, temos vivido

uma onda avassaladora de conservadorismo, de ódio e de um processo comunicacional (jornalismo, propagandas, publicidades) mal feito. Os princípios éticos que aprendemos na faculdade têm sido perdidos no meio de uma briga política – e um desmonte – daquilo que um dia (e por pouco tempo) conhecemos como democracia.

As culturas xenófobas, fundamentalistas, etnocêntricas, e violentas, no ocidente e no oriente, nos países desenvolvidos e nos atrasados, nas sociedades industrializadas urbanas e nas pré-capitalistas, ainda representam um conjunto importante dos *modelos de vida* contemporâneos. A superação e a ruptura dessas formas de existência, e de pensamentos, é um desafio estratégico do conjunto da humanidade, a qual precisaria de uma série de *revoluções culturais* de complexa realização nas condições históricas contemporâneas. (MALDONADO, 2013, p. 40, grifo do autor).

Um dos objetivos ao qual me proponho na Dissertação é o de compreender como os futuros comunicadores têm aprendido sobre as temáticas que atravessam o tema central da minha investigação. Creio que a forma como fui estruturando a parte teórico-metodológica da pesquisa esteja de acordo com o que procuro investigar. Os resultados obtidos após a prática docente, me mostram que o trilhar metodológico da minha Dissertação pode contribuir para promover e ampliar o debate sobre a cultura da mídia tendo como foco a relação entre a comunicação e os direitos humanos.

3 INFÂNCIA: ENTORNO DA PROBLEMÁTICA

Para dar conta de compreender o tema escolhido, me embasei em quatro conceitos principais (Infância, Direitos Humanos e Cidadania, Pobreza e Identidade), sendo que o primeiro deles serve para contextualizar e cercar a temática investigada: *Infância*, principal conceito utilizado para dar conta de problematizar a temática e me auxiliar na análise do discurso dos sujeitos, pensando principalmente a construção dessa etapa da dimensão humana enquanto fase constituinte da vida do ser humano. Assim como os aspectos históricos da construção do sujeito infantil no Brasil, tendo como ponto norteador o tema dessa pesquisa, que é o *Casamento de Crianças*, tendo em vista que a investigação toda se pauta no *Casamento de Crianças* no Brasil e as formas pelas quais e porque ele ocorre.

Segundo Amora (2009, p. 387), a infância pode ser definida como o “período de crescimento que vai do nascimento à puberdade; primeiro período de uma sociedade, de uma arte, etc.” – essa é a definição obtida no dicionário ao procurarmos pela palavra infância, ou seja, a infância é a fase de desenvolvimento inicial do ser humano. Essa “etapa da vida” deve ser pensada em duas dimensões: a do sujeito (primeira definição do dicionário) e a social (segunda definição do dicionário), ou seja, só há uma infância se houver um sujeito inserido em um processo social.

A ideia de infância é uma construção dentro dos processos históricos civilizatórios pelos quais a humanidade vem passando. Alguns autores (GONDRA, 2010; QUINTEIRO, 2002) vão dizer que há “um processo de emergência da infância”, tendo em vista que o sentido dubio da palavra emergência é posto pensando: a infância como um surgimento, uma criação, e/ou como um problema a ser enfrentado. A ideia seria de que só podemos ter um problema se tivermos uma criação. Uma infância que passou ao longo do tempo a ser encarada como um “artefato social e histórico e não apenas uma simples entidade biológica”. (STEINBERG; KINCHELOE, 2004, p. 11). O surgimento da infância como um período importante da vida do ser humano e da forma como a concebemos hoje é recente, as pinturas entre os séculos X e XII mostram crianças com traços adultos apenas retratados em proporções menores (estatura),

[...] os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida. (ARIÈS, 1981, p. 40).

Aqui notamos presente o processo de *adultização da infância*, a representação do sujeito infantil apenas como uma miniatura do homem. Essa *adultização* está presente nos retratos bíblicos da época onde as crianças apareciam ao lado de adultos como “homenzinhos”, todos baseados na imagem e semelhança de Jesus, até então retratado “como uma redução do adulto: um pequeno Deus-padre majestoso, apresentado pela Theotókos”. (ARIÈS, 1981, p. 41). Vai ser por volta do século XIII que teremos o surgimento de pinturas com crianças mais parecidas com a noção de infância que temos na atualidade, porém a história registra isso somente nos contos bíblicos,

[...] num retrato da família de Moisés, o marido e a mulher dão as mãos, enquanto as crianças (homenzinhos) que os cercam estendem a mão para a mãe. Esses casos, porém, eram raros: o sentimento encantador da tenra infância permaneceu limitado ao menino Jesus até o século XIV, quando, como sabemos, a arte italiana contribuiu para desenvolvê-lo e expandi-lo. (ARIÈS, 1981, p. 41).

Apesar da expansão das pinturas italianas e da nova forma de retrato do ser infantil – agora já com traços mais infantilizados –, teremos outras fases importantes na construção da descoberta de uma infância. A criança ainda demorará a ser retratada sozinha; a infância religiosa deixa de pintar somente a infância de Jesus e surgem outras crianças – personagens de histórias da bíblia –, que irão ser retratadas agindo como crianças no meio de adultos. Não se pensava antes disso em se ter registros somente de crianças, ainda mais quando a taxa de mortalidade infantil era tão alta.

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. (ARIÈS, 1981, p. 48).

A morte como uma “etapa da vida” – o fim dela, também faz parte desse processo de construção social. Na cultura na qual estamos inseridos atualmente, a morte de uma criança é absorvida com muito mais tristeza do que a morte de um adulto, para os pais perder um dos filhos é descrito como o processo mais doloroso que existe. Fato esse que até o final do século XIV era encarado com uma naturalidade – que hoje seria assombrosa.

Ainda no século XVII, em *Le Caquet de l'accouchée*, vemos uma vizinha, mulher de um relator, tranquilizar assim uma mulher inquieta, mãe de cinco “pestes”, e que acabara de dar à luz: “Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos”. Estranho consolo! As pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. Isso explica algumas

palavras que chocam nossa sensibilidade moderna, como estas de Montaigne: “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero”, ou estas de Molière, a respeito da Louison de *Le Malade Imaginaire*: “A pequena não conta”. A opinião comum devia, como Montaigne, “não reconhecer nas crianças nem movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo”. (ARIÈS, 1981, p. 44).

Todos esses processos narrados acima ajudaram a construir a infância que temos hoje. “A infância é uma criação da sociedade sujeita a mudar sempre que surgem transformações mais amplas.” (STEINBERG; KINCHELOE, 2004, p. 12). Na citação de Ariès (1981) escrita anteriormente podemos ver que a criança era tratada como um objeto, não se pensava nela como um ser dotado de sentimentos e com uma alma. O desapego das famílias em relação ao sujeito infantil se devia em grande parte não a uma falta de amor, mas sim às condições demográficas da época⁴⁵. (ARIÈS, 1981; SILVA, 2016). Tanto que no século XVI o surgimento dos retratos de crianças mortas irá marcar a profundidade dos sentimentos nas relações humanas (pais e filhos).

Imagem 3 - Criança retratada morta junto de sua irmã



Fonte: Goulart (2014).

⁴⁵ Falarei sobre a influência das condições demográficas nos capítulos seguintes dessa investigação, pensando sob a ótica de que crianças em situação de *vulnerabilidade social* (conceito esse baseado nas instâncias elencadas por Janczura (2012) de que a vulnerabilidade não se restringe às questões financeiras, mas também ao nível afetivo-emocional dessas crianças, ao risco físico do entorno do local em que moram e convivem, às práticas de vivência de suas famílias ou das pessoas que os acolhem) são mais suscetíveis aos problemas sociais e ao “desapego” de suas famílias, e, assim como nos séculos anteriores citados, não é que não haja amor.

No museu dos Augustins, em Toulouse, existe um tríptico muito curioso proveniente da coleção Du Mège. Os painéis são datados de 1610. De cada lado de uma descida da cruz, estão pintados os doadores ajoelhados, um marido e uma mulher, e sua idade. Ambos têm 63 anos. **Ao lado do homem, vemos uma criança vestida** com o traje então usado pelas crianças de menos de cinco anos: o vestido e o avental das meninas, e uma grande touca enfeitada com plumas. A criança está vestida com cores vivas e ricas, verde brocado de ouro, que acentuam a severidade das roupas pretas dos doadores. **Essa mulher de 63 anos não podia ter um filho de cinco. Tratava-se de uma criança morta, sem dúvida, um filho único cuja lembrança era guardada pelo velho casal: eles quiseram mostrá-lo a seu lado em suas roupas mais bonitas.** (ARIÈS, 1981, p. 46, grifo nosso).

Esse processo de reconhecimento do sujeito infantil ganha força quando no séc. XVII a criança começa a ser representada sozinha por ela mesma, na fase em que estivesse. Esse costume é incorporado pelas famílias e nunca mais se perdeu. “No século XIX a fotografia substitui a pintura: o sentimento não mudou.” (ARIÈS, 1981, p. 48). Daí vêm os álbuns de fotografia da infância, tão comuns na sociedade atual para registrar os passos dos filhos até a idade adulta como uma forma de guardar as boas lembranças e manter o sentimento de apego.

O processo de descoberta da infância iniciou no século XIII, mas será no século XVII o marco histórico da consolidação de que há essa infância. (POSTMAN, 1999). Aparecem na literatura os primeiros registros das falas infantis – expressões utilizadas pelas crianças são incorporadas a grandes obras, mostrando assim uma preocupação com esse sujeito –; como já citado, surgem os retratos das crianças como elas são; as roupas dos meninos passam a ser roupas feitas para as crianças.

A indiferença marcada que existiu até o século XIII [...] não aparece apenas no mundo das imagens: o traje da época comprova o quanto a infância era então pouco particularizada na vida real. Assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. (ARIÈS, 1981, p. 56).

Esse processo de *adultizar* a criança pela sua vestimenta, que também foi visto através das pinturas da criança como um homem em miniatura, fazia do sujeito infantil uma extensão do adulto não só fisicamente, mas exigia dele um comportamento que se assemelhasse ao dos adultos, ou seja, se construía simbolicamente uma *identidade* adulta no sujeito infantil. “No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguia dos adultos.” (ARIÈS, 1981, p. 56). Porém, essa separação através da vestimenta só acontecia com os meninos, as meninas ainda se vestiam como as mulheres adultas. Esse processo diferente no que tange a construção de uma infância de meninos e

meninas irá auxiliar no entendimento da temática dessa pesquisa, já que os processos de adultização das meninas se mantiveram ainda por muitos anos, e auxiliaram na construção de uma subjugação do sujeito feminino ainda na infância.

Curioso notar também que a preocupação em distinguir a criança se tenha limitado principalmente aos meninos: as meninas só foram distinguidas pelas mangas falsas abandonadas no século XVIII, como se a infância separasse menos as meninas dos adultos do que os meninos. (ARIÈS, 1981, p. 64).

No séc. XVII os meninos deixaram de usar aos quatro anos de idade os vestidos com gola, traje típico dos meninos até mais ou menos os sete anos de idade, quando passavam a ser considerados adultos. Isso será assim até o final do século XIX, pois somente com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o costume de vestir os meninos na fase da infância com vestidos irá acabar. Esse fato traz à tona a sensação dúbia em relação ao processo de construção da infância, pois vimos até o presente momento que foi relegado à criança no séc. XVII, após grande período de negligência, atenção por parte das famílias, contudo, essa etapa da vida se extinguiu ainda muito cedo. Assume-se que o sujeito infantil é parte da família, começa-se a tratá-lo como uma criança (os meninos), mas consideram-no adultos ainda antes dos 10 anos.

Aqui podemos salientar que a maneira de vestir os meninos de uma forma diferente e não as meninas vai indicar outros costumes que irão socialmente construindo o local da mulher na sociedade.

[...] os meninos foram as primeiras crianças especializadas. Eles começaram a freqüentar (sic) em massa os colégios já no fim do século XVI e início do XVII. O ensino das meninas começou apenas na época de Fénelon e de Mme de Maintenon, e só se desenvolveu tarde e lentamente. Sem uma escolaridade própria, as meninas eram muito cedo confundidas com as mulheres, como outrora os meninos eram confundidos com os homens, e ninguém pensava em tornar visível através do traje uma distinção que começava a existir concretamente para os meninos, mas que ainda continuava inútil no caso das meninas. (ARIÈS, 1981, p. 64).

Esse local construído historicamente para a mulher vai se perpetuar até os dias de hoje, de formas diferentes em cada parte do mundo, mas vai ser na infância que os discursos sobre o local de cada sujeito na sociedade vão tendo seu início, isso se dá com as brincadeiras, com a cor das roupas, com a divisão das tarefas em casa, dentre tantas outras coisas. No séc. XVIII, após a criança ganhar visibilidade, ainda se mantinham os padrões das atividades para cada sujeito, sendo que as meninas eram ensinadas para o lar. (ARIÈS, 1981).

A infância ganhou novos contornos durante os séculos e se consolidou como parte importante da vivência humana. Tornou-se algo que compreendemos, que podemos explicar e

nomear, vemos ela como “Outro”, um objeto a ser estudado. (LARROSA, 2010). entretanto, precisamos ter extremo cuidado ao falar de infância, ela não pode ser objetificada e ela o é por muitas instâncias da sociedade, principalmente no que remete às legislações. “É necessário repartir a vida e prescrever para cada fase medidas próprias que reconheçam e solidifiquem a crença em uma vida segmentada.” (GONDRA, 2010, p. 8). Essa divisão vai se apresentar principalmente nas instituições de ensino que seguirão uma norma de categorização dos sujeitos de acordo com sua idade. Será a partir do surgimento da Escola, como já relatado, o ponto inicial de consolidação de uma identidade infantil, deste modo as práticas sociais desenvolvidas no ambiente escolar é que auxiliarão nos processos de tomada de decisões por parte dos sujeitos.

Ao longo de muitos anos (e ainda neste século em que estamos, o XXI), as meninas serão tratadas de formas diferentes dos meninos no que tange os seus direitos perante as famílias.

São as sociedades, as civilizações, que conferem significado à diferença. Portanto, não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la. As relações entre homens e mulheres, que implicam desigualdades políticas, econômicas e sociais e que configuram papéis (sic) diferenciados segundo o sexo, estão intimamente ligadas aos princípios da hierarquia. (COLLING, 2004, p. 17).

A prática do *casamento* entre crianças e adultos sempre existiu, mas antigamente se dava em uma construção histórica diferente da que temos hoje, afinal, não existiam leis de proteção à infância, pois não se pensava nessa infância como um processo importante na construção da vida do ser humano. Isso vai mudar com o passar dos séculos e documentos legisladores de proteção à infância vão ser criados ao redor do mundo. O Brasil vai criar suas próprias leis baseado nos documentos mundiais por ele ratificados, porém, o *Casamento de Crianças* continuará acontecendo, agora em maior prevalência com as meninas, seguindo um critério histórico do local social construído para a mulher, em casa.

Precisamos desconstruir essa percepção de uma infância mágica – daí a ideia de emergência, pois continuamos perpetuando ideários constituídos socialmente e legitimamos e reproduzimos uma infância normativa como padrão absoluto. Desta maneira, temos auxiliado a continuação das lógicas perversas que envolvem o *Casamento de Crianças* no Brasil, e o local social do sujeito feminino além da instância de *pobreza* na qual a prática está inserida, quando negamos essa outra infância esse outro “Eu feminino”. (GONDRA, 2010).

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CRIANÇA NO BRASIL

A história da infância no Brasil nunca esteve muito presente em livros, assim como a história infantil no mundo todo, talvez o autor mais conhecido seja Philippe Ariès (o primeiro a escrever um livro inteiramente sobre a infância), no entanto, o autor o faz do ponto de vista europeu, o que traz algumas dissonâncias com a realidade brasileira. Se Ariès é a grande referência inicial a nível mundial, a professora e historiadora carioca Mary Del Priore seria a grande referência em nível nacional. No ano de 1991, Mary organizou o livro que se tornaria a principal obra sobre a infância no Brasil, “História das Crianças no Brasil”, e conta ao longo de suas páginas, através de artigos, os diversos períodos da criança no país até aquele momento, a autora define que “resgatar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas”. (PRIORE, 1991, p. 5).

No Brasil a infância vai sendo construída com muitos pontos semelhantes ao que é narrado por Ariès (1981) quando este retrata a infância baseada no conceito europeu, porém há algumas diferenças na forma como as coisas ocorreram no nosso país, principalmente no que tange às crianças negras. Apesar de que “a colônia luso-americana concebeu uma visão hegemônica de infância em consonância com a visão europeia (sic)” (SANTOS, 2007b, p. 227), ou seja, quando os portugueses aqui chegaram, em 1500, trouxeram junto essas ideias de infância, muito diferentes dos que aqui eram praticados pelos povos que já habitavam o nosso país, os indígenas, que tratavam as crianças como centro da formação da tribo. Estes dedicavam um tempo de cuidado grande aos pequenos e depois os inseriam com naturalidade ao processo cultural da vida adulta na tribo. (PRIORE, 1991).

Todas as crianças que não pertencessem às famílias nobres e que vieram junto com a coroa portuguesa (nos navios viajaram principalmente crianças judias, filhos de famílias pobres e crianças órfãs) eram consideradas “mão de obra para o trabalho”, além das crianças indígenas. A partir de 1532, com a colonização do país, o número de crianças indígenas no trabalho aumenta, elas começam a acompanhar seus pais antes mesmo de completarem oito anos.

Com a chegada dos Jesuítas inicia-se a catequização dos índios. Os Jesuítas acreditavam em um processo de civilização do povo que aqui estava, consideravam os índios como pecadores e as crianças indígenas como partes desse “mundo diabólico”. Deste modo, pretendiam através da *educação* torná-las seres iluminados, pois acreditavam que a infância era a etapa da vida onde se podiam moldar as crianças e torná-las civilizadas, através de uma

educação rígida, Santos (2007b, p. 227) coloca que a finalidade com essa civilização era “prepará-los para o trabalho compulsório”.

O mesmo trabalho compulsório destinado às crianças filhas de escravos que aqui chegaram por volta de 1550. Não é muito claro na história a definição de infância atribuída à população negra, me refiro à questão das divisões etárias, sabe-se que as categorias de infância, adolescência e idade adulta eram usadas tanto para os livres e libertos, quanto para os escravos. Através de análises de registros históricos, historiadores apontam que a partir dos três anos de idade a criança negra já executava algumas tarefas domésticas que não tinham cunho econômico, mas ao atingirem sete anos de idade já deixavam de ser consideradas crianças e tinham sua mão de obra qualificada para o trabalho. (LIMA; VENÂNCIO, 1991).

A concepção de infância nesse período não era homogênea, existindo diferenças substanciais entre a criança escrava, a indígena e a branca, **demarcadas pela situação étnica e de classe que cada uma ocupava na sociedade**. A natureza de classe da sociedade colonial construiu a concepção de infância de acordo com as necessidades do dinamismo do sistema, ou seja, a criança escrava deveria trabalhar com o objetivo de dar retorno ao investimento do seu proprietário. Desse modo, não se buscava a meiguice e a pureza nas crianças negras escravizadas, como se fazia entre os filhos dos senhores, e sim, o trabalho. (SANTOS, 2007b, p. 228, grifo nosso).

Essa busca pelo trabalho iniciava, segundo Priore (1991), mais ou menos aos cinco anos de idade, já que até essa idade as crianças filhas de escravos e os filhos dos senhores brincavam juntas. Os donos de escravos nunca deram muita importância às crianças negras, lhes interessava os homens adultos e fortes, que seriam bons para o trabalho. Isso muda a partir de 1850 quando o tráfico negreiro começa a ser extinto, por imposição da Inglaterra. Desse modo, a criança passa a ser vista como o único recurso para uma mão de obra mais duradoura.

Há relatos de que nesse período ocorreu um aumento no número de crianças abandonadas, tanto nas cidades como nas fazendas (PRIORE, 1991), muitas dessas crianças abandonadas nos campos eram adotadas por famílias camponesas que não tinham recursos para comprar um escravo, a criança continuava sendo usada para a mão de obra.

O argumento de que as escravas praticavam o aborto e o infanticídio para livrar seus filhos do cativeiro reduz ao meu ver a questão. É um argumento, diria, moralmente aceito, válido e justificável, que pode ser encontrado desde o final do século XVII e início do século XVIII. Antonil aconselhava que os proprietários tratassem bem seus escravos para que eles ficassem felizes e assim reproduzissem servos e servas. (MORR, 1989, p. 92).

A prática do aborto, do abandono e do infanticídio, era cometida não só pelas escravas, mas também por todas as mulheres que “concebiam” um filho fora do matrimônio, devido aos

preceitos morais da sociedade que só consideram mulheres “puras e castas” como aceitáveis para o matrimônio, ou que não tinham condições para sustentá-los. O abandono foi uma prática numerosa no séc. XVIII e vai ocorrer em grandes proporções até o séc. XX. É no séc. XVIII que a coroa portuguesa instala no Brasil a Roda dos Expostos, ou Roda dos Desvalidos. As rodas ficavam nas instalações das Santas Casas de Misericórdia, a primeira roda foi feita em 1726, na cidade de Salvador, após se cria em 1738 a do Rio de Janeiro, e em 1789 a de Recife (SILVA, 2016), com o passar dos anos muitas foram criadas em todo o país, primeiro eram mantidas pela coroa portuguesa, após passaram a ser responsabilidade do Estado.

Os abandonos pela miséria, pela escravidão futura ou pelas imposições sociais referentes a mulheres, são as primeiras formas de abandono social da infância que temos no país, e que contribuirão ao longo do tempo para que se tenha crianças em situação de vulnerabilidade. “Os motivos do abandono eram resultantes de fatores econômicos e sociais. As condições de vida de boa parte da ‘população livre branca’ eram precárias, o que dificultava a criação de vários filhos”. (SANTOS, 2007b, p. 228).

Como já colocado por Ariès (1981), a mortalidade infantil é muito comum nessa época, a exposição das crianças agrava esse ponto, já que a maior parte das crianças abandonadas tinha uma morte prematura. Muitas das Casas de Roda eram consideradas como cemitérios de crianças, devido à precariedade dos locais e das condições de higiene, dados apontam que no contexto do Brasil somente de 20% a 30% das crianças enjeitadas chegavam à idade adulta, estima-se que no séc. XIX a taxa de mortalidade dessas crianças tenha sido de 70%, antes que elas completassem três anos de idade, a taxa era superior a mortalidade infantil das crianças escravas. (SILVA, 2016). Lembrando que as crianças expostas nas rodas eram crianças brancas, os filhos de escravos ainda eram abandonados nas portas das casas e em campos do interior, e seu índice menor de mortalidade na infância está ligado à questão de que elas tinham um valor de compra e venda.

O Brasil se emancipa de Portugal em 1822, porém continua com o sistema monocultor-escravista-exportador, as crianças continuam sendo mão de obra para trabalho e continuam fazendo parte de índices alarmantes de mortalidade.

Na segunda metade do século XIX, ocorreram centenas de denúncias contra os maus tratos às crianças e aos adolescentes trabalhadores. Todos os tipos de violência eram empregados contra os trabalhadores precoces, pois muitos eram mutilados, ou infectados e, até mesmo, mortos. As condições de trabalho eram precárias, desumanas. (SANTOS, 2007b, p. 231).

A vida das crianças negras vai sofrer uma leve mudança com a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871⁴⁶, mas a lei aprovada pela Princesa Isabel, era o que poderíamos chamar de uma cortina de fumaça, acreditava-se que com a implementação da lei as crianças filhas de escravas passariam a ser livres, apesar disso, alguns pontos da lei permitiam que a criança continuasse sendo escrava.

Quando o filho da escrava completa oito anos a lei permite ao senhor - que tem prazo de um mês para fazê-lo - escolher a modalidade de "libertação" que lhe convém. É que nos seus 8 anos a criança já deu provas de suas capacidades. Sem dúvida, poucos devem ter sido os senhores que não prenderam pelo trabalho os filhos de suas escravas. Até os 21 anos, são treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo podia compensar. (LIMA; VENÂNCIO, 1991, p. 65).

Em 13 de maio de 1888 a liberdade chega, para os escravos, na forma da Lei Áurea⁴⁷, e a partir daquele momento todos os negros estavam libertos, porém não há nenhuma forma de amparo social quando chega finalmente o fim da escravidão no país. “Após a assinatura da Lei Áurea, não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado. Esta é uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. Uma chaga que o Brasil carrega até os dias de hoje.” (MARINGONI, 2011, p. 1).

Pouco tempo depois, em 1889, instaura-se a república no Brasil, assim os negros libertos passam a figurar para a sociedade como pessoas indesejadas: “Os ex-escravos, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República”. (MARINGONI, 2011, p. 5). Em vista disso, as crianças libertas além de carregarem o “legado” da cor, marcado pela sociedade escravocrata agora também se enquadra no sistema de pobreza, criam-se então as comunidades periféricas – os morros, onde a população negra irá morar⁴⁸. Pobreza essa enfrentada já por muitas famílias no país e principalmente pelas crianças enjeitadas.

Uma grande parte das crianças que foram abandonadas passaram a morar nas ruas, a maioria vivendo na miséria extrema, o que levou a população infantil a cometer furtos,

⁴⁶ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, declara os filhos de mulheres negras, nascidos a partir dessa data, livres. (BRASIL, 1871).

⁴⁷ Lei nº 3.353, assinada pela Princesa Isabel, composta de somente dois artigos declarava que: “Art. 1º: É declarada extinta (sic) desde a data desta lei a escravidão no Brasil (sic). Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário”. (BRASIL, 1988).

⁴⁸ Esse processo pode ser visto na novela “Lado a Lado” da Rede Globo, exibida entre 10 de setembro de 2012 e 8 de março de 2013. Escrita por João Ximenes Braga e Cláudia Lage, a novela retrata a luta das mulheres, dos negros e das classes populares, ambientada no Rio de Janeiro, no período pós abolição e criação da república. A novela mostra uma busca por igualdade durante um dos períodos de maiores transformações sociais do País.

aumentando assim a criminalidade no país. É nesse momento que “os menores abandonados” se tornam uma preocupação das classes dominantes do país, e por consequência um problema econômico e político.

O século XVI deu início à implantação do sistema colonial no Brasil, no qual os portugueses dominaram e subjugaram os primeiros habitantes das “Terras Brasis”, implantando seus “modos de vida”, que se tornaram dominantes no âmbito do “processo civilizatório”. Foi, também, o período de edificação dos pilares da sociedade colonial. Já o século XIX é caracterizado como o período de efervescência da expansão do capitalismo na Europa, marco de transformações social, política, cultural, científica e tecnológica que influenciaram o Brasil. E as primeiras décadas do século XX caracterizam-se como o período de implantação do processo de industrialização brasileira, em que a “questão social” foi tratada como caso de polícia. (SANTOS, 2007b, p. 226-227).

O início do séc. XX traz a criação do Código de Menores, que será a primeira legislação oficial que trata somente da infância. Após assinar em 1921 a Declaração da Criança na Conferência de Genebra, o país cria em 1927 sua própria regulamentação. Sancionada no dia 12 de outubro, a lei vem para controlar e corrigir o menor infrator.

O Código de Menores de 1927 expressou a concepção autoritária e paternalista das classes dominantes, considerando o “menor abandonado” enquanto infrator, que necessitava ser disciplinado e controlado para ser inserido no processo econômico, que despontava no país. Encarregar a “questão social”, no que se refere à situação da infância e da adolescência, aos cuidados dos agentes repressivos do Estado foi uma solução viável para essa elite. (SANTOS, 2007b, p. 233).

Será somente com o golpe de 1964, que a população infantil, e nesse caso específico o menor, passou a ser verdadeiramente enxergada pelas autoridades, pois a ideia era expandir o país, fazer do Brasil uma potência, e para isso ocorrer precisava-se de segurança no país. Sendo assim, cria-se ainda em 64 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNAMBEM), o Regime Militar usa então a FUNAMBEM como uma propaganda de governo, ela serve para mostrar que eles têm o “menor” sob controle, e que ele será reprimido.

O período da Ditadura também foi de muito sofrimento para as crianças filhas de presos políticos. As crianças eram sequestradas, nasciam em cativeiro, eram mantidas em cárceres clandestinos. Muitas viram suas mães serem torturadas ao serem utilizadas como “objeto” de ameaça por parte dos torturadores, outras tantas foram torturadas como forma de punição aos pais. “O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerando-as ‘perigosas à segurança nacional’.” (SÃO PAULO, 2014, p. 14).

Nesse momento da história do país temos uma política de contenção da infância através do regime imposto aos “menores infratores” e o regime imposto então pela nova formulação de Escola, além da perseguição política. As mudanças na legislação sobre a infância irão ocorrer de forma efetiva somente em 1990, assunto que irei tratar nos próximos capítulos. Mesmo após o término da ditadura as rupturas das diretrizes escolares ocasionadas por mudanças na estrutura dos governos, afeta diretamente a população infantil, tal como, a urbanização das cidades aumentou vertiginosamente a pobreza no País.

A pobreza na infância é sentida até os dias atuais, no ano de 2017 estima-se que cerca de 17 milhões de crianças vivam em situação de pobreza no país (onde a família vive com menos da metade de um salário mínimo)⁴⁹. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2013, mostram que há no Brasil em torno de 59,7 milhões de crianças (todo sujeito com menos de 18 anos), mais da metade delas são afro-descentes e mais de um terço dos 821 mil indígenas do país são crianças. Dessas crianças vivendo na pobreza, 37% são crianças brancas, 61% são negras ou pardas.

A realidade das crianças negras se modificou, pois não são mais escravas, mas ainda são diminuídas pela cor da sua pele, em um processo de racismo histórico vivenciado no país. As crianças indígenas, infelizmente, convivem com o genocídio cometido com o seu povo, poucas tribos conseguiram sobreviver à “humanização” do homem branco, elas vivem a luta diária da negação da sua cultura, da sua origem e da sua infância. O menor abandonado, agora negro ou branco, ainda continua em locais de abrigo temporário – Casas de Passagem, e para os infratores ainda se destina um local para a sua “disciplina”, que hoje leva o nome de Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE). Para algumas crianças de hoje, a infância não é tão diferente do que foi no século XVII.

O ingresso na escola aos quatro anos se tornou obrigatório no país, o número de crianças fora da sala de aula é muito menor do que na década de 90, contudo, a maioria dos estudantes conclui apenas o Ensino Fundamental (até o 9º ano), alguns somente as séries iniciais (até o 5º ano), uma realidade que é reflexo da pobreza.

De 1990 a 2013, o percentual de crianças com idade escolar obrigatória fora da escola caiu 64%, passando de 19,6% para 7% (Pnad). No entanto, mesmo com tantos avanços, mais de 3 milhões de meninos e meninas ainda estão fora da escola (Pnad, 2013). **E essa exclusão escolar tem rosto e endereço: quem está fora da escola são pobres, negros, indígenas e quilombolas.** Uma parcela tem algum tipo de deficiência. E grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no

⁴⁹ O salário mínimo atualmente (abril de 2017) é de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais). Disponível em: <<http://salariominimo2016.blog.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

Semiárido, na Amazônia e na zona rural. Muitos deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar. (UNICEF BRASIL, 2017, grifo nosso).

A pobreza configura a realidade de uma grande parte da população infantil brasileira, os direitos conquistados não deram conta ainda de suprir as necessidades mais básicas da infância, além de não ter um controle sobre fatores que impactam a vida dessas crianças, como: o trabalho infantil, a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis, a mortalidade ainda na infância, a desnutrição e a obesidade e, por fim, o tema dessa Dissertação, o *Casamento de Crianças*.

3.2 O CASAMENTO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Para escrever esse capítulo, acredito ser necessário refazer o percurso histórico da instituição do matrimônio. O *casamento* está diretamente associado à ideia da Igreja, em específico da Igreja Católica. Até o final do séc. XI os *casamentos* eram somente arranjados pela família do noivo, com o objetivo da manutenção do poder e a consolidação de alianças econômicas, mantendo assim, os laços com famílias que tinham posses similares às suas, tendo em vista que quando os sangues das famílias se misturavam não se havia mais guerra entre os poderes, então o matrimônio cumpria a função de trazer a paz, além de aumentar as riquezas.

Foi com o Decreto de Graciano, obra sobre o direito canônico, que o consentimento ou a manifestação em casar com alguém passou a ser considerada uma condição para que o *casamento* fosse realizado. Mas as pessoas “normais” ainda estavam sujeitas às definições sociais, e isso ocorreu no Brasil até meados da década de 50. Na Europa medieval o *casamento* era muito usado como forma de manter alianças militares, os membros da nobreza casavam com o único intuito de firmar tratados para o bem da região. Lembrando que na época, o matrimônio era irrevogável. A primeira vez que ele foi contestado, foi pelo Rei Henrique VIII devido a sua vontade de se separar de Catarina de Aragão⁵⁰. Mas é somente a partir de 1670, que desfazer um *casamento* passou a ser considerado, isso poderia ser definido como o início do divórcio nas formas como temos hoje em dia. (RODRIGUES, 2017).

É a partir de 1836 na Europa que o *casamento* deixa de ser um ato completamente religioso e passa a ser considerado em sua forma civil, isso ocorre no nosso país somente com a chegada da república. Até 1890 o *casamento* era definido por três formas, todas de cunho

⁵⁰ É nesse momento que a Igreja Anglicana deixa de estar sobre domínio papal e passa a ser uma Igreja independente.

religioso, o embate entre a igreja e o governo se manteve até 1916, pois o governo considerava o *casamento* só no civil, enquanto a Igreja não admitia e considerava uma imoralidade. (GOULART, 2002; PIMENTEL, 2005).

O modelo de família firmado no matrimônio é consagrado no Código Civil de 1916, que se baseava em valores patriarcais e diminuía o sujeito feminino. “A mulher perante o referido código é vista como incapaz (art. 6º), necessitando do consentimento do marido para exercer diversas atividades [...]” (GOULART, 2002, p. 18). A Constituição de 1934 passa a admitir o *casamento* religioso em outras religiões que não a católica, desde que dentro dos ditames da lei, mas mesmo casando no religioso o casal precisava fazer a união civil.

A grande mudança sobre o conceito de família como o resultado de um *casamento* vai ocorrer somente na Constituição de 1988, que irá colocar que a família é a base da sociedade e tem o direito a proteção integral do Estado. A Constituição de 1988 também reitera a opção pelo divórcio que já havia sido legalizada em 1977, assim como dá direitos legais aos filhos concebidos fora do *casamento*. Casar, seja no civil ou no religioso, sempre esteve atravessado pelos processos culturais do local onde vivem os sujeitos.

Podemos perceber que a dissolução da união entre a Igreja e o Estado vai mudar as formas pelas quais o *casamento* se dava, até então – apenas como fortalecimentos de laços –, para se tornar uma opção que envolvia muito mais do que o sentido de procriação. Apesar de os *casamentos* deixarem ao longo do tempo de serem uma atitude “forçada” por parte das famílias e tornarem-se práticas que envolviam os sentimentos das pessoas, a prática de casar, as filhas, em busca de alianças se manterá no Brasil ainda por muitos anos.

Era comum, portanto, que a escolha dos nubentes fossem feitas por parentes que tinham como objetivo preservar a fortuna da família. E, mesmo, nas famílias mais humildes, ou de pessoas provenientes de uniões ilegítimas, o casamento que se fazia de modo menos rigoroso, seguia a tradição de escolher um bom partido para seus filhos. (NADER, 2012, p. 6).

As meninas, que sempre tiveram suas “mãos” prometidas em *casamento*, muitas vezes desde o seu nascimento, entendiam o matrimônio como o único caminho correto e digno para uma mulher na sociedade. Não casar, significava “ficar pra titia”, “ser uma solteirona”. As famílias preferiam mandar as filhas para o convento ao verem elas casadas com pessoas com baixas posses, deste modo, casar com um homem mais velho garantiria estabilidade financeira além de um controle sobre os corpos jovens – considerados levianos por causa da paixão –, e uma forma de unir as famílias.

Assim como na França, no Brasil, muitas mulheres eram obrigadas a viverem sozinhas, sem marido. E, dentre os principais motivos encontrava-se o casamento entre pessoas de diferentes idades, pois era prática comum homens de sessenta anos casarem-se com moças entre doze ou treze anos e formarem uma família na qual a esposa parecesse filha, e os filhos, netos. (NADER, 2012, p. 5).

O desquite era uma coisa impensável no Brasil, até meados de 1915. Os historiadores compreendem que se para a religião a família era indissociável (e o sentido de família era a ideia do *casamento* – que tinha o objetivo de procriação), para o civil os *casamentos* se davam muito mais por amor. E que, portanto, esse amor poderia acabar. (PIMENTEL, 2005). O desquite passa a ser permitido legalmente em 1916, no entanto, as mulheres que optavam por isso eram extremamente mal vistas pela sociedade⁵¹.

Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais, particularmente no que se refere, ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso a educação. (PISCITELLI, 2002, p. 8).

A forma como fomos acostumados através do passar dos anos a olhar as relações entre os sexos, e principalmente a compreender o *casamento* como o ideal da felicidade, a meta a ser alcançada, colabora para o processo do *Casamento de Crianças* que temos no nosso país, sendo que muitas das formas de encarar o *casamento* persistem até hoje, com valores que foram desenvolvidos dentro de uma cultura patriarcal e machista. O *casamento* de meninas menores de idade por uma manutenção financeira e por uma união familiar deixa de ser normal com o surgimento das políticas de proteção à infância. Todos temos avós/bisavós que se casaram ainda na infância, prática comum no país antigamente, até para as classes mais baixas que também casavam seus filhos de acordo com as suas posses. A partir da década de 60 (antes até) já não conseguimos mais perceber uma continuação da prática para todos os membros da sociedade. Isso se deu pela noção de que a infância era uma parte extremamente importante da vida do ser humano e que os pais não podiam dispor das filhas como quisessem. Porém, os *casamentos* pela causa financeira serão mantidos pela população pobre, afinal o nível de desigualdade no país atingiu níveis absurdos nos últimos anos.

Desigualdade que afeta a relação de equidade também entre homens e mulheres. No nosso país as mulheres têm mais anos de estudo do que os homens, as meninas representam um pouco mais da metade dos estudantes que terminam o ensino fundamental e o médio. Porém

⁵¹ A novela “Lado a Lado”, citada na nota de rodapé nº 48, mostrou isso muito bem ao retratar o processo de desquite de uma das personagens principais, Laura (interpretada pela atriz Marjorie Estiano) que pede o desquite do marido Edgar (personagem de Thiago Fragoso), em 1904.

isso não se reflete em igualdade salarial, nem em direitos iguais, muito pouco ainda na decisão sobre suas próprias vidas. Pois aqui estamos falando das meninas que tem acesso à educação e sabemos não são todas, os relatórios mostram que em países onde o *casamento* de meninas tem como idade legal 18 anos, elas conseguem frequentar mais a escola, são 89% de meninas, enquanto onde se pode casar legalmente com menos que 18, esse número cai para 69%. (BANCO MUNDIAL, 2017).

Ao escolher usar a expressão *casamento*, já justificada aqui nos capítulos anteriores, tive muitas indagações ao participar de eventos onde expus minha ideia de pesquisa, pois muitas pessoas na sociedade ainda enxergam o “*casamento*” somente dentro da definição da lei, ou dentro da sua concepção de religião, principalmente reforçam a ideia do conceito de família como resultado de um *casamento*. A escolha da ONU está para além dos preceitos legais, esses que inclusive já se modificaram muito no Brasil, não podemos mais falar de *casamento* apenas com a união de um homem e uma mulher.

O *Casamento de Crianças* é a união de duas pessoas sobre o mesmo “teto”, onde há ali uma relação sexual entre essa criança e esse adulto, normalmente em um processo de dominação deste adulto que é mais velho e ocupa o papel de provedor, “a subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se estude”. (PISCITELLI, 2002, p. 8). No caso do Brasil o maior número de *Casamentos de Crianças* é o de meninas, o que remonta às ideias antigas de controle da ordem social através do *casamento*, mesmo a idade para o *casamento* sendo de 18 anos atualmente, em muitos casos isso ainda é uma decisão parental tanto no Brasil, como em muitos locais do mundo.

[...] as meninas podem noivar precocemente se seus pais assim o decidirem. Nesses casos, as meninas têm pouca – ou nenhuma – influência sobre quando se casarão. De fato, meninas menores de 18 anos podem se casar com consentimento de seus pais em mais da metade das economias onde a idade legal para o casamento é 18 anos. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 3).

Ou seja, essa subordinação e esse controle decorre da maneira como a mulher sempre foi construída socialmente. Há lógica de poder nas relações femininas no Brasil, ainda no nosso século, eram com toda certeza muito mais presentes antigamente, mas ainda se mantém em muitos casos, “se a subordinação da mulher não é justa, nem natural como se chegou a ela e como se mantém? (PISCITELLI, 2002, p. 8), a autora defende que o que precisamos fazer para diminuir essas práticas é repensar as políticas feministas, pensar em transformar os discursos que tornam as coisas naturais, como se a subordinação fosse um local social dado, e muito pelo contrário ele é algumas vezes é construído através do próprio discurso feminista.

No Brasil, o *Casamento de Crianças* é um assunto pouco retratado na mídia, não é estudado na academia e, portanto, acaba desse modo sendo de conhecimento de poucas pessoas. Eu era uma das que não sabia a proporção que isso tinha no nosso país. Ao iniciar os estudos para essa pesquisa, encontrei muitas notícias e, ou reportagens sobre temas que convergem com o assunto aqui estudado como: gravidez na adolescência e violência contra a mulher. Esses temas são de extrema relevância quando pensamos as políticas de defesa da infância, principalmente da infância feminina, e elas ajudam a configurar o cenário do *Casamento de Crianças* que temos hoje no país – são o motivador e/ou a consequência.

3.2.1 Dos caminhos que levam e que são consequência do *Casamento de Crianças*

Ao conversar com a Professora Saraí, em uma de minhas orientações, havíamos decidido que esse capítulo, sobre o *Casamento de Crianças* e os temas que perpassam a temática dessa Dissertação ⁵², seria algo não cronológico em termos de datas históricas, não seria linear e principalmente não seria baseado só em produções acadêmicas, seria sim, nas palavras da minha orientadora “algo meio esquizofrênico”.

Comprei a trilogia Millennium⁵³ há mais de dois anos. Sou uma apaixonada por livros e muitas vezes os compro no impulso, seja após ler o título, a sinopse ou somente a capa (não acredito no ditado). Iniciei a leitura do Livro Um “Os Homens que não Amavam as Mulheres” logo após a compra, não me lembro de porquê interrompi a leitura ainda nas páginas iniciais. A saga ficou na minha estante, poderia dizer: esquecida. No início de fevereiro desse ano de 2017, peguei novamente o volume Um a fim de levá-lo para o final de semana que passaria na praia. Sabia que a história trazia elementos que poderiam me auxiliar no meu processo de escrita, e esse foi o motivo da escolha do livro para aquele período de férias, afinal qualquer material que me ajude na escrita da Dissertação era bem-vindo. Dessa vez iniciei e não consegui parar de ler. Sou uma leitora ávida, leio muito e em pouco tempo, com a obra de Stieg Larsson⁵⁴ não foi diferente. O livro fala, além de outras coisas, principalmente sobre a violência contra a

⁵² Assuntos principais como: gravidez na adolescência e violência contra a mulher.

⁵³ A trilogia Millennium é composta inicialmente de três livros: Livro 1 “Os Homens que não Amavam as Mulheres”, lançado em 2008; Livro 2 “A Menina que Brincava com Fogo”; e; Livro 3 “A Rainha do Castelo de Ar”, ambos lançados em 2009. Os três livros foram publicados após a morte repentina do autor aos 50 anos de ataque cardíaco. A família do autor convidou o escritor David Lagercrantz para escrever o Livro 4, lançado em 2015, chamado “A Garota na Teia da Aranha”.

⁵⁴ Stieg Larsson (1954-2004) foi um escritor sueco, dono da revista Expo, principal revista sueca de defesa dos Direitos Humanos, a revista teve em vários momentos edições de denúncia contra o neofascismo e o racismo no país, fato que levou Larson a ser ameaçado de morte diversas vezes. Larson é coautor do livro Extremhögern, sobre a extrema direita da Suécia

mulher, esse era o meu grande interesse na obra no momento, afinal nem só de artigos científicos se faz uma pesquisa.

Larson fala no livro talvez do principal problema envolvendo as mulheres no mundo hoje, a violência física e sexual. A Organização Mundial da Saúde (OMS), estimava em 2016 que cerca de 35% das mulheres no mundo todo já tenham sofrido algum tipo de violência, seja ela física ou sexual. O *Casamento de Crianças* é uma violência. Muitas das meninas se casam para fugir da violência sofrida em casa, saem de um local onde há um controlador para outro.

No banco de Teses e Dissertações da Capes, a palavra-chave: “violência contra a mulher” gera 971.792 (novecentos e setenta e um mil setecentos e noventa e dois) resultados, logicamente, depois de uma determinada quantidade a indexação busca palavras que estejam no meio do texto, por isso um resultado tão alto⁵⁵, a palavra “exploração sexual”, gera 28.140 (vinte e oito mil cento e quarenta) resultados, uma grande diminuição que é dada pelo recorte específico do tema, assim como, “estupro” que gera 258 resultados. Já ao buscar a palavra “feminicídio”, temos apenas 21 resultados, ou seja, o recorte reduz os resultados e a tipificação da agressão contra a mulher reduz drasticamente a quantidade de pesquisas – aqui precisamos levar em conta que o termo feminicídio é muito recente. Dentro do número alto de pesquisas sobre violência contra a mulher, todas as que são anteriores a legislação, não devem, creio eu, utilizar essa nomenclatura, mas se referem a esse tipo de violência também.

Os resultados da busca pelas palavras-chaves dessa pesquisa geram resultados, mas nenhum deles fala sobre o assunto⁵⁶. Deste modo eles são inexistentes. Isso mostra o silenciamento acadêmico sobre o tema, porém, falar na academia não faz na grande maioria das vezes que o assunto seja de conhecimento da sociedade. Pois há ainda uma distância entre as pesquisas acadêmicas e suas socializações para a comunidade como um todo.

O grande número de pesquisas sobre a violência contra a mulher são resultados de um processo de empoderamento feminino, que vai ter impacto direto na defesa dessa pauta no meio acadêmico. As mulheres da academia passam a levantar bandeiras do movimento feminista, em suas várias vertentes, afim de tornar o espaço acadêmico um ambiente de debate para os assuntos que afetam diretamente a população feminina no mundo todo. Todavia, ao passo que

⁵⁵ Todos os bancos de dados hospedados na internet funcionam com a mesma lógica de indexação, quanto mais distante da primeira página, menos precisos ficam os resultados de busca, deste modo, não são todos os 971.792 resultados que tratam da temática da “violência contra a mulher”.

⁵⁶ Quando coloco as palavras-chave: Casamento de Crianças e Casamento Infantil obtenho 986.855 (novecentos e oitenta e seis mil oitocentos e cinquenta e cinco) resultados, e 18.955 (dezoito mil novecentos e cinquenta e cinco) resultados, respectivamente. Entretanto quando olhamos a primeira página (olhei 100 de cada palavra-chave) nenhuma das pesquisas fala sobre a temática, são indexações das palavras de forma separada – casamento; infantil; criança.

se tem trabalhos de grande relevância no meio, a mídia ainda não trata essa temática com destaque, como um potencializador de diversos problemas envolvendo o sujeito feminino, sendo um deles o *Casamento de Crianças*.

Lendo Larson, lembrei da música “Camila”, música gravada pela banda gaúcha Nenhum de Nós⁵⁷, que conta a história de uma menina, amiga dos integrantes da banda, que sofria violência. Entre tantas Camilas, amigas de amigos, conhecidas, ou desconhecidas há a prática do estupro. A Suécia, local onde é ambientada a história de Larson tem um dos maiores índices de estupros da Europa (1 em cada 4 mulheres já foi vítima dessa violência)⁵⁸, o índice do Brasil é de um caso notificado a cada 11 minutos, sendo que 70% das vítimas são crianças e 89% destas crianças são do sexo feminino.

Os dados sobre o estupro de crianças no Brasil, é reflexo de uma cultura social, firmada na ideia inicial do patriarcado, na definição do que entendemos por ser mulher e principalmente nas lógicas de culpabilização das vítimas. Muito desse comportamento social está alicerçado na forma como a mídia retrata a infância atualmente.

As histórias de uma aspirante a miss de 13 anos, de uma cozinheira de 12 e de uma funkeira de 9 trouxeram à tona as diversas formas pelas quais crianças são hiperssexualizada e causaram a ira de coletivos feministas, que debatem os problemas que esse comportamento traz para o desenvolvimento dessas meninas. (MOREIRA, 2016)⁵⁹.

A citação acima foi extraída da reportagem “A novinha é apenas uma criança”, matéria de capa da revista Galileu, de maio de 2016, que traz a importância de a ciência debater assuntos relacionados à erotização, à sexualização e à exposição midiática pelas quais as crianças vêm passando.

Um levantamento do site Pornhub mostra que “teen” (adolescente, em inglês) é um dos termos mais procurados do (sic) em pornografia na internet. Fora das telas versões menores das roupas de adultas são fabricadas para meninas pequenas que, antes mesmo de desenvolverem sua identidade, entendem que só têm valor se corresponderem a padrões de beleza e sensualidade. Como consequência, a autoestima delas diminui, ao passo que o número de assédios — o primeiro ocorre,

⁵⁷ Banda de rock criada em 1986, conta em sua formação com os músicos: Thedy Corrêa, Carlos Stein, Sady Homrich, Veco Marques e João Vicenti

⁵⁸ Informações do Conselho Nacional Sueco. Vale lembrar que o país não concorda inteiramente com a posição que ocupa, pois segundo eles, na Suécia, os crimes de violência contra a mulher são registrados por tipificações, ou seja, se há uma agressão em casa e ocorreu um estupro, serão registrados duas vezes a informação na denúncia, uma pelo estupro e outra pelo estupro doméstico. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120917_suecia_estupro_lgb.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2017.

⁵⁹ MOREIRA, Isabela. A novinha é apenas uma criança. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, 25 maio. 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/novinha-e-apenas-uma-crianca.html>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

em média, aos 9,7 anos, segundo o coletivo Think Olga — e de abusos sexuais [aumenta]. (MOREIRA, 2016, p. 1, grifo nosso).

Como já relatado no texto, no Brasil o ato sexual praticado com um menor de 14 anos é estupro de vulnerável, ou seja, os *casamentos* com esse público no Brasil (entorno de 70 mil) são casos de estupros não registrados, são casos de estupros legitimados pela lógica social na qual estamos inseridos. O *Casamento de Crianças* no Brasil, tema principal dessa pesquisa, faz parte dessa rede de problemas que envolvem as mulheres. O Brasil foi “descoberto” oficialmente em 1500, habitavam o país tribos indígenas que foram dizimadas em busca de uma civilidade humana, não sem antes as mulheres indígenas terem servido aos caprichos e vontades do homem branco, assim como as escravas negras que serviam aos prazeres sexuais dos seus donos, após libertas continuavam não servindo para casar, eram consideradas impuras. O homicídio de mulheres negras aumentou 54% em 10 anos (de 2003 a 2013), ao passo que de mulheres brancas diminuiu (foi de 1747 em 2003 para 1576 em 2013). A violência contra a mulher é um problema social, um problema que também tem cor e classe.

Sempre quando penso a ideia de servir ao homem, me lembro de “Gabriela, Cravo e Canela”, romance escrito por Jorge Amado⁶⁰, que figura entre os principais livros brasileiros. Uma readaptação da obra foi feita pela Rede Globo (2012) e mostrava a forma como o patriarcado era forte no Brasil dos anos 20. A frase “mulher, se prepare que hoje vou lhe usar” utilizada pelo Coronel Jesuíno, interpretado por José Wilker, ganhou as redes sociais, e virou meme⁶¹ na internet.

Imagem 4 - Memes sobre o Coronel Jesuíno



Fonte: Banco de imagens do Google, adaptado pela autora (2017).

⁶⁰ Romance publicado em 1958, a história é ambientada no período conhecido como ciclo de ouro do cacau.

⁶¹ A palavra “meme” é usada na internet para falar de uma imagem/ vídeo humorístico e que se espalha via rede.

Tanto a novela, como a apropriação que as pessoas fizeram do conteúdo transmitido, revelam quanto o machismo é instaurado na nossa sociedade, a mulher como um objeto, que nessa lógica está a serviço do homem, onde a história retrata não só os estupros cometidos pelo Coronel, mas o *casamento* de meninas como forma de uma aliança política e o local da mulher na sociedade. “Os Homens que não Amavam as Mulheres” é dedicado a Lisbeth, nome da personagem principal da história, Lisbeth foi uma menina vítima de um estupro coletivo presenciado pelo jornalista autor da saga. Larsson dedica a história a Lisbeth como uma “mea-culpa”, e na história a heroína carrega toda a bagagem emocional de uma infância de violências, uma entre tantas Lisbeth que vemos noticiadas nos jornais diariamente, mas principalmente entre tantas que não vemos.

Do total de atendimentos realizados pelo Ligue 180 – a Central de Atendimento à Mulher no 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial; e 0,24%, tráfico de pessoas”. (COMPROMISSO E ATITUDE, 2017).

No Brasil, a cada uma hora e meia uma mulher é assassinada. A rede de proteção cresceu muito nos últimos anos, o surgimento da Lei Maria da Penha⁶² e a tipificação (Feminicídio)⁶³ da agressão em situação de violência doméstica e familiar, ou quando há menosprezo ou discriminação pela condição de mulher, foram grandes passos sociais. Porém elas ainda são falhas, estima-se que cerca de 70% das mulheres vítimas de violência não registram denúncias.

O assassinato de mulheres, por serem mulheres, também é compreendido e noticiado pela mídia muitas vezes de forma equivocada, retomando a ideia de culpabilização da vítima. O documentário “Quem Matou Eloá⁶⁴”, que conta a história do cárcere privado da menina Eloá Cristina Pereira Pimentel, mantida refém pelo ex-namorado Lindenbeg Farias, mostra a forma como a mídia, muitas vezes, espetaculariza o que ela considera “relacionamentos amorosos” que não deram certo⁶⁵. A culpabilização de Eloá, uma menina de apenas 15 anos, como a culpada pelo desenrolar das atitudes do ex-namorado, ao invés de uma reflexão sobre os

⁶² Lei nº 11.340, criada em agosto de 2006 com o intuito de aumentar o rigor das punições para os crimes de violência contra a mulher (pode ser usada pelo homem em situação de violência). (BRASIL, 2006).

⁶³ Criada em 2015, a Lei nº 13.104 compreende que há feminicídio quando o crime é cometido contra o sexo feminino por essa condição. (BRASIL, 2015).

⁶⁴ Documentário da diretora Lívia Perez, lançado em 2015.

⁶⁵ O sequestro com cárcere privado, o mais longo já registrado pela polícia do Estado de São Paulo, teve início em 13 de outubro de 2008 e seu fim de forma brutal no dia 18 de outubro, com a morte de Eloá vítima de tiros disparados pelo ex-namorado.

comportamentos violentos de meninos, cada vez mais cedo, em uma ideia de posse, mostra o quanto a liberdade de escolha está em “cheque”.

“Meninas” é um documentário⁶⁶ sobre a gravidez na adolescência, retrata os conflitos provocados pela chegada de um filho, as condições precárias de saúde e de subsistência, e principalmente o abandono da educação. Em 2017, os dados mostram 70 mil casos a cada mil meninas, entre 15 e 19 anos que tiveram filhos, isso coloca o Brasil em 114º lugar de 156 possíveis. As notícias colocam que o país tem índices de locais que permitem o *Casamento de Crianças* – confesso que acho muito contraditório, pois não permitimos, mas somos o 4º país do mundo, ou seja, nada mais lógico que tenhamos tantas meninas grávidas. No documentário Werneck (2013) mostra como a culpabilização da mulher ocorre em todos os casos, os filhos gerados muitas vezes dentro de um relacionamento, são responsabilidade somente das meninas.

Uma parte do documentário, mostra a mãe de uma das meninas retratadas na história pedindo que o bebê que vai nascer seja um menino, ela pede isso, pois, segundo ela quebraria o ciclo da família, que até então só tinha mulheres, de terem que abdicar de suas vidas. Ou seja, enxerga-se que se o menino for pai, ele não precisará abdicar da sua vida, já que a responsabilidade é da menina.

Esse ciclo de responsabilidade pode ser visto no curta “Vida Maria”⁶⁷, que conta a história de Maria José que aos cinco anos de idade precisa parar de aprender a escrever para ajudar a mãe nos afazeres doméstico, depois ela casa e tem filhos, a história de tantas Marias espalhadas por esse Brasil. A animação traz uma ilustração perfeita do ciclo de *casamentos* (no curta o ciclo se reproduz através das outras Marias: sua filha, netas e bisnetas) e filhos ainda em uma idade muito jovem, fazendo com que se deixe para trás todos os sonhos, principalmente os de estudar.

Todos esses temas, gravidez na adolescência, violência doméstica e abuso sexual, permeiam o *Casamento de Crianças* e por vezes são o motivador dessa prática, outros são consequências disso. Tudo isso é firmado na ideia do patriarcado brasileiro, no machismo instaurado e na forma como criamos os meninos para serem responsáveis “donos” do mundo e das coisas. A sociedade, infelizmente, está repleta de homens que não amavam [amam] as mulheres.

⁶⁶ Documentário de Sandra Werneck, lançado em 2006, retrata a história de 4 meninas grávidas na Favela da Rocinha no Rio de Janeiro.

⁶⁷ Curta lançado em 3D, no ano de 2006, produzido pelo animador gráfico Marcio Ramos.

3.2.2 Ela se juntou com um cara: Analisando os achados

A mídia pode ser compreendida como um elemento principal dentro das noções de *Direitos Humanos*, pois é através dela que atualmente os sujeitos tomam conhecimento das lutas sociais enfrentadas pela população ao redor de todo o mundo. O quarto poder, como definido por alguns teóricos, pode ser compreendido como uma instância da *cidadania* comunicativa (MATA, 2006), sendo assim, o entendimento dos sujeitos sobre as formas pelas quais a mídia se propaga e se alicerça na sociedade são de extrema relevância se estivermos pensando em uma emancipação social desses sujeitos. (SANTOS, 2013). A mídia tem a possibilidade de contribuir positivamente no processo de tomada de direitos, e no entendimento do sujeito como agente de sua própria história.

En cada uno de éstos, se es titular de derechos humanos inalienables de acuerdo a una particular condición, que proviene de características tales como el grupo socioeconómico, educativo, etáreo, de género y, fundamentalmente, de pertenencia étnica y racial que configura la profunda diversidad cultural que nos caracteriza frente a la homogeneización global. (CAMACHO AZURDUY, 2004, p. 1).

Na sociedade temos um conjunto de direitos e deveres, e isso não é diferente com o público infantil. Todos os processos de construção de direitos que buscam a proteção integral da infância deveriam ser pautas de notícias todos os dias. Segundo Noblat (2008), os assuntos do cotidiano dentre suas ordens de valor-notícia são de extrema importância no fazer diário jornalístico. “De forma simplificada, notícia é todo fato relevante que desperte interesse público, ensinam os manuais de jornalismo. Fora dos manuais, notícia na verdade é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público.” (NOBLAT, 2008, p. 26).

Podemos supor que sendo o 4º país no mundo em número absoluto de *Casamento de Crianças* tenhamos um grande material jornalístico sobre a temática, já que o assunto se enquadra em muitas das categorias noticiosas, tais como: proximidade, amplitude, drama, injustiça, relevância, impacto – número de pessoas afetadas –, dentre tantos outros⁶⁸. Porém, essa não é a realidade encontrada. A aproximação exploratória – realizada como procedimento dentro da pesquisa da pesquisa, revelou um silenciamento midiático sobre a temática, o que nos revela um grande problema, tendo em vista a complexidade da situação. Camacho Azurduy (2004), diz que os meios de comunicação deveriam tomar para si determinadas defesas em

⁶⁸ Sobre valor notícia ver: Traquina (2002), Chaparro (1994) e Wolf (1999).

relação à proteção integral dos seres humanos, fazendo isso na forma de propagação das informações para um conhecimento dos sujeitos sobre determinados temas.

[...] los medios demuestran —o deberían hacerlo por la responsabilidad social que les há sido delegada—, que les reconocen como beneficiarios directos e interlocutores suyos, asumiendo su corresponsabilidad en la construcción de espacios públicos verdaderamente participativos, conducentes a la definición y ejecución de estrategias y acciones de desarrollo. (CAMACHO AZURDUY, 2004, p. 3).

A temática do *Casamento de Crianças* diz respeito a todos os seres humanos, pois a infância é a etapa inicial de formação da vida em sociedade, e precisa ser vista como um processo importante da vivência dos sujeitos. (RENNER, 2016).

Ao pensarmos nas formas de dominação do sujeito infantil pela sociedade, tanto histórica como na atualidade, temos um grande déficit no que diz respeito à proteção integral desse público, seja em níveis econômicos ou culturais.

O Brasil tem estado bastante ausente dos debates globais e ações para influenciar políticas em torno da prevenção de casamento na infância e na adolescência, apesar de ser atualmente o quarto país com o maior número absoluto de meninas casadas aos 15 anos de idade. Existe um índice elevado de casamento infantil no Brasil, com mais de 38% de meninas casadas aos 18 anos. A natureza e implicações do casamento de meninas no Brasil tem estado ausente das agendas nacionais de pesquisa e política, assim como em outros países da região da América Latina. (PROMUNDO, 2014)⁶⁹.

Tanto a África Subsaariana quanto o Sul da Ásia, apresentam um contraste muito grande no que tange o *Casamento de Crianças* no nosso país, pois enquanto nessas localidades há um processo ritualístico de *casamento*, conforme já explicado anteriormente, no nosso país, a realidade social é o fator predominante para a prática. Os países do Oriente Médio, que seguem a religião islâmica, cultuam que a prática do *Casamento de Crianças*, é um ditame da religião, já que a história conta que o próprio profeta Maomé se casou com uma menina de seis, consumando o *casamento* quando ela tinha nove anos de idade, ou seja, para eles dizer que isso está errado seria criticar as atitudes do profeta.

Entretanto, no Brasil nada justifica (e não digo que as formas como o *Casamento de Crianças* ocorre nos outros países é justificável) que não tenhamos movimentos que busquem por uma erradicação dessa prática. “Temos dados muito preocupantes e a bandeira não faz parte de nenhum movimento de mulheres, de crianças, dos que tratam da violência, nem dos que

⁶⁹ PREVENÇÃO do casamento na infância e na adolescência. **Promundo**, [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://promundo.org.br/programas/pesquisasobreacasamentoinfantil/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

pensam em HIV/Aids [...]” (BRASIL..., 2016). Esse tema, não faz parte de nenhuma luta no nosso país, como as lutas feminista, as lutas pela proteção da infância ou pela educação.

Apesar de elevados números absolutos e prevalência do casamento na infância e adolescência no Brasil, o problema não tem sido parte constitutiva das agendas de pesquisa e de formulação de políticas nacionais de proteção dos direitos das meninas e das mulheres, ou na promoção de igualdade de gênero. (TAYLOR et al, 2015, p. 11).

Conforme relatado no capítulo metodológico, o processo de coleta de notícias e reportagens jornalísticas foi realizado no buscador *Google*, após as categorizações e leitura do material me restaram para a análise 14 notícias/reportagens para a análise e reflexão, que me auxiliaram não só a compreender o *Casamento de Crianças* no Brasil, mas a construir as categorias teóricas que apresento no capítulo seguinte.

Tabela 2 – Notícias e,ou Reportagens analisadas

Título	Sobre e o que é	Site
Os bastidores da reportagem que foi buscar as crianças casadas no Brasil	Fala sobre a motivação da jornalista em fazer a reportagem Noivas Meninas – Revista Claudia (janeiro de 2016)	Site M de Mulher
Pobreza e abusos estimulam casamentos infantis no Brasil	Sobre os dados da pesquisa. Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Site BBC Brasil
Prevenção do Casamento na Infância e na Adolescência	Traz informações sobre a prevenção de casamentos na infância e na adolescência	Site da Promundo
Casamento Infantil no Brasil	Reportagem sobre as meninas que casaram cedo feita pela TV Justiça de Cuiabá	Página do YouTube de Sandra Rocha
Brasil é o quarto país com mais casamentos de crianças e adolescentes	Sobre os dados da pesquisa. Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP – cita a reportagem feita pela TV Brasil	Site EBC – Replicado TV BRASIL
Brasil é o 4º país do mundo onde há mais casamentos infantis	Traz os dados da pesquisa. Ela vai no Meu Barco e fala sobre as jovens no Mauí	Portal R7
Gravidez precoce: Brasil tem índice de país que permite casamento infantil	Fala sobre os altos índices de gravidez de meninas menores de 18 anos – Mesma notícia do site Folha Nobre	JusBrasil
Brasil: Casamento infantil que não se vê	Fala sobre as práticas do casamento no Brasil e naturalização disso	Site da ANDI – replicado do Diário de Pernambuco
Casamento infantil no Brasil é solução contra a pobreza	Texto de Blog sobre os dados de meninas em união com homens mais velhos do Censo de 2010	Blog Nova Ótica: Um novo olhar para o Planeta.
Unicef divulga vídeo chocante: parece o casamento perfeito, não fosse pelo final	Vídeo institucional da UNICEF contra o casamento Infantil, dados sobre o Brasil	Vix
Maranhão participa de pesquisa sobre casamento na infância e na adolescência	Sobre os dados da pesquisa. Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UF, mas a reportagem tem como foco a parte de entrevistas realizadas no Maranhão	Site do Governo do Maranhão

Casamento Infantil: Brasil vai mal no ranking mundial	Lembra o sequestro de meninas na Nigéria, e traz dados do Casamento Infantil no mundo e informações sobre a parceria global “Girls Not Brides”	UOL Blog – Dr. Aleixandre Faisal
Brasil é o quarto país no mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa. Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - igual as informações do 23, 36, 44, 60 e 72	Blog Jacó Costa
Brasil: casamento infantil é usado por meninas para evitar violência doméstica	Mostra uma imagem de uma menina grávida	Twitter do Jornal o Globo

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Foi a partir dos discursos dessas 14 notícias e, ou reportagens que iniciei a contextualização da minha Dissertação ancorada no conceito de Infância. Os discursos midiáticos me levaram a compreender que o principal motivador do *Casamento de Crianças* no Brasil é a *pobreza*, fator que fica explícito inclusive nos títulos das notícias e reportagens, e que podemos ver nos dois trechos abaixo,

[...] no Brasil, o casamento de crianças e adolescentes é bem diferente dos arranjos ritualísticos existentes em países africanos e asiáticos, com jovens noivas prometidas pelas famílias em casamentos arranjados pelos parentes ou até mesmo forçados. **O que acontece no Brasil, por outro lado, é um fenômeno marcado** pela informalidade, **pela pobreza** e pela repressão da sexualidade e da vontade femininas. (ESCOSSIA, 2015, grifo nosso)⁷⁰.

A criança ou adolescente engravidada, algumas são obrigadas a casar; outras são seduzidas, violentadas e seguem para morar com o homem mantendo uma cultura machista de “limpar a honra da família”. Há casos em que a escolaridade e **a condição social e financeira da criança ou adolescente e família a empurra para essa condição**. (ANDI, 2016, grifo nosso)⁷¹.

Nas notícias e reportagens selecionadas, além da questão da *pobreza*, vemos outros fatores influenciadores, e fica clara a questão já apontada na Dissertação, de que o *casamento* ocorre em sua maioria com as meninas.

Tanto meninos quanto meninas podem estar envolvidos em casamento infantil, no entanto, **as meninas são afetadas de forma desproporcional**. Experiências em vários contextos demonstram que legislação e políticas adequadas e iniciativas direcionadas a mudar normas sociais podem ter efeitos positivos na proteção do direito das meninas a decidir livremente se, quando e com quem querem casar –

⁷⁰ ESCOSSIA, Fernanda. Pobreza e abusos estimulam casamentos infantis no Brasil. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 9 set. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150908_casamento_infantil_brasil_fe_cc>. Acesso em: 24 jun. 2016.

⁷¹ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI COMUNICAÇÃO E DIREITOS). **Infância e Juventude**, Brasil: Casamento infantil que não se vê, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

especialmente se estas proporcionarem alternativas viáveis ao casamento, como acesso à educação. (PREVENÇÃO..., 2015, grifo nosso)⁷².

As notícias e reportagens coletadas e analisadas mostram como os fatores sociais têm contribuído para o *Casamento de Crianças*, citam que a gravidez na adolescência é assim como a pobreza um dos principais motivadores, pois a ideia de controle dos corpos jovens ainda se faz presente na nossa sociedade. Deste modo, as meninas são sempre as mais afetadas pela perda de possibilidades futuras, pois são quem acabam por carregar o maior culpa quando há uma gravidez não planejada.

Muitas vezes, não é apenas um desses motivos, isoladamente, e sim vários deles combinados, o que mostra a complexidade desse problema. Como consequências do casamento precoce, o Promundo identificou que, assim como na maioria dos países, as meninas tendem a engravidar cedo e a deixar a escola após o casamento para se dedicar às tarefas do lar e porque os maridos, muitas vezes, assumem o papel de ensinar as jovens. Assim, as menores já iniciam um casamento no qual não há igualdade entre marido e mulher. (SANTOS, 2016)⁷³.

As próprias notícias e reportagens mostram a falta de informação e conhecimento sobre o assunto. Há um sério problema de discurso midiático sobre as temáticas que envolvem a infância. Os dados apresentados pelo IBGE de *casamentos* de meninas com idade até 19 anos mostra como a falta de políticas públicas contribui com a prática, pois ao invés de o número diminuir conforme o passar dos anos, há oscilações que são agravadas pelos períodos econômicos no país.

Se você pensa que casamento infantil é absurdo praticado somente na Índia, faz parte da maioria de cidadãos que – como eu e gestores de muitas instituições públicas – precisa nacionalizar o olhar e mirar para o próprio umbigo. Esta é uma tragédia invisível no Brasil. Pior: “Ninguém está pensando nesta questão”, alerta Alessandra Nilo, coordenadora da Gestos, ONG do Recife voltada para defesa de Direitos Humanos, comunicação e gênero. (BRASIL..., 2016)⁷⁴.

Charaudeau (2008), ao falar do enunciador e do enunciado, nos lembra que a linguagem é um processo cultural, ele faz parte de um contexto que atravessa a forma como os discursos são construídos, assim sendo, as notícias analisadas se destinam a receptores diversos,

⁷² PREVENÇÃO do casamento na infância e na adolescência. **Promundo**, [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://promundo.org.br/programas/pesquisasobreacasamentoinfantil/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁷³ SANTOS, Marta. Brasil é o 4º país do mundo onde há mais casamentos infantis. **Portal R7**, São Paulo, 8 mar. 2016. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/mulher/brasileo4paisdomundoondehamaiscasamentosinfantis08032016>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

⁷⁴ BRASIL: Casamento infantil que não se vê. **Andi Comunicação e Direitos**, [S.l.], 16 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/clipping/brasilcasamentoinfantilquenaoseve>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

entretanto o local de fala dos veículos de comunicação está situado no campo da informação, ou seja, há um contrato com o receptor que compreende os meios de comunicação como um local onde podem procurar informações acerca de fatos do cotidiano, e que estas informações serão verdadeiras e irão falar sobre a realidade em que aquele sujeito está inserido.

Sendo assim, o número irrisório de reportagens encontradas sobre a temática é uma expressão da forma como os enunciadores entendem o contexto onde vivem. Eles não o compreendem na verdade, e por isso a importância de ver como os estudantes de Comunicação têm aprendido sobre esse assunto, se esse Não-Olhar o Outro é uma questão de formação profissional, pois se há um contexto, por que não há um discurso?

4 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Para dar continuidade às formas de compreensão da temática investigada, conforme já relatado anteriormente, faço uso de mais três conceitos teóricos principais. Desde modo, a Dissertação se ancora no conceito fundante de Infância e três marcos de sustentação: *Pobreza*, pensando os processos históricos de construção da sociedade brasileira, e a questão de que *a é ela* no Brasil o fator determinante para a prática do *Casamento de Crianças*.

Direitos Humanos e Cidadania, atuam como segundo conceito essencial, já que estou trabalhando com um tema que viola os tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil e que coloca em risco o direito de cidadania da população infantil, assim como as leis vigentes no país que dispõem sobre os sujeitos infantis.

E *Identidade Infantil*, terceiro grande marco teórico visto como um processo constituído histórico e socialmente através das formas de ser e estar no mundo, pensando a construção da *identidade* do sujeito infantil através desses processos que perpassam a vida em sociedade.

4.1 POBREZA NO BRASIL

A autora Schwartzman (2004) define que a pobreza está intimamente relacionada com o conceito de modernidade. E que é, nas palavras de Henriques (2000, p. 1) “produto de uma herança de injustiça social que vem excluindo parte significativa da população brasileira do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania”. Como já relatado anteriormente, a urbanização das cidades, a lógica capitalista e as consequências do sistema monocultor-escravista-exportador, e da revolução industrial, moldaram as formas de ser e estar no nosso país. O processo de modernização das cidades, através de uma lógica de produção, bem como, a busca por um crescimento econômico, fizeram de todo o mundo um lugar de contradições.

Duas questões principais emergem desse panorama inicial sobre modernidade e modernização. Em primeiro lugar, o crescimento econômico: como é que algumas sociedades ou nações se tornam ricas e outras não? Em segundo lugar, a pobreza: como é que, junto com a riqueza, a pobreza também cresce em certos lugares e para alguns grupos? A pobreza seria uma contraparte inerente, o lado obscuro e inevitável do desenvolvimento capitalista, como Marx afirmou? Ou é apenas uma disfunção temporária, superável na medida em que as potencialidades plenas do crescimento econômico forem implementadas? (SCWARTZMAN, 2004, p. 23).

A ideia antiga de que a pobreza e a miséria desapareceriam com o crescimento econômico advindo da modernização, se as pessoas fossem racionais e não atrapalhassem os

interesses individuais, beira o ridículo se olharmos os dados do mundo contemporâneo. No ano de 2015, o mundo tinha 1% da população mundial com metade de toda a riqueza do planeta, ou seja, elas tinham mais dinheiro líquido que o restante (99%) da população do mundo.

[...] pobreza e miséria não foram uma criação das economias de mercado, sempre existiram em todas as sociedades. [...] é útil introduzir a distinção entre pobreza e miséria ou indigência. A maioria das pessoas, na maioria das sociedades, é pobre, no sentido de que elas mal ganham o que necessitam para sobreviver no dia-a-dia (embora o conceito do que é “necessário” mude de lugar para lugar). Miseráveis não são somente pobres. Eles são os que não podem ou desistiram de trabalhar para seu próprio sustento. A pobreza sempre foi considerada uma condição normal, exceto nas sociedades desenvolvidas atuais, onde se espera que todos tenham no mínimo os padrões de vida das classes médias. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 41-42).

A pobreza é um fator multidimensional, deve ser compreendida em toda a sua amplitude, na qual não só a renda per capita (pobreza relativa) é um indicativo, mas também a noção de privação de capacidades (pobreza humana). O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), feito na década de 90 no Brasil, colocava a renda como um meio para o desenvolvimento humano. Porém, com o passar dos anos, passou-se a entender a renda como indicador deste desenvolvimento e uma forma de não pobreza. Essa confusão existe até os dias de hoje, não que a renda não seja um indicativo de pobreza – e na temática aqui investigada tem forte poder de influência sobre a prática –, contudo, há outros influenciadores na definição desse conceito.

A conceituação de pobreza é algo extremamente complexo. Pode ser feita levando em conta algum “juízo de valor”, em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não-econômicos (sic) à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade [...]. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 3).

Quando se fala em juízo de valor é pensando as visões subjetivas dos sujeitos quando definem o que são as condições básicas de satisfação ou de privação dos direitos básicos. Esse juízo de valor está diretamente relacionado às noções sociais de Qualidade de Vida (QV) e ao pensar QV o faço principalmente nas instâncias elencadas por Minayo, Hartz e Buss (2000), nas quais os campos sociais de envolvimento de vida do sujeito são utilizados para balizar essa noção pensando duas dimensões: a subjetiva e a objetiva. Os parâmetros subjetivos para tais autores são: bem-estar, felicidade, amor, prazer e realização pessoal. Enquanto os objetivos são: satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo envolvimento social e econômico da sociedade.

Fonseca (2005) ao tratar da temática das concepções de família, nos relembra que os interesses coletivos, muitas vezes estão em conflito com os individuais, isso também, dentro de um núcleo familiar. Sendo assim, a noção de Qualidade de Vida, passa a ser diferentes em uma mesma organização, o que faz com que na temática aqui estudada, as necessidades da coletividade estejam acima das necessidades individuais das crianças.

Quando falo do sujeito infantil, aqui demarcado como uma criança pobre do sexo feminino, que acaba casando em virtude de uma necessidade de sobrevivência, estou tratando das questões familiares postas na nossa sociedade, “para os grupos populares o conceito de família, está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (FONSECA, 2005, p. 51), dessa forma, a noção de família vem “colada” a noção de pobreza, uma questão de necessidades, de colocar as vontades da coletividade acima das suas.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 124).

O primeiro documento a medir a pobreza como um fator multidimensional foi o RDH de 1996, que visava a privação humana e o desenvolvimento do sujeito, “medida de pobreza de capacidades” (MCKINLEY, 2008, p. 1), e tinha como objetivo medir o índice multidimensional de pobreza focalizado nas capacidades, entendendo que diferente da renda per capita “as capacidades são fins e são refletidas não nos insumos, mas nos resultados em termos humanos – na qualidade de vida das pessoas”. (KAKWANI, 2006, p. 9 apud MCKINLEY, 2008, p. 1). O RDH se propôs a complementar as informações do indicativo de renda utilizado para mensurar a pobreza, elencou-se então três indicadores não monetários: educação, saúde e reprodução. Os indicadores avaliam o fim e não os meios para a pobreza já que a renda é o balizador principal para a falta das demais necessidades básicas do ser humano. O índice de pobreza humana promovido pelo RDH utilizou novos balizadores, pois compreendia que

A abordagem da pobreza baseada em renda encontra dificuldades em medir a renda pública, como, por exemplo, as receitas públicas que financiam a provisão de serviços de saúde e educação. Além disso, a renda tem pouca correlação direta com algumas capacidades básicas, tal como a liberdade política. Dessa forma, esta abordagem não pode capturar o conjunto completo de privações humanas. (MCKINLEY, 2008, p. 1).

Deste modo, compreende-se que precisa haver mais de um tipo de indicador para se medir a pobreza, afinal ela é multidimensional, como dito anteriormente. Assim como a renda

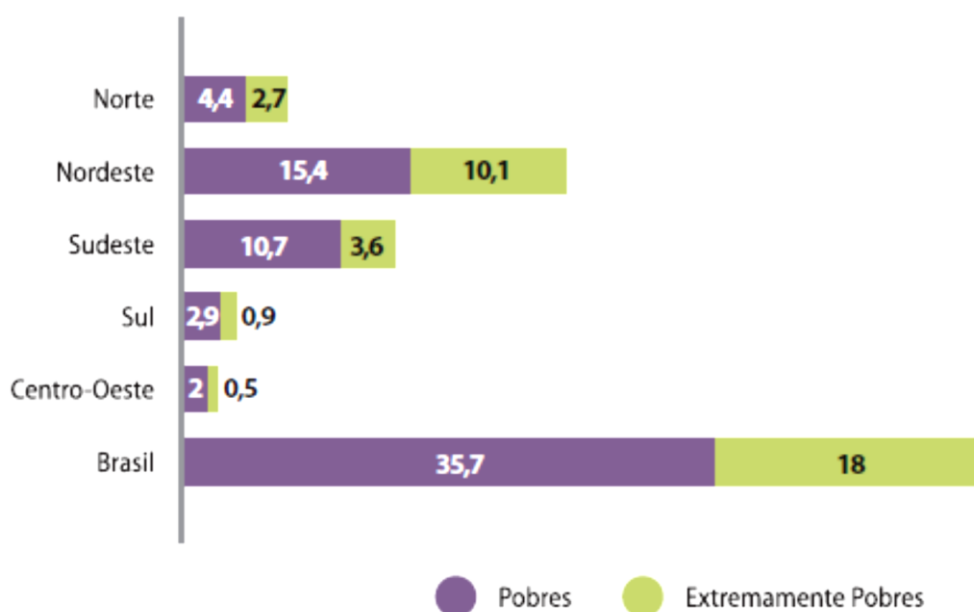
não pode ser o único balizador, a pobreza humana sozinha também não dá conta de abarcar a dimensão do conceito.

A abordagem da pobreza humana tem dificuldade em definir claramente algumas capacidades humanas. Por exemplo, será que ‘o controle sobre os recursos materiais’ é uma capacidade humana? Se o é, será que o nível de renda de uma pessoa (incluindo o acesso à renda pública) é uma representação adequada desta capacidade? No entanto, a renda é suposta como um meio de se desenvolver capacidades humanas, e não um fim em si mesmo. (MCKINLEY, 2008, p. 1).

Quando se pensa a pobreza como um conceito relativo temos uma abordagem macroeconômica pautada principalmente na noção de distribuição de renda, o que para alguns autores é o grande problema no nosso país: “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 123). A pobreza relativa define como pobres as pessoas que estão situadas na camada inferior da distribuição de renda, ou seja, se comparado a outras pessoas da sociedade elas teriam menos de um atributo desejável (pensando as instâncias subjetivas e objetivas da QV). Essa linha de pobreza relativa é que pode ser medida pela renda per capita da população.

Dados do PNAD de 2014 apontam que cerca de 53 milhões de pessoas viviam em situação de pobreza no Brasil. Destas, 18 milhões se encontravam em situação de extrema pobreza, tendo a região Nordeste o maior percentual nos dois índices.

Figura 3 - Gráfico da Pobreza no país



Fonte: Fundação Abrinq (2017).

No ano de 2017 estima-se que mais da metade dos brasileiros com idade até 14 anos viva em situação de pobreza ou de extrema pobreza, quando a renda per capita é inferior a ¼ do salário mínimo. Isso equivale a cerca de 23 milhões de crianças. “A desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural.” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 123). Penso primeiramente no fator renda, levando em consideração o que foi afirmado pelos autores, se pensarmos que será a renda que desencadeará as demais atitudes sociais de influência na pobreza humana, inclusive se pensarmos a nível de Estado Nação.

Compreendendo aqui que o aumento da renda propiciará uma emancipação social dos sujeitos (SANTOS, 2013) – o que afetaria a prática do *Casamento de Crianças* – já que inferiria diretamente sobre as noções subjetivas que balizam a QV dos sujeitos, portanto, auxiliam na não pobreza, quando pensada nela em sua privação de capacidades (pobreza humana). O direito a uma vida digna está previsto na lei máxima que rege o nosso país, além do direito à alimentação, saúde e moradia.

“Desigualdade e pobreza, apesar de serem confundidas em diversos momentos na discussão cotidiana, são dimensões radicalmente distintas de nossa realidade e solicitam, portanto, soluções diferenciadas.” (HENRIQUES, 2000, p. 3-4). A desigualdade é o principal fator da pobreza no nosso país, aumentando assim a exclusão de parte significativa da população, e fazendo com que os direitos à dignidade e à cidadania sejam cada vez menores.

[...] a verdadeira razão da desigualdade é de ordem política: elas nasceram de uma seqüência (sic) de acasos e acidentes históricos, sendo mantidas por convenção. Não resultam de nenhuma ordem natural. É o produto de uma ordem arbitrária. No estado de natureza, o homem não é bom, nem mau, mestre nem escravo. É a sociedade que faz os dominantes e os dominadores. Mas o que ela fez, pode desfazer. (JAPIASSU, 2005, p. 5).

As políticas sociais⁷⁵ são sempre regulatórias, mas extremamente necessárias quando nos referimos às questões de desigualdade e de exclusão⁷⁶. E é por esse motivo que as lutas sociais de proteção à infância precisam ser apoiadas, o Outro precisa ser visto, precisamos

⁷⁵ No nosso país temos algumas medidas de distribuição de renda, sendo a mais “famosa” o Programa Bolsa Família (PBF). Criado em 2003 pela Medida Provisória (MP) 132, o Programa Bolsa Família surge como parte integrante da política social desenvolvida no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sendo um dos principais programas do governo, foi convertido na Lei nº 10.386 de 9 de janeiro de 2004. (CAMPELLO; NERI, 2013).

⁷⁶ Compreendo que a desigualdade é gerada por fatores socioeconômicos, enquanto a exclusão se dá por fenômenos culturais e sociais de civilização, ou seja, elas não são sinônimas. (SANTOS, 2008; MARTINS, 2008).

colocar a infância como pauta midiática, pois precisamos auxiliar à coibição dessas violências, já tão naturalizadas pelos sujeitos.

A gestão controlada das desigualdades e da exclusão não foi em nenhum momento, uma iniciativa de concessão autônoma do Estado capitalista. Foi antes o produto de lutas sociais que impuseram ao Estado políticas redistributivas e formas menos extremas de exclusão. (SANTOS, 2008, p. 312).

A pobreza vem sendo diminuída no Brasil, contudo ainda não o suficiente, como podemos ver durante a reflexão proposta nessa Dissertação. Ademais, as políticas sociais precisam ser políticas de Estado e não de Governo. Bauman (2009) reflete acerca da necessidade de vermos a política social como uma política de base para o funcionamento do Estado-Nação. No caso da temática aqui investigada, políticas que não só sejam asseguradas por lei (porque, pelo que analisei, elas estão na legislação), mas políticas que levem ao bem-estar social, coisa que não temos no Brasil, que é quando compreendemos o Outro como parte da estrutura da sociedade.

[...] a busca de alternativas de redução das desigualdades passa por duas vias simultaneamente. Uma delas é a formulação de novos modelos de desenvolvimento. A outra é a definição e implementação de políticas que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais, que venham ampliar as oportunidades para um maior número de indivíduos. (SCALON, 2011, p. 64).

Ao pensar o conceito de pobreza utilizando como premissa a noção de desigualdade elencada por Santos (2008) o faço com o intuito de direcionar o meu olhar para aquilo que produz a desigualdade na minha temática. Poderia considerar que a invisibilidade causada pela mídia sobre esse tema acabe por aumentar os processos de um fenômeno que além de desigual torna os sujeitos excluídos. Esse “não olhar” midiático – pensando a mídia como um dos poderes fundantes da sociedade e que geram cidadania (MATA, 2006) – coloca essas crianças em um processo de não pertencimento, as invisibiliza também para a sociedade, que já não faz questão de enxergá-las, porque já naturalizou o Olhar e a prática, se valendo da ideia social de que: “ela escolheu morar com ele” ou “é melhor assim, ele cuida dela”.

Bauman (2011) vai colocar que a ideia de que há liberdade de escolha é muitas vezes utópica, no caso estudado ela é algo que não pode ser considerado. Costuma-se, no Brasil, justificar essa naturalização com as frases que citei anteriormente, que validam a ideia de que as meninas escolheram ficar com aquele homem. Que escolha é essa quando a opção é ou “casa” ou “morre de fome”? O cardápio nesse caso não apresenta escolhas variadas, normalmente há somente duas opções e nesse caso se fica com aquilo que é menos ruim.

Naturalizamos o nosso Olhar para a pobreza, principalmente para a pobreza infantil. Acabamos achando normal que uma menina de 12 anos se case com um homem mais velho porque assim ela não estará passando fome. Todos esses discursos precisam ser revistos, precisamos compreender a exclusão e a desigualdade que é imposta a partes da população lembrando que “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”. (MARTINS, 2008, p. 11). Desta forma, a mídia com seu alcance social precisa estar a serviço dos Direitos Humanos, onde a exclusão e a desigualdade não sejam somente relatos noticiosos, mas denúncias sociais.

Santos (2010) nos relembra que a política de Direitos Humanos precisa ser revista e repensada, pois ela ainda é uma política hegemônica, normalmente de dominação do Ocidente sobre o Oriente, o que na temática aqui investigada fica muito nítido na forma como os discursos jornalísticos são construídos. O resultado de notícias encontradas sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil mostra como o Oriente ainda é visto como o povo “bárbaro” que obriga suas meninas a casarem, porém, o retrato brasileiro não é tão diferente. Mas mesmo assim ele não é noticiado da forma como deveria ser, tal como a instância da pobreza infantil no Brasil não tem tido a atenção merecida da mídia. Muitos são os motivos pelos quais isso ocorre, creio eu que o maior deles seja a naturalização do Olhar. Uma naturalização que leva ao entendimento de que os Direitos Humanos são um processo universal de “salvamento” dos povos do Oriente, e não uma prática que precisa ser intercultural e contra hegemônica. (SANTOS, 2010).

4.2 DIREITOS HUMANOS COMO FORMA DE CIDADANIA

De 1939 a 1945, o mundo vivenciou a 2ª Guerra Mundial. Com o intuito de nunca mais deixar que algo tão hediondo ocorresse no mundo novamente, um grupo de mais ou menos 50 países se reuniram com o propósito de criar uma aliança de paz, ainda antes do fim da guerra ser declarada. No dia 24 de outubro de 1945, surge a ONU,

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. [...] E para tais fins praticar a tolerância e viver em paz uns com os outros, como bons vizinhos, unir nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, garantir, pela aceitação

de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, e empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. [...]. Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos. Em vista disso, nossos respectivos governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de ‘Organização das Nações Unidas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - BRASIL, 2017).

Com base em todos esses princípios firmados na sua constituição, a ONU cria em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), considerado o marco do movimento contemporâneo pelos direitos da sociedade civil e um grande passo no pós-guerra, já que era a primeira vez que um documento enumerava os direitos que possui cada ser humano, sendo eles: civis, econômicos, sociais, políticos e culturais. John Peters Humphrey⁷⁷, jurista canadense, na época Diretor dos Direitos Humanos da ONU, é quem dá origem ao texto base da “Carta Magna da Humanidade” dividida em 30 artigos. O documento traz sete considerações iniciais: o reconhecimento à dignidade; o direito à liberdade; as aplicações legais para proteção do ser humano; as relações amistosas entre as nações; o valor do ser humano e a igualdade entre homens e mulheres; o comprometimento dos Estados em promover o respeito universal aos direitos; e o comprometimento com a compressão desses direitos. (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Já na época da criação do texto, não foi fácil achar pontos em comum entre tantos países e com o passar dos anos o termo “Direitos Humanos” ganhou diversas interpretações. Poderia colocar aqui a famosa frase “Direitos Humanos só serve para proteger bandido”, visto que é complicado o entendimento sobre o quão ampla é a política firmada na DUDH e, principalmente, como ela foi ressignificada por cada país através de legislações próprias, “[...] o que está simples constatação revela, é que os direitos humanos incomodam muita gente e não deixam ninguém indiferente. A explicação para este fato é que o conceito de direitos humanos constitui uma ideia radical e revolucionária”. (COMPARATO, 2015, p. 5). Que é uma ideia revolucionária ninguém tem dúvida, mas acredito que ela seja ainda mais radical, principalmente quando há uma hegemonia na forma como se dão as relações de poder numa construção de uma declaração aplicável ao mundo todo.

Autores como Comparato (2015) colocam que temos que ter cuidado quando dizemos que a DUDH é uma imposição de um modelo único de conduta, e que temos que enxergá-la como um conjunto de ideias que podem ser alteradas para diversas culturas de forma legítima.

⁷⁷ Humphrey contou com a ajuda de Eleanor Roosevelt (norte-americana), René Cassin (francês), Charles Malik (libanês), Peng-chun Chang (chinês), Carlos Romulo (filipino), Hansa Mehta (indiana), Alexei Pavlov (russo) e Hernán Santa Cruz (chileno) na redação do texto final da DUDH. (COMPARATO, 2015).

Eu concordo em partes com o autor. Acredito que a DUDH tenha uma função primordial na consolidação da cidadania dos povos, na formulação dos seus direitos individuais e coletivos e principalmente na sua proteção integral. Afinal, não precisamos somente de novas formas de regulação, de conhecimento sobre o Outro, precisamos de compreensão sobre esses processos, uma compreensão de que o mundo é muito mais amplo do que a compreensão ocidental. (SANTOS, 2007a).

No entanto, há que se ter um cuidado quando estamos falando de diversidade cultural por exemplo, o que no âmbito desse trabalho seria o principal fator e divergência em nível mundial – *Casamento de Crianças* enquanto prática ritualística X Direitos Humanos da Infância: “o direito moderno encontra-se em tensão com alguns costumes não somente no caso das sociedades ‘simples’ ou dos ‘povos originários’, mas também no próprio Ocidente, em plena modernidade”. (SEGATO, 2006, p. 209).

Creio que não há transformações sem conflitos, os Direitos Humanos não surgem com a DUDH, são consolidados por ela, porém, a história remonta aos princípios culturais e religiosos e a um processo de evolução em busca de uma felicidade universal, que vai se firmar com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, feita pela França em 1789.

A dificuldade de apresentar e apreender adequadamente o conceito de direitos humanos se deve ao fato de que se trata de um conceito interdisciplinar, que fica na interseção entre a antropologia, a sociologia, a história, a pedagogia, a economia, a filosofia, a teologia, a política, a psicologia, e o direito. (COMPARATO, 2015, p. 5).

Essa interdisciplinaridade na qual os Direitos Humanos estão alicerçados faz da ideia um processo plural e multifacetado. “O tema dos direitos humanos tem sido alvo de polêmica, seja por autores da antropologia seja por pensadores de fora da disciplina.” (SOUSA, 2001, p. 47). O debate sobre Direitos Humanos e Diversidade Cultural é muito amplo e complexo, não tenho pretensões de conseguir dar conta dele nessa pesquisa e isso nem seria possível em tão pouco tempo, se considerarmos todos os nuances que envolvem esses dois conceitos e sua vinculação com o âmbito social. Sendo assim, precisei ao longo da investigação optar por algumas coisas e me posicionar enquanto pesquisadora sobre alguns aspectos.

Já mencionei no trabalho que considero o *Casamento de Crianças* errado em qualquer lugar e sob qualquer hipótese, mesmo sendo essa a cultura local. Todavia, as culturas dos povos originários, conforme já explicitado por mim, é a forma como se dá o *casamento* nos países do Oriente Médio, e ao meu ver, é um processo muito diferente do que acontece no nosso país, quando segregamos as meninas não só pelo gênero, como ocorre nesses outros locais, mas

também, principalmente, por sua classe social e muitas vezes por sua etnia. No subcapítulo sobre identidade infantil vou trabalhar o conceito de interseccionalidades, o cruzamento de marcadores sociais que estão postos sobre a população de crianças que casam no Brasil. Esse conceito auxilia na compreensão de que não posso dissociar nessa pesquisa Criança de Pobreza. E principalmente, criança do sexo feminino pobre.

Em 2002 a ONU definiu em assembleia a Declaração Universal da Diversidade Cultural, um passo extremamente importante no que tange os direitos das minorias étnicas de cada país. No Brasil por exemplo, o pouco que resta da população indígena, necessita muito desses mecanismos de proteção, afinal acredito que nem toda humanização é benéfica. As formas como ocorrem os *Casamentos de Crianças* no Brasil podem não estar associado a processos ritualísticos, mas estão associados a processos culturais, não os de povos originários, mas o que desrespeitam a vivência humana, como: a cultura do estupro, do machismo, da novinha, entre tantas outras formas de manifestação do patriarcado.

Durante a banca de qualificação foi me colocado, que não haveria como falar de toda essa temática e não entrar na seara da Cultura. Como já coloquei antes, não tenho a pretensão de resolver esse impasse, porém, acredito que o Respeito é a base da vivência humana e quando os processos de *casamento* ocorrem com somente uma parcela da sociedade, por conta de marcadores sociais que constituem esses sujeitos eu preciso ao menos tentar elucidar algumas questões.

O conceito de cultura é bastante amplo. A cultura tem origens históricas, sendo assim, precisamos entender o movimento dela. Conforme Malinowski (1970), cultura é a forma como a sociedade vive. O conceito de cultura está sempre sendo reinventado de acordo com os paradigmas, a cultura não evolui, ela se transforma e se modifica. (MALINOWSKI, 1970; BOAS, 2005). Na temática investigada isso é nítido. A forma como fomos acostumados através do passar dos anos a olhar as relações entre os sexos, e principalmente a compreender o *casamento* como o ideal da felicidade, a meta a ser alcançada, colabora para o processo do *Casamento de Crianças* que temos no nosso país, sendo que muitas das formas de encarar o *casamento* persistem até hoje, com valores que foram desenvolvidos dentro de uma cultura entendida como patriarcal e machista. Somos todos “frutos do meio”, não podemos naturalizar os fatores culturais. (MALINOWSKI, 1970).

O conceito de patriarcado, muito utilizado quando vamos nos referir as formas de subjugação feminina, começou a ser questionada por teóricas feministas, pois segunda elas, a forma como se referia as mulheres era como se o patriarcado fosse algo institucionalizado, que não era fruto do meio era uma “natureza” humana e desta forma não era passível de mudança.

O patriarcado é um processo social, há sociedades onde não há essa dominação dos homens em todos os níveis da sociedade, há uma relação de equidade entre os gêneros. Deste modo, o patriarcado é um processo cultural, que se desenvolveu através de séculos de formação social, e, pode ser mudado e descontinuado, afinal processos culturais são fluidos (PISCITELLI, 2002).

O *casamento* de meninas menores de idade por uma manutenção financeira e por uma união familiar deixa de ser normal com o surgimento das políticas de proteção à infância, conforme visto no capítulo sobre o *casamento*, são processos da cultura local que foram se modificando, no caso do Brasil, o entendimento de que estava na hora de haver legislações que protegessem essa parcela da sociedade.

[...] a existência de leis que governam o desenvolvimento da sociedade e que são aplicáveis tanto à nossa quanto às sociedades de tempos passados e de terras distantes; que seu conhecimento será um meio de compreender as causas que favorecem e retardam a civilização; e que guiados por esse conhecimento podemos ter a esperança de orientar nossas ações de tal modo, que delas advenham o maior benefício para a humanidade. (BOAS, 2005, p. 25).

Os aspectos culturais citados nessa pesquisa fazem parte do que Malinowski (1970, p. 69) define por “cultura como o trabalho manual do homem como o meio pelo qual ele atinge seus fins”. A realidade da sociedade brasileira leva ao *Casamento de Crianças*. Casar, seja no civil ou no religioso, sempre esteve atravessado pelos processos culturais do local onde vivem os sujeitos. Ao pensarmos nas formas de dominação do sujeito infantil pela sociedade, tanto histórica como na atualidade, temos um grande déficit no que diz respeito à proteção integral desse público, seja em níveis econômicos ou culturais.

O conceito de cultura, quando compreendido do ponto de vista antropológico, se torna um pouco complexo no seu entendimento em relação à minha temática, isso pensando a forma como estruturei minha Dissertação. Minhas concepções de Direitos Humanos, Pobreza e Infância, conceitos centrais da pesquisa, não são estruturadas na investigação com base em estudos etnográficos, mas a partir de referencial teórico e análise de material jornalístico. Deste modo, ao fazer uso das ideias trabalhadas tanto por Boas (2005) quanto por Malinowski (1970), o faço com o intuito de refletir sobre a noção de cultura do ponto de vista daquilo que faz de minha temática um assunto cultural e um processo histórico.

Entendo que assim como a antropologia, a história também faz parte da consolidação da temática dos Direitos Humanos, que ainda é vista, como já colocado, como forma de dominação do Ocidente sobre o restante do mundo já que em “tese criaria” regulamentações e

as aplicaria aos países como se houvesse uma única cultura, uma única forma de mundo. Tendo em vista que uma ideia hegemônica já existe há muito tempo e que sempre houve um discurso ocidental de unificar o povo de forma a tornar os “diferentes” mais “civilizados”, compreendo a dificuldade de aceitação de determinados países com relação às decisões tomadas pelos órgãos Ocidentais, principalmente quando elas são postas frente à cultura dos povos.

Viola (2006) lembra que precisamos sempre nos situar ao falar dos Direitos Humanos, qual o meu lugar de fala, qual o meu olhar sobre o assunto e qual “luz” coloco sobre a premissa que identifiquei nesses direitos. Nesse momento penso que com a forma como os processos homogeneizadores têm sido impostos no mundo e as forças globais tem se feito presentes através de pensamentos totalitários, precisamos de consensos mínimos para o diálogo. A DUDH pode ser o esteio para esse consenso e acredito que ela já seja.

Por se apresentar como fenômeno multifacetado, exige, para sua compreensão, não só repensá-lo no interior de um horizonte histórico, mas que a este horizonte histórico se incorporem às noções de complexidade manifestas na cultura político-social de uma sociedade que produz (e reproduz) a comunidade e a sociedade de direitos. (VIOLA, 2006, p. 119).

No Brasil, primeiramente tivemos os direitos sociais, através das leis trabalhistas do Governo de Getúlio Vargas, os direitos políticos ganham força ao longo do processo de redemocratização do país após o período da Ditadura, na década de 80. Logo após o golpe de 1964 há um movimento militante da esquerda pelos Direitos Humanos, afinal as formas como o país estava sendo conduzido feria todos os preceitos definidos pela DUDH, desde a perseguição política, o cerceamento da liberdade de expressão até as torturas praticadas pelo governo. Infelizmente, no país os direitos civis ainda não são amplos, são extremamente problemáticos, “a tortura é moeda corrente nas delegacias e prisões, o acesso à justiça é desigual, a discriminação racial não foi de todo eliminada”. (COMPARATO, 2015, p. 34).

Para a infância, os Direitos Humanos são primordiais. Quando falamos de *Casamento de Crianças* precisamos pensar em Direitos Humanos, afinal, a prática fere os direitos adquiridos pelas crianças ao redor do mundo. No Brasil, com a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), os direitos desse público passaram a ser garantidos pela legislação. As meninas, diferente dos séculos passados, têm o direito de estudar e dos meninos foi retirada a carga do trabalho. Sendo assim, ambos adquiriram conquistas perante a lei, porém, frente à forma de organização da sociedade, ainda temos sérios problemas no respeito aos direitos de cada ser infante-juvenil, ou seja, os Direitos Humanos, no que tange a infância, ainda não conseguem cumprir o seu papel.

Para transpor a barreira da cultura X Direitos Humanos, Segato (2006) diz que a forma de solução para essa armadilha de Cultura/Direitos Humanos é o que se denominou de política humanitária, que leva em conta um projeto de Direitos Humanos pensando não só nessas diferenças, mas sim na proteção integral do indivíduo. No Brasil e no restante do mundo, precisamos incorporar determinados discursos para que consigamos avançar nas políticas sociais que defendem a infância. Os problemas de abuso infantil – pela forma do *casamento* – acontecem ao redor de todo o globo, não é uma prática somente do Oriente, como muitas vezes as mídias fazem parecer.

A sociedade brasileira não assume viver essa cultura patriarcal e machista, na qual o homem ainda *domina* a mulher. Os discursos precisam mudar junto com o período histórico, desta forma, precisa haver uma revisão das ideologias e das legislações de acordo com cada época. (SEGATO, 2006). Os grupos sociais – nesse caso as instâncias da sociedade civil que protegem as crianças – precisam tomar para si o discurso dos Direitos Humanos. O ensino desses direitos às crianças é uma forma de iniciar a mudança na estrutura da sociedade. “No Brasil, a influência da mídia torna-se ainda mais poderosa em virtude de um sistema educacional precário que possibilita, em muitas ocasiões, que a televisão tenha o poder ‘soberano’ de informar, educar e distrair [...]” (BORUCHOVITCH, 2003, p. 27). Sendo assim, devemos utilizar esse poder em benefício das crianças e isso deve ser feito a partir de um ensino das práticas midiáticas. (SOARES, 2011). Para que isso ocorra, as mídias precisam se preocupar com esses temas e o número de reportagens encontradas sobre a temática é irrisório, tendo em vista a complexidade do assunto e seu caráter emergencial.

4.2.1 As leis de proteção à infância

O Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da infância e da adolescência. No entanto, é necessário adotar políticas públicas capazes de combater e superar as desigualdades geográficas, sociais e étnicas do País e celebrar a riqueza de sua diversidade. (UNICEF BRASIL, 2017).

O primeiro movimento concreto sobre os direitos de proteção à criança ocorre em 1924 na declaração sobre a infância feita em Genebra. Todavia, um cuidado maior com a infância ocorre somente após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU, isto é, como forma de evitar outra guerra. Inicia-se então o processo de proteção da infância. No texto base da DUDH cita-se a proteção social integral da criança, nascida dentro ou fora do *casamento*, e tem no seu Artigo 25 a primeira declaração de proteção à infância em nível mundial. No ano seguinte à

criação da ONU, um órgão específico para a proteção da infância é criado. Nasce assim em 11 de dezembro de 1946 a UNICEF com o objetivo de proteger e promover os direitos das crianças. No Brasil a UNICEF chega somente em 1950 e tem como alvos principais de trabalho “crianças e adolescentes desfavorecidos em razão de práticas discriminatórias, questões étnicas ou raciais, situações de emergência, vulnerabilidade, deficiência, HIV/aids ou violência”. (UNICEF BRASIL, 2017).

Em 1959 é aprovada a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, composta por 10 princípios fundamentais, são eles: Direito à igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade; Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; Direito a um nome e a uma nacionalidade; Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; Direito à educação gratuita e ao lazer infantil; Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes; Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho; Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos. (NAÇÕES UNIDAS, 1959).

Em 1969 em San José de Costa Rica, ocorre a elaboração do documento da Conferência especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, tendo no seu artigo 19, o texto sobre a proteção das crianças: “Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado”. (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969). O pacto firmado em San José passa a vigorar no mundo todo em 1978, até então era uma resolução só dos estados americanos. A grande mudança sobre a proteção da criança e a preocupação com o seu futuro ocorre de fato em 1989, é a partir da criação da Declaração dos Direitos Universais da Criança que se nota uma institucionalização da garantia dos direitos desse público.

É em 20 de novembro de 1989 que ocorre a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Na assembleia se construiu a Carta Magna para crianças de todo o mundo, o documento foi oficializado como lei internacional no ano seguinte:

A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países. Somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália – que sinalizaram sua intenção de ratificar a Convenção ao assinar formalmente o documento. (UNICEF, 2016).

O Brasil promulgou a convenção em 21 de novembro de 1990, tendo sido o primeiro país da América Latina a criar uma legislação específica que atendesse às declarações firmadas na Carta Magna de 89, e também a criar o Estatuto da Criança e do Adolescente⁷⁸. Criado na década de 90, durante o governo de Fernando Collor, o ECA tinha como propósito inicial a proteção da criança e do adolescente de forma integral, tendo sido regulamentado pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

No ano seguinte à assinatura da Carta Magna sobre a Criança, aprova-se o Plano de Ação (decênio de 1990-2000), que serviria de referência para a construção dos Planos de cada Estado que assinou a Convenção. Em 1992 o Brasil institui então, por meio do Decreto nº 678, a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (o Pacto firmado em San José, em 1969). A ONU estabelece em 1996 as Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção dos Jovens Privados de Liberdade e o Tratado da União Europeia sobre a exploração sexual de crianças

Anterior à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil e dos pactos internacionais assinados, o país havia tido somente legislações discriminatórias, pois em sua maioria serviam como forma de controlar e punir as crianças consideradas em situações de vulnerabilidade, exemplo disso é o Código do Menor, citado no **capítulo 3** dessa Dissertação.

O ECA traz em sua redação diversas mudanças sobre a forma de enxergar a criança. Em seu Capítulo II, artigo 18, diz que: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (BRASIL, 1990, p. 6). Assim sendo, podemos perceber que fere os preceitos legais do país o *Casamento de Crianças*.

Em 12 de outubro de 1991, através da Lei nº 8.242, cria-se o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), conselho que passa a integrar o conjunto de atribuições da Presidência da República e tem como competências principais: a elaboração de normas sobre os direitos da criança e do adolescente; zelar pela aplicação das leis que protegem os direitos desse público; apoiar e avaliar os Conselhos Estaduais, Municipais e as ONGS, sobre os direitos estabelecidos no ECA; propor sempre que necessárias mudanças sobre as legislações vigentes que protegem as crianças e os adolescentes; apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos desse público; acompanhar a elaboração e execução de propostas por parte do governo sobre esse público; gerir o fundo estabelecidos no ECA para os gastos com as crianças e os adolescentes. (BRASIL, 1991). O Conanda ocupa no Brasil o cargo de

⁷⁸ O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança todo sujeito até 12 anos de idade e adolescente até os 18 anos. Como já referido no texto, nesse documento faço uso das definições da ONU/UNICEF pois considero que ao basear o trabalho em legislações universais o critério escolhido se torna mais abrangente.

fiscalizador e promovedor de novas políticas públicas que envolvam a infância, como estão ligados a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é a eles que cabe a fiscalização inicial das práticas abusivas em relação à infância, mas infelizmente não é colocada como uma das premissas do órgão a temática do *Casamento de Crianças*.

Acredito que isso se dê, pela forma como a sociedade brasileira naturalizou o Olhar sobre essa prática a ponto de muitas vezes nem saber que ela ocorre. A prática do *Casamento de Crianças* acontece no nosso país, em sua maioria, de forma induzida, por meio de chantagem (seja elas em nível físico, ou verbal), perante a “barganha” de condição social: dinheiro, moradia, etc. As crianças expostas a esses riscos em sua maioria são meninas, reforçando aquela ideia machista sobre o lugar da mulher ser em casa. Há problemas de aplicabilidade da legislação no Brasil, pois “os dispositivos legais criam referências de legitimidade, mas também uma métrica de direitos e deveres, eles não podem ser uma espécie de consequência natural do enfrentamento de desigualdades sociais”. (RIFIOTIS, 2006, p. 238). Dessa maneira, quando institucionalizamos os Direitos Humanos tornamos o Estado protagonista, por vezes esquecendo o exercício da cidadania dos sujeitos para a construção desses direitos.

4.3 CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE INFANTIL

Penso inicialmente o conceito de *identidade* amparado por autores como Hall (1999), que define *identidade* como um processo amplo de construção dialógica com a cultura; Castells (1999), para quem a identidade é construída nos vínculos com os grupos, além de pontuar que há uma diferença entre identidade e papéis sociais; e Bauman (2005), que definirá que ela é uma construção, e que está em constante trânsito – fruto do mundo líquido e moderno no qual vivemos, e que servem para afirmar e construir uma existência.

Estes autores compreendem *identidade* dentro de pressupostos diferentes, mas com muitas vertentes em comum. A principal delas é que a *identidade* é um processo de construção histórica, pela qual o sujeito irá passar ao longo de toda a sua vida e que irá tomar forma e se reformular constantemente de acordo com as experiências e vivências adquiridas seja dentro de um coletivo, nos espaços culturais, e/ou nas suas dimensões múltiplas de vivência enquanto ser humano.

Castells (1999) vai definir três origens de formação da *identidade* como construção social, a saber: *identidade legitimadora*, que seria a identidade imposta pela sociedade em uma noção hierarquizante de dominação em relação aos sujeitos; *identidade de resistência*, proposta por atores que estejam fora do padrão determinado hegemônico, buscando afirmação e

sobrevivência com bases em seus próprios ideais – política de identidade; e *identidade de projeto*, construção de uma nova identidade para modificar os padrões e a estrutura da sociedade – lutas feministas.

No caso específico da temática deste trabalho, retomando a construção da infância proposta por Ariès (1981), podemos perceber que tanto o sujeito feminino, como o sujeito infantil (sujeito feminino infantil) passaram por estes três processos de construção identitária ao longo dos anos. Desde uma construção de identidade padrão normativa, imposta pela sociedade sobre o que era ser uma criança do sexo feminino, até o levante proposto pelas lutas feministas, e que dão suporte para a proposta dos Direitos Humanos pensadas nesse trabalho enquanto instrumento de erradicação do *Casamento de Crianças*, já que, a *identidade de projeto* é que irá constituir os sujeitos, estes pensados aqui na definição elencada por Bauman (2005) de sujeitos como agentes de sua própria história.

Deste modo, para esta investigação, cabe pensar *identidade* enquanto construto psicológico e social do sujeito, principalmente se pensarmos a *identidade de resistência*, conforme elencada por Castells (1999, p. 25): “ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base, em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia [...]”. É com o entendimento de que cada ser humano é dono de sua própria vivência, que teremos a concepção desse novo sujeito que tem sua identidade construída historicamente em um processo de transformação de ser e estar no mundo, e que a identidade não é relacionada somente ao local de moradia do sujeito – identidade étnica (BAUMAN, 2005), processo chamado por Hall (1999, p. 13) de celebração-móvel, advinda através das representações e interpelações dos sistemas culturais que nos rodeiam: “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. Compreendo aqui que *identidades* diferentes não quer dizer papéis sociais, pois *identidades* são processos de construção do próprio sujeito em dialogia com o meio em que vive, e papéis sociais são aqueles que assumimos perante a vida em sociedade: ser mãe, ser professora, etc. – funções exercidas no meio comunitário. (CASTELLS, 1999).

A questão tratada nessa pesquisa, pode ser compreendida nas questões de interseccionalidades, onde gênero e classe social se cruzam de forma a gerar uma exclusão que vai além de um só desses marcadores sociais. Quando falo de identidade infantil, estou pensando em meninas (gênero) pobres (classe social) e conforme já relatado em capítulos anteriores a maioria dos *casamentos* ocorrem com essas pessoas, deste modo, elas estão sujeitas a mais julgamentos e abandono social, pois além de serem meninas, são meninas pobres.

Tive contato com o conceito de interseccionalidades, muito recentemente, através do curso de extensão realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no segundo semestre de 2017. Ao ler para aula Kimberly Crenshaw, notei que muito do debate que eu trazia na Dissertação fazia parte desse processo, porque mesmo falando sobre gênero, sentia que em alguns momentos o debate perdia força se eu não falasse da questão da pobreza e vice-versa.

Precisamos, portanto, identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas. Por essas razões, quando falo sobre interseccionalidade, inicialmente me concentro na noção dos eixos ou das ruas. (CRENSHAW, 2004).

Quando a autora fala sobre eixos ou ruas se refere a ideia de que o processo de interseccionalidade pode ser compreendido como um cruzamento de veículos em uma cidade. O ponto onde os carros cruzam as vias que vão de leste a oeste e de norte a sul, são os locais de interseccionalidades, seria como parar no meio do cruzamento. Dentro desse conceito, percebo que a construção dessa identidade feminina pobre infantil, está atravessada por esses dois pontos, essas meninas estão paradas nesse cruzamento. E aqui caberia uma analogia, estão em um local extremamente perigoso e a maioria das pessoas não faz movimentos para tirar elas de lá.

Foi preciso compreender como o preconceito de gênero e o de classe social operam juntos para aumentar o número de *Casamentos de Crianças* no Brasil. Um exemplo claro desse processo de intersecção é a questão da escolaridade, já debatida no texto como um dos causadores da subjugação e da desigualdade. Pois, temos na qualidade do ensino no Brasil uma diferença muito grande entre o ensino privado e o ensino público, o ensino público que é frequentado pela maioria das meninas pobres, aquelas que frequentam uma escola. Sendo assim, ter acesso a educação já é difícil e quando se tem acesso ele é precário, devido ao local onde elas estão inseridas serem locais pouco vistos pela sociedade política.

O sujeito contemporâneo compreendeu que tem identidades contraditórias que se deslocam com o decorrer da nossa vivência (HALL, 1999), sendo assim, se tornou capaz de coexistir com as demais pessoas da sociedade em uma compreensão mútua de que cada ser tem o direito de se expressar livremente e de ser quem quiser. O papel identitário feminino

atualmente se configura em instâncias muito diferentes das do séc. XV, porém ainda é tolhido e sofre com os preconceitos de gênero⁷⁹ ao qual a mulher sempre está atrelada.

A construção da identidade como fator determinante para o sentimento de pertença a uma sociedade vai se dar de forma mais clara no sujeito feminino infantil na conquista do direito de ir à escola. Esse empoderamento de sociabilização potencializou a construção de identidades plurais. A criança, ao ganhar espaço na sociedade, iniciou seu processo de construção identitária de forma individual, deixou de ter sua identidade pautada pela sociedade, pôde então construir significados para as ações vivenciadas e torná-las partes constituintes do seu “eu”, uma construção de singularidades e particularidades múltiplas e históricas. (VYGOTSKY, 2005).

Para pensar a identidade da criança o principal ponto é situar esse sujeito no contexto desse trabalho, precisamos lembrar que nos referimos aqui a crianças do sexo feminino em situação de pobreza e que têm seus direitos como cidadãs negados ao passo que são excluídas e negligenciadas pela sociedade. O pensador bielo-russo Vygotsky⁸⁰ aborda em seus estudos a questão de que a criança se constitui na interação com o Outro, tanto suas características como suas atitudes individuais são perpassadas pelo coletivo, ou seja, são construídas na relação com os outros membros daquela cultura.

Dessa forma, a identidade infantil estará sendo sempre construída de acordo com a cultura de cada local que tem suas lógicas internas, diferentes de um local para o outro, afinal ela é o resultado de uma história particular. “Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.” (HALL, 2005, p. 38). A identidade das crianças brasileiras foi atravessada por diversos momentos históricos, conforme visto no subcapítulo 3.1, esses atravessamentos constituíram a noção de infância que temos hoje, e produziu o sentido que a própria infância tem de si mesma.

Atualmente a identidade das meninas sofre grande influência da mídia em um processo que denominamos *adultização da infância*, através da espetacularização dos corpos infantis, da erotização precoce, da necessidade de ser bem-sucedido. Tudo isso faz parte da construção da identidade dessas crianças, agravados pela tentativa de pertencimento, que se dá muitas vezes

⁷⁹ “Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual.” (COLLING, 2004, p. 28).

⁸⁰ Lev Semenovitch Vygotsky (1896 – 1934), foi um psicólogo, nascido na Rússia. Um dos primeiros pensadores a considerar que a criança tinha seu desenvolvimento intelectual atravessada pelas funções sociais e pelas suas condições de vida.

pela aquisição de objetos que inserem a criança naquele “nicho”, o que para a maioria das meninas em condição de pobreza não é possível.

Como podemos ver no capítulo sobre o *Casamento de Crianças*, muitas vezes a necessidade do “ter” faz com que as meninas se unam a homens mais velhos. Pulando assim etapas da sua vivência, “existem limitações que são objetivamente determinadas pela idade: uma criança não está apta para exercer certas atividades próprias de adultos”. (LARAIA, 2009, p. 81). Nem sempre a forma como a mídia retrata o sucesso – essa busca pessoal por felicidade e por beleza – faz parte da realidade da cultura local, na maioria das vezes ela não faz parte, e isso agrava ainda mais os processos de desigualdade na sociedade, influencia no número de relacionamentos que se tornam abusivos (já que se vende a ideia do “príncipe encantado”) e propicia cenários para os *Casamentos de Crianças*.

As lutas feministas têm colocado o empoderamento das meninas, ainda na sua fase infantil, como uma das suas pautas. Crianças e adolescentes precisam discutir questões de gênero e direitos para conseguir compreender os ensinamentos sobre essa cultura perversa na qual elas estão inseridas, e assim ir reconstruindo suas identidades.

Ademais, quando os direitos humanos não são respeitados em nenhuma instância da sociedade, seja no setor Público ou Privado, as formas de culpabilização do ser infantil se mantêm, já que é incutida nessas crianças uma responsabilidade pela família, resultado dos processos culturais locais (SANTOS, 1994), ou ainda um sentimento de inferioridade, como se a pobreza fosse culpa delas. A partir disso iniciam-se os maus tratos físicos e psicológicos terminando em uma tentativa de se livrar dessa família, indo parar em um *casamento* – o qual poderia denominar nesta Dissertação, após o percurso teórico, como um abuso de vulnerável.

5 ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: OS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO

Tenho uma lembrança nítida da primeira vez em que entrei em uma sala de aula como professora. Bom, isso não quer dizer que eu tenha uma excelente memória, porque afinal, nem faz tanto tempo assim. Foi em 2007, eu estava no meu 2º ano do Magistério e tinha uma disciplina chamada “Reforço Escolar”, na qual dava aula para alguns alunos do 3º ano que estavam com dificuldade em compreender a matéria. Depois dessa experiência tive muitas outras, com alunos desde a Faixa Etária 5 até os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Todas as experiências foram únicas, incríveis aprendizados.

Nem sempre quis ser professora, mas sempre gostei muito da Escola, da Universidade e, principalmente, de viver no meio acadêmico. Passando, então, por cada etapa da minha formação inicial, terminei a graduação e entrei no Mestrado. Já estava na hora de me aventurar com os “grandinhos”, como disse meu pai no meu primeiro dia de estágio docência.

5.1 DA PREPARAÇÃO: O ESTÁGIO DOCÊNCIA

No planejamento da Dissertação de Mestrado, eu havia colocado um movimento de aproximação com os estudantes do Curso de Comunicação Social da Universidade Feevale, para a realização de partes da pesquisa. Como eu iria observar e participar de algumas aulas da disciplina de Mídia e Cultura, em conversa com a orientadora, resolvemos solicitar à coordenação do Programa e à coordenação do Curso de Publicidade e Propaganda (ao qual a disciplina está vinculada) o direito a realizar a prática docente, de modo que eu tivesse um aproveitamento melhor das dinâmicas desenvolvidas em sala de aula.

O foco da disciplina no semestre foi baseado na ideia de que Mídia e Cultura podem ser promovedoras de Direitos Humanos e de Cidadania, assim trabalhamos com os textos da jornalista brasileira Eliane Brum, sendo os textos dela (foram dois textos) a base da linha de estudos desenvolvidos na disciplina; trabalhamos ainda com materiais de campanhas visuais que envolvem diretamente a publicidade e a identidade e as noções de cidadania dos sujeitos; com materiais que circulam no nosso dia-a-dia, e com os quais os estudantes têm contato e que demonstram o fazer comunicacional atual; com um filme e um documentário; e com um artigo. Além desses materiais, os alunos tiveram a oportunidade de participar das palestras do IV Seminário Criança na Mídia: cultura do consumo, gênero e sexualidade, promovido pela

Universidade Feevale, e de desenvolverem uma campanha que tivesse como *briefing*⁸¹ os temas trabalhados em aula – gênero, mídia, identidade, direitos humanos –, todos pensando a temática da minha Dissertação, que é sobre o *Casamento de Crianças* no Brasil, assunto que também foi trabalhado com eles em aula.

5.2 A TURMA DE ESTÁGIO DOCÊNCIA

O estágio docência foi realizado na disciplina de Mídia e Cultura do Curso de Comunicação Social, nas quartas-feiras, das 19h30min às 22h15min, na sala 206 do Prédio Azul da Universidade Feevale (Feevale), com supervisão da Professora titular da turma, Dra. Saraí Patrícia Schmidt.

A turma de estágio contou com 36 alunos dos cursos de Comunicação Social da Feevale, por se tratar de uma disciplina de tronco comum tinha alunos dos cursos de: Publicidade e Propaganda (24 alunos), Relações Públicas (8 alunos), Jornalismo (3 alunos) e Comércio Exterior (1 aluno). O aluno do curso de Comércio Exterior estava fazendo a disciplina de forma eletiva.

O estágio teve início no dia 03 de agosto de 2016 e término no dia 14 de dezembro de 2016 (disciplina ministrada no segundo semestre), se mostrou uma experiência extremamente gratificante, tanto no que diz respeito às vivências em sala de aula, o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos, bem como os debates e conversas acerca dos temas que trabalho nessa investigação de Mestrado. O processo de dinâmica das aulas, baseado nas minhas anotações do diário de campo estão no Apêndice F deste relatório.

5.3 SOBRE OLHAR O OUTRO

- *É verdade? Isso que ela está dizendo é verdade?*
Ele, porém, não a olhou. Continuou mordendo o canto do
lábio inferior e com os lábios fixos na jarra de água.
 – *Bom, ele é um pouco mais velho do que você – observou Afsson. –*
Mas não deve ter mais de ... quarenta.
No máximo, quarenta e cinco. Não é mesmo Nargis?
 – *É, sim. Mas já vi meninas de nove anos dadas em casamento*

⁸¹ Conjunto de informações sobre uma atividade/trabalho que deve ser desenvolvida/executada.

*a homens vinte anos mais velhos do que seu pretendente, Mariam.
Todas nós já vimos isso. Quantos anos você tem, quinze?
É uma ótima idade para uma garota se casar. (HOSSEINI, p. 46, 2007).*

Esta parte do processo da *Análise* está dividido em 2 tópicos: “Dos discursos sociais” e “Botando a mão na massa”. No primeiro tópico faço uso da *ADSC*⁸², utilizando todos os procedimentos metodológicos propostos por Lefevrè e Lefevrè (2000) com o intuito de compreender a Representação Social dos alunos frente as temáticas estudadas, assim como, refletir sobre o sentido de coletividade expresso em um trabalho realizado em grupo com a temática dos Direitos Humanos, tendo em vista que o assunto demanda uma reflexão pautada na lógica social.

No segundo tópico apresentamos o resultado de todo o processo de trabalho dos alunos e de forma mais concreta como deram sentido aos seus discursos através das campanhas. Saliento que as campanhas não serão analisadas, elas compõem essa Dissertação com o intuito de mostrar como os alunos realizaram os seus trabalhos a partir dos seus entendimentos da temática

5.3.1 Dos Discursos Sociais

O processo de aproximação com o material empírico foi cansativo e trabalhoso. Transcrever áudios é um processo minucioso que requer muita atenção e dedicação. Utilizei dois *softwares* de computador para dar conta da transcrição dos discursos dos 10 grupos. Conforme proposto pelos teóricos Lefèvre e Lefèvre (2000), a transcrição dos áudios precisa ser literal e completa. Após a transcrição completa, reli as falas mais de uma vez, para que pudesse encontrar as *Ancoragens* principais expressas e assim dar início ao processo de tabulação das demais informações seguindo as etapas do *DSC*.

A proposta do Discursos do Sujeito Coletivo, como forma de conhecimento ou redução da variabilidade discursiva empírica, implica um radical rompimento com esta lógica quantitativo-classificatória, na medida em que se busca **resgatar o discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos**. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 19, grifo do autor).

⁸² Os termos metodológicos utilizados nessa etapa da pesquisa são os utilizados pelos teóricos que desenvolveram a metodologia. Não acho que “Ideia Central”, “Impressões”, etc. sejam na área das Ciências Sociais e Humanas, as melhores terminologias, quando defendemos uma ideia de construção coletiva, de processo inacabado, de ideias nunca prontas, finalizadas ou únicas. Porém, para seguir a lógica argumentativa estruturada pelos autores (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000), utilizar esses termos se faz necessário.

Elenquei ao todo sete *Ancoragens* as que apareceram com mais frequência nos discursos individuais dos alunos, “[...] um discurso está **ancorado** quando é possível encontrar nele traços lingüísticos explícitos de teorias, hipóteses, conceitos, ideologias existentes na sociedade e na cultura e que estes estejam internalizados no indivíduo”. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 17, grifo do autor). Foi com base nessas *Ancoragens* que eles construíram a argumentação utilizada na apresentação do trabalho, a confecção das campanhas, a escolha dos materiais e os veículos onde elas poderiam ser divulgadas. As *Ancoragens* são:

1. **Casamento de Crianças em outras partes do mundo:** A temática *Casamento de Crianças* aparece em toda as falas, afinal fazia parte do *briefing* do projeto dos alunos, além do que, eles precisaram partir de uma noção global para entender o local.
2. **Casamento de Crianças:** Foi com base no material estudado sobre esse assunto que eles construíram as campanhas, deste modo, todos os trabalhos trazem o tema como central, de formas diferentes, porém, fazendo referência ao processo de *Casamento de Crianças* no Brasil.
3. **Falta de Notícias:** Ao procurarem materiais diversificados dos que haviam sido apresentada, os estudantes se deram conta, assim como eu durante a pesquisa, de que não havia quase nada sobre a temática. E que o que tinha de mais relevante já tinha sido socializado com eles em aula. Ficava a dúvida, por que não tem mais informações?
4. **Contexto Social:** Nunca se pode dissociar os trabalhos do local onde eles são produzidos. O que são? E para quem são? Nos discursos, os alunos frisam a importância do contexto social do nosso país para os casos de *casamento*: um exemplo é a falta de investimento em saúde e educação.
5. **Pobreza:** Da mesma forma que descobri durante a leitura das notícias, os estudantes também encontraram a pobreza como um fator determinante da prática no país. A miséria tem sido forte protagonista de muitos dos processos de enfrentamentos sociais pelos quais a infância tem passado não só no Brasil.
6. **Cultura do Machismo:** Nos discursos, fica nítido que os alunos compreenderam que não são quaisquer crianças, que são meninas as principais afetadas e que isso está atrelado à forma como construímos a nossa sociedade. Que o problema do *casamento* é um problema de gênero devido à estrutura inicialmente patriarcal do nosso país. E que hoje, ainda, é reforçada nas lógicas do machismo – de ter uma novinha para criar.
7. **Jovens – Cabeça aberta:** Os estudantes enxergam na juventude (eles e as gerações seguintes) as formas de mudar a sociedade. Eles creem que a maioria dos jovens tem a

cabeça aberta e não estão completamente formados por padrões sociais impostos as pessoas, que ainda haveria forma de mudar os comportamentos dessa geração, afim de contribuir com a formação das gerações futuras.

Fazer pesquisa é uma constante experimentação. O procedimento de análises dos dados coletados se mostra cansativo, trabalhoso e muitas vezes conflitante. A escolha das *Ancoragens*, perpassa minhas ideias enquanto sujeito e principalmente minhas correntes de pensamento, pois, o caminho que percorri aqui é o de reflexão sobre o discurso. E sendo eu um ser humano, integrante da sociedade, minhas ideias se confundem muitas vezes com as dos sujeitos pesquisados, afinal, o método não é um caminho pré-definido, ele se constrói na pesquisa e vai se refletindo na prática.

Não creio na objetivação da pesquisa, há sim muita subjetividade no desenvolvimento de uma investigação. A escrita da Dissertação feita em primeira pessoa é um posicionamento, é a manifestação da minha subjetividade. Logicamente que o subjetivo é posto de forma a não interferir no pensamento dos sujeitos investigados, mas em confluência com eles, para ajudar na minha reflexão, no meu modo de ver as coisas. Lembrando que é sempre preciso manter um distanciamento, praticar a vigilância epistemológica. (BACHELARD, 1971).

Segundo os critérios dos teóricos utilizados para a organização metodológica da pesquisa, os *Discursos Coletivos* são estruturados unicamente com as falas transcritas dos sujeitos, nesse caso dos estudantes – aqui identificada como as *Expressões-Chave*, retiradas de cada discurso individual. Apenas conectivos e adequação linguística foram utilizados para dar sentido à narrativa. Construir o *Discurso do Sujeito Coletivo* com as informações obtidas com os alunos já é um processo de análise, afinal, ao ler, interpretar e refletir sobre cada discurso individual, buscando uni-lo a outro e assim formar uma ideia coletiva, já é uma forma de representação social, possibilitando que se tenha crenças, valores, e pensamentos de uma coletividade de forma natural, sem reduzir isso a números. (LEFRÈVE; LEFRÈVE, 2000).

Após a identificação das *Ancoragens* parti para a definição das *Ideias Centrais* as quais respondi com a construção dos *Discursos Coletivos*. As *Ideias Centrais*, foram organizadas a partir dos discursos transcritos, todos em relação com as *Ancoragens* citadas acima. A *Análise do Discurso do Sujeito Coletivo* não é uma metodologia usual nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, porém, apostamos que o pesquisador constrói o método, as formas de fazer pesquisa e de dialogar com o conhecimento.

Esclareço que percorri diferentes etapas até encontrar o resultado de *Discurso Coletivo* que será apresentado a seguir. Após transcrever os áudios, criei uma tabela no *Excel* para cada um dos grupos que participaram da atividade na turma de Mídia e Cultura. A tabela foi dívida

em 7 partes, uma para cada *Ancoragem*. As *Expressões-Chave* (de forma literal) conforme havia obtido na transcrição, foram colocadas nas *Ancoragens* que tinham relação com o discurso.

Busca-se aqui o resgate da literalidade do depoimento. Este resgate é fundamental na medida em que, através dele, o leitor é capaz – comparando um trecho de selecionada do depoimento com a integralidade do discurso e com as afirmativas reconstruídas sob forma de idéias (sic) centrais e ancoragens – de julgar a pertinência ou não da seleção e da tradução dos depoimentos. Portanto, as expressões-chave são uma espécie de “prova discursivo-empírica” da “verdade” das ideias centrais e das ancoragens e vice-versa. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 18).

Dentro de cada box está a *Ancoragem*, numeradas de 1 a 7, abaixo de cada *Ancoragem* está sua *Ideia Central*, após o *Discurso do Sujeito Coletivo*, e por fim, após os *Discursos do Sujeito Coletivo* de cada *Ancoragem*, minhas *Impressões*.

1 - Casamento de Crianças em outras partes do mundo

Ideia central 1:

A prática do Casamento de Crianças é global, os números são muito altos e as estimativas revelam um cenário assustador.

Discurso do Sujeito Coletivo 1:

A intenção tem que ser a de mostrar que isso acontece não só aqui para nós, mas em todos os lugares do mundo. São mais de 700 milhões de crianças menores de 18 casadas no mundo todo, 17% só na África, isso é mais de 125 milhões. No Brasil são mais de 1,3 milhões de meninas casadas. Entre 13 e 14 anos de idade são 88 mil e com idade de até 15 anos são 867 mil meninas casadas no Brasil. Um dado do Fundo de População das Nações Unidas e do Fundo na ONU para a infância diz que em 2030 o número de mulheres e meninas que terão casado durante a infância pode chegar a 1 bilhão.

Ideia central 2:

As meninas são porta-vozes de sua própria história.

Discurso do Sujeito Coletivo 2:

Ano passado uma menina ficou muito conhecida, Sarita, ela gravou um vídeo clipe que diz tipo assim: “não vendam as noivas”, “não vendam as meninas, não façam elas se tornarem noivas”. Porque isso aconteceu com ela. Tem um relato de que a mãe dela ia vender ela, os pais

dela iam vender ela. Ela diz: “quando a minha mãe me disse que queria me vender, senti como se estivesse morrendo. Tive medo de perder o meu futuro e não conseguia entender o que ela via nisso”. Ela não entendia porque a mãe dela não estava nem aí para o futuro dela. E isso acontece com um monte delas.

2 - O Casamento de Crianças

Ideia Central 1:

O número de casamentos é muito grande, a colocação em que estamos no ranking é extremamente preocupante

Discurso do Sujeito Coletivo 1:

O Brasil está em quarto no mundo, no *ranking* dos países com o maior número de *Casamentos Infantis*, segundo as pesquisas feitas pela Universidade Federal do Pará. Mais de 1 milhão de mulheres se casaram antes dos 18, há casos, porém, de uniões envolvendo crianças de 10 anos. Casadas até os 15 anos são 877, entre 10 e 14 mais de 88 mil meninas e meninos vivem em uniões formais ou informais. O *Casamento Infantil*, ele é definido como união formal e informal antes dos 18 anos e ele é uma realidade para ambos os sexos, embora as meninas sejam proporcionalmente as mais afetadas. Estima-se que 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de *casamentos* forçados durante a próxima década. O *Casamento Infantil* é um tema não muito conhecido ainda, mas, a gente quer mostra que ele é presente também no Brasil. Muita gente acha que o *Casamento Infantil* ocorre mais na África, na Ásia, Oriente Médio e quando fala no Brasil eles pensam que é só Nordeste, exclusividade do Nordeste e do Norte, daquelas regiões.

Entre as principais razões do *casamento* estão a gravidez indesejada, controle dos pais sobre a sexualidade das filhas e a pobreza da família. Muitas são as consequências que isso pode causar na vida das jovens e das adolescentes. São centenas de crianças que sofrem abusos de seus parceiros, *Casamento Infantil* é crime. Todos os anos milhões de meninas e meninos têm se obrigado a fazer parte desses dados. Parece meio obvio a gente concluir isso. Porque todo mundo acho que concluiu isso também, sobre os dados. Mas a gente conseguiu ver uma realidade. Que ela existe mesmo.

Ideia Central 2:

A fala das pessoas demonstra um desconhecimento sobre o tema, e uma ideia equivocada sobre o que é casamento.

Discurso do Sujeito Coletivo 2:

O pessoal não sabe. Todas as pessoas com quem comentamos, ninguém conhece, ninguém sabia de *Casamento Infantil*. Sabem que caras mais velhos saem com meninas mais novas, se relacionam com meninas mais novas, só que eles não sabem que isso no Brasil não é permitido. O *casamento*, a moradia, a relação sexual entre essas pessoas é proibida no Brasil. A gente explicou para eles que não é o papel que faz o *casamento*, a gurja de 14 anos limpa a casa, passa roupa alimenta o marido, isso é um *casamento*, eles ficaram “nossa como assim”. Teve uma menina 16 anos que se mudou com um cara de 40, moravam juntos, ela continuou estudando, ela estava no primeiro ano do Ensino Médio.

Ideia Central 3:

Não podemos tratar o tema com descaso, ou como algo menos relevante.

Discurso do Sujeito Coletivo 3:

A prática é comum no Brasil e é usada por meninas para se defender da violência doméstica. O que vai ser da vida delas agora, daqui para a frente? Porque não vai ser uma opção, o *casamento* não pode ser levado como brincadeira. Quando isso acontece é como se colocassem um preço na infância, é como se a criança estivesse sendo vendida, afinal o lugar de criança é com os pais, não o marido.

3 – Falta de notícias
Ideia Central 1:

O Casamento Infantil no mundo todo não é abordado pela mídia, principalmente o que ocorre no Brasil.

Discurso do Sujeito Coletivo 1:

São poucas as notícias que têm sobre o *Casamento Infantil no Brasil*, não tem muito na mídia dessa questão do *casamento*. É um assunto que ainda é pouco conhecido pela grande mídia, não é tão falado ou não é exposto da maneira correta, isso porque hoje em dia a gente

tem uma certa dificuldade de atingir as pessoas com conteúdo real. Entende-se que é um assunto muito difícil de ser tratado pela pouca visibilidade que ele tem e a forma como é colocado, tanto a gente, como as pessoas em geral que são leigas no assunto não consegue entender qual é a dimensão dele dentro do contexto que a gente vive. Precisamos chamar a atenção do pessoal para esse assunto que não é tão divulgado, não é tão difundido. No Brasil, 90% das pessoas não sabem disso. As conclusões que a gente tirou desse trabalho, apesar de estar fora do foco da grande mídia, é que chama para realidade, é ver o quanto no Brasil isso existe.

Antes de agente falar sobre isso em aula nós até sabíamos que existia, mas a maioria de nós nunca tinha visto dados, nem notícia e nem mais nada. A gente quase não vê notícias disso. A gente encontra poucas informações, porque o que a gente encontra bastante são casos de estupro de vulnerável, de abusos e de violência, que também é algo muito preocupante, mas o caso do *Casamento Infantil* quando a família está de acordo a gente não vê, o noticiário não divulga, a gente não vê em TV aberta. São poucos os casos que a gente vê em canais pagos, em que eles estão falando do *Casamento Infantil*. E isso gera aquele questionamento, porque é que não tem?

Fica esse questionamento. Porque que eles não divulgam? Será que não é interessante? Não gera lucros às emissoras, ou a família da criança está de acordo e está todo mundo de acordo então não vamos falar disso para que que a gente vai mexer? Então a gente fica ainda com esse questionamento. A gente vê que os números, são números enormes, o impacto na vida dessas crianças não deve ser positivo porque elas ainda são menores de idade e estão se conhecendo.

Isso é uma coisa também que não é muito divulgada, se não é falado tanto em *Casamento Infantil*, quem dirá nas coisas que acontecem no *Casamento Infantil*. Tipo parece aquele lance de brincar de casinha né. O pessoal não está querendo ver isso daí, porque se for, quem quer ver isso daí enxerga *Casamento Infantil*, assim como todo mundo aqui não estava vendo. E como não tem muita informação sobre isso, então fica bem mais difícil de querer, de conseguir enxergar mesmo querendo.

4 – Contexto Social

Ideia Central 1:

Não é somente falar sobre Casamento de Crianças, é compreender que existe um contexto social por trás da prática

Discurso do Sujeito Coletivo 1:

Apesar de algumas pessoas já terem ouvido falar, eles não sabem que era uma prática comum no Brasil. Então, é ainda um assunto que tem que ser trabalhado de uma forma talvez mais clara. Ou a gente não está aberto também para entender esse assunto, porque para entender o *Casamento Infantil*, enfim, como a gente vem estudando tem todo um contexto, não é simplesmente falar sobre *Casamento Infantil*, mas sim entender o contexto que envolve. É um todo. Passa pela ideia do direito de escolha. É uma gama muito grande de conteúdos sobre o *Casamento Infantil*, sobre o contexto o entorno. Tem a influência que as mídias têm sobre a criança. E principalmente, isso acontece nos casos em que os pais saem para trabalhar o dia inteiro e essas crianças elas passam horas assistindo TV, no *videogame*, no computador e muitas vezes os pais não percebem a importância que isso tem sobre a criança. Que a criança ela é muito influenciada e o computador, a TV, isso passa a ser a sua companhia, é como se fosse uma família para a criança que está ali sozinha. Os pais saem durante o dia inteiro e as crianças elas não têm o total controle do que elas estão assistindo na televisão. Um dos principais problemas é a televisão, é a criança assistindo televisão sem um acompanhamento de um adulto e que isso influencia na sua vida, sim. Se a menina da novela está casando não significa que a criança vai ter que casar, o que seria o ideal para vida dela.

Algumas delas de início aceitam o *casamento* para ter alguém para sustentar elas, outras para ter a liberdade de não ter o pai e a mãe mandando porque tem os casos que são obrigados, mas a gente sabe que tem muitas meninas que acham que vão ter uma vida muito melhor e acabam se casando com pessoas mais velhas.

Ideia Central 2:

O contexto social é perpassado pela questão de gênero, estamos falando de meninas.

Discurso do Sujeito Coletivo 2:

Um dos dados que nos chamou atenção é que 66% foram mulheres que responderam, o questionário que fizemos. E surge mais questionamento. Será que foi porque talvez o *Casamento Infantil* chame mais atenção para o sexo feminino do que para o masculino? Então, o que a gente está fazendo com as crianças porque a gente fala prioritariamente de mulheres que daí tem a questão de ficar submissa, uma série de coisas, mas também, temos meninos que com certeza vão se tornar pessoas agressivas, essas crianças não estão prontas para serem esposas. Com 14, 15 anos tu está começando a desenvolver teu lado sexual de fato, então, se

vem uma pessoa mais velha, qual a brutalidade que isso vai acontecer e o que isso vai causar na vida dessa pessoa, que depois vai se tornar um adulto e como vai ser esse adulto, tanto em meninas, quanto em meninos? A infância e a inocência são tiradas dessas crianças à força.

5 – Discurso da Pobreza

Ideia Central 1:

Casas, se torna uma fuga da pobreza e dos problemas enfrentados dentro de casa, uma realidade social que muitas vezes desconhecemos.

Discurso do Sujeito Coletivo 1:

A gente pode até se espantar com o fato de quererem se casar tão jovens, mas não imaginamos do que elas estão escapando por se casar com essa idade. Uma prática que acontece ao redor do mundo, seja por situações que nem no Brasil, a vulnerabilidade social e isso também consta como no caso de refugiados, as meninas muitas vezes são vendidas, ficam uma semana com uma pessoa. Enfim, mais por busca de alguma sobrevivência, de ter uma condição melhor de vida para elas. Na verdade, o *Casamento Infantil no Brasil* ocorre porque quanto mais pobre e quanto mais filhos, no caso aquela mãe teve, mais adepta ela está ao *Casamento Infantil*. Elas não têm condições, elas acreditam que se casando com um cara mais velho elas vão ter no caso uma vida melhor.

6 – Cultura do Machismo

Ideia Central 1:

A forma como criamos os meninos, e a consequência que isso tem em termos de pessoas que se sentem donas das outras.

Discurso do Sujeito Coletivo 1:

Da forma como se está fazendo, o menino ele tende a ser um adulto agressivo um adulto que vai ter essas atitudes além de transtornos psicológicos, no mesmo caso da menina. Como a cultura estipula certas atitudes para menino e para a menina, a menina tende a ficar amedrontada, ter muitos traumas e se retrair cada vez mais, diferente do menino que parte para uma forma mais agressiva e bruta, então, qual o tamanho desse impacto. Um impacto que não é falado nem debatido, isso em todos os âmbitos: de educação e instituições. Isso deveria ser

falado, para que pudesse mudar esse número, o que poderia ser feito além do que a gente vê na universidade para que isso diminua, não cresça.

Lemos uma pesquisa onde eles pesquisaram também porque que os homens resolviam casar com meninas tão novas. Eles falavam que é porque elas faziam eles parecerem mais jovens e elas eram melhores para terem filhos. Foi entrevistada uma das meninas que é casada e a pessoa que fez a pesquisa escreveu que elas acham que a vida vai ser melhor morando com o marido, mas o que elas próprias relatam é que ficaram decepcionadas. O controle que elas tinham dos pais só passa para o marido.

Ideia Central 2:

A mídia influencia na cultura do machismo, na forma como retrata os papéis sociais de cada um e cada uma.

Discurso do Sujeito Coletivo 2:

As meninas que casam cedo ainda na fase de crianças são tratadas como produto, como objeto. Como as jovens não estão preparadas, elas acabam sofrendo muito mais, tanto pela questão da parte doméstica quanto pela parte sexual. Os maridos já estariam ativos e as crianças não, elas acabam sofrendo estupros. Em uma das reportagens diz que um homem, ele se queixou para a sogra porque a sua mulher de 12 anos não saía da casa da vizinha, ela estava brincando de boneca com a vizinha ao invés de estar limpando a casa e de fazer os afazeres que competiam a ela como mulher.

Muitas vezes a TV mostra o que a mídia acha ou julga certo para uma menina, ela casar, ter filhos, o homem trabalhar, trazer o sustento para casa. Para algumas meninas é como um refúgio, ou como a única saída. E para ter também uma vida melhor elas acabam se casando, para fugir um pouco da realidade delas. Há o estereótipo também, tem uma coisa cultural que a gente vai pensar de que todo homem quer casar com uma guria novinha. Se a gente vai pensar na nossa cultura é muito isso, o cara casa com uma guria novinha. Peguei uma novinha, casei com uma guria novinha. Na capa da Galileu estava escrito: “essa novinha sensacional” aí está ela riscando assim, e tem “essa novinha é uma criança”. Aquela capa ficou demais.

7 – Jovens: Cabeça aberta

Ideia Central 1:

Os jovens ainda estão em formação, deste modo, conversar com eles faz com que a informação possa ser disseminada de forma mais fácil

Discurso do Sujeito Coletivo 1

A ideia dos nossos trabalhos foi de atingir os nossos amigos primeiramente. Acho que esse é o objetivo, chamar a atenção para esse fato. A gente quis começar da parte menor, então a gente quis falar com os adolescentes que é o que aborda o tema, passar para eles sobre o assunto. A gente escolheu eles porque pensamos, “nossa são aquelas pessoas ali que vão fazer o futuro”. A gente pensou em engajar as pessoas menores, os adolescentes que estão naquela formação e geralmente tem a mente mais aberta, geralmente né, então a gente focou neles. Somos jovens, vivemos em um mundo livre, e não imaginamos tudo que acontece ao nosso redor. É uma questão universitária também.

Impressões

O DSC está firmado em uma ideia de Representação Social, essa que passa pelos conceitos trabalhados nessa Dissertação: Direitos Humanos e Cidadania; Identidade Infantil; e Pobreza. Bem como, as temáticas tratadas em aula, que foram ampliadas para além dos conceitos teóricos principais, tal como: Gênero; Mídia; Cultura e Educação. Os discursos acima perpassam todos esses temas, e na maioria das vezes se complementam. Muitos dos pontos levantados pelos alunos e descritos em cada uma das *Ideias Centrais* são formas de visualizar essa Representação Social.

Através do modo discurso é possível visualizar melhor a representação social, na medida em que ela aparece, não sob uma forma (artificial de quadros, tabelas ou categorias, mas sob uma forma (mais viva) de um discurso que é como, assinalou, o modo como os indivíduos reais, concretos pensam. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 20).

Os dados trazidos pelos alunos no discurso da **primeira Ancoragem** são dados trabalhados com eles em aula, através do texto escrito por mim e pela professora Saraí para um congresso. A apropriação que eles fazem disso, de forma a legitimar aquilo que estavam apresentando é muito importante. Principalmente porque eles buscam a fonte original e releem

as matérias, inclusive, trazendo novos *cases*. Esse procedimento de checagem de informações e ampliação de dados é extremamente importante em épocas de pós-verdade, onde no campo da comunicação não se busca mais a checagem de fatos, e se propaga informações após a leitura de manchetes.

Bauman (2011) coloca que olhar para o Outro, da forma como eles fazem através de falas como “isso acontece em todos os lugares do mundo”, demonstra um olhar plural, um entendimento de que os direitos da infância em todo o mundo são falhos. Isso é um problema global. Enxergar o local primeiro faz toda a diferença na forma como se vai olhar o macro. (SANTOS, 2007a). Perceber que o micro tem um número exorbitante de *casamentos*, e que em estimativas mundiais isso deve aumentar exponencialmente nos próximos anos, revela um engajamento na tentativa de mudança e que pode ser observado no resultado desse discurso (material visual – que será mostrado no próximo item) produzido por eles.

Aquilo que eles denominaram como a realidade que a gente não quer ver é demonstrar estar aberto a compreender que países com menor grau de desenvolvimento podem ter melhores formas de ver e tratar os assuntos sociais do que países em desenvolvimento, é nas palavras de Japiassu (2005) um entendimento de que o mundo é maior que o ocidente e que temos muitos problemas por aqui também. A narração do fato acontecido com a menina Sarita – que eu tomei conhecimento em aula, através dos alunos – é um exemplo de um interesse real sobre o assunto debatido na disciplina, pois é um fato novo, não mostrado por mim.

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetivos e comunicações que lhes concernem. (SÊGA, 2000, p. 128).

Nossos conhecimentos socializados se tornam uma forma mais fácil de aprender a aprender. Ver os alunos “comprando” a ideia foi muito bom, e agora ao trabalhar com a construção dos discursos isso se solidifica, através da possibilidade que tenho de reler o que por eles foi dito e a forma como se apropriaram dos conceitos e da ideia dos Direitos Humanos.

Viola (2006) lembra que falar de Direitos Humanos é colocar em dúvida tudo aquilo que se pressupõe saber. Ao termos Direitos Humanos em paralelo à Diversidade Cultural, isso se torna mais primordial. Como já colocado por mim ao longo da Dissertação, falar de *Casamento de Crianças* é falar de Direitos Humanos. Debatir isso em muitos momentos do estágio docência com os alunos, principalmente a ideia de sair do senso comum sobre o que é afinal Direitos Humanos. (COMPARATO, 2015).

A **Ancoragem 2** é uma explanação sobre o dados do *Casamento de Crianças* no Brasil e o choque, que é coletivo, pelo posicionamento que se ocupa no *ranking* mundial. Mas o mais importante é que ao trazer os dados, os alunos se referem às razões do *casamento*, e nesse momento deixam bem frisadas a questão de que estamos falando de meninas (gênero), de uma regulação social dos corpos jovens, de a culpa de uma gravidez não planejada ser sempre das mulheres.

A frase “*Casamento Infantil é crime*” é um posicionamento político e social por parte dos estudantes. É a demonstração de que precisamos rever as leis e que as estimativas globais do que poderá acontecer se não falarmos sobre o assunto são assustadoras, “[...] direitos e cidadania são um campo de disputa social na qual diferentes significados estão sendo definidos [...]” (VIOLA, 2006, p. 124). Quando os estudantes tomam consciência de que esse fenômeno existe, não porque eu falei, mas porque eles pesquisaram, eles conseguem ver a realidade e passam a figurar nesse campo de disputa social, uma disputa em busca de uma nova forma de olhar o Outro.

Esse olhar o Outro, que não é visto por eles no que cabe a essa temática, fica explícito no **DSC 2** da **segunda Ancoragem**, onde mais de uma vez eles repetem: “as pessoas não sabem”; “com quem comentamos ninguém sabia”. Esse não saber vai ficar mais evidente quando eles falam sobre a falta de notícias na **Ancoragem 3**, porém, o que eles trazem nesse momento é aquilo que defini como apagamento social. Como se meninas com 14 anos vivendo com um homem mais velho, cuidando da casa e tendo relações sexuais não fosse um *casamento*. Uma ideia que parte de o pressuposto do local social da mulher ser em casa. (COLLING, 2004).

Sabemos que até o final do ano de 2016 a temática quase não figurava nas pautas sociais e tinha recentemente começado a ser estudada pela UFPA, o Instituto Promundo e a Plan International, ou seja, ainda não era a “bandeira principal” de grandes instituições, ou coletivos de militantes. Isso fica explícito nas reportagens que analisei para a pesquisa “os pesquisadores alertam para a falta de discussão sobre o tema no Brasil e a necessidade de mudanças na legislação”. (ESCOSSIA, 2015, s.p.).

O debate com os alunos é uma forma de fazer o tema circular. A reflexão que os estudantes propões acerca do descaso com o qual o tema vem sendo tratado e a pouca importância que se dá à temática, é definido por eles “como se a infância tivesse um preço” e “pudesse ser vendida”, ou seja, um Não Olhar para a infância e para a forma como se pode fazer isso parar. Esse processo pode ser definido através das palavras de Santos (2008) um exemplo de sistemas de desigualdades acoplados a sistemas de exclusão. E o que pode vir a mudar isso é uma socialização de informações, uma militância pelo tema,

Quando trouxe o material coletado na primeira etapa da exploratória e mostrei para os alunos as 14 reportagens e, ou notícias sobre o assunto, debatemos a questão de serem tão poucas. Ao fazer o trabalho final eles acabaram por comprovar que realmente elas eram inexistentes. Fato esse que eles já haviam levantado, pois como receptores de produtos midiáticos, poucos tinham algum conhecimento sobre a temática.

A mídia é um elemento fundamental na proteção e consolidação dos Direitos Humanos, as instâncias da cidadania comunicativa, proporcionadas pela sua propagação de informações, programas, veículos e formas de tornar visível as histórias e as vidas dos sujeitos se faz de extrema importância quando pensamos em lógicas de equidade. (MATA, 2006). Quando os alunos abordam a questão da dificuldade em se atingir o público com conteúdo real, isso acaba por ter vinculação direta com as informações do **primeiro DSC**, a onda de *Fake News*, que no que tange as áreas sociais, presta um desserviço muito grande à proteção integral da infância.

A proteção à infância é recente. A lei que trata especificamente sobre isso no nosso país é de 1990, o contexto no qual a infância brasileira está inserida é plural e multifacetada. A **quarta Ancoragem**, trata diretamente sobre isso, sobre o contexto social, pois jamais podemos deslocar um assunto de seu contexto. O entorno dessa infância precisa sempre ser analisado. Priore (1991, p. 5) nos relembra que a infância brasileira passou por diversas situações, dentro do nosso contexto de sociedade e a forma como ele foi alicerçado:

O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram por mais de três séculos a história da infância no Brasil.

Todas essas vivências citadas pela autora se perpetuam ainda nos dias de hoje, não da forma como era antigamente, mas com novas roupagens. Os alunos colocam que talvez a gente não esteja aberto a compreender que essa criança faz parte de um contexto, daí por exemplo as frases como “ela que escolheu”.

Na **primeira Ideia Central** dessa **Ancoragem (4)** os estudantes retomam a influência da mídia, enquanto local de formação social. As práticas muitas vezes sexistas, machistas e misóginas que a mídia tem em relação à infância. A identidade infantil brasileira é constituída também pela mídia, são inúmeros os meios de comunicação que chegam às casas das crianças, com programas que auxiliam na adultização desse sujeito infantil e que ajudam a perpetuar os comportamentos antes citados. (BORUCHOVITCH, 2003).

Os alunos levantam a questão de que a repetição dos acontecimentos nas telenovelas como o *casamento* para a solução de problemas, faz com que se cresça acreditando que esse é o final feliz. Um final feliz também vendido pelas animações infantis, que trazem a ideia da princesa que precisa ser salva pelo príncipe encantado. (ZIMERMAN, 1984; STEINBERG; KINCHELOE, 2004). Em aula trabalhamos com esse ideal de felicidade nos discursos, e depois de forma ilustrativa nas campanhas eles trouxeram esse imaginário social.

A **segunda Ideia central** da **Ancoragem 4**, talvez seja o segundo maior ponto a ser debatido quando falamos nessa temática, a questão do gênero. Não estamos falando de qualquer criança, estamos falando de meninas. O impacto que isso tem na vida das meninas pode ser visto durante a escrita da pesquisa e é levantado pelos alunos ao falarem da submissão imposta as mulheres. Uma subjugação que atravessa anos de história e que continua no nossa país. A ideia de que mulheres foram feitas para casar, que devem cuidar da casa e obedecer seus maridos. (COLLING, 2004).

Quando os estudantes colocam a preocupação sobre o ato sexual que acaba tendo que ser praticado na maioria das vezes, em uma idade em que as descobertas do próprio corpo recém estão iniciando, demonstra o quanto isso é brutal e como isso deveria chocar todo mundo, mas infelizmente não é assim. Um dos questionários respondidos em uma das campanhas propostas pelos alunos, teve mais respostas de mulheres. E com base nisso, coube a pergunta, será que mulheres se chocam mais porque são as mais afetadas?

Como muitas das indagações dessa pesquisa, essa valeria uma investigação só para ela, porém, o que se pode perceber é que há um movimento por parte dos homens de empoderar o feminino, de militar pela causa, mas que através da terceira onda do movimento feminista, e um entendimento sobre esse movimento, as mulheres por serem as mais afetadas com as violências (de todos os tipos), acabam sendo as que mais se importam. (PISCITELLI, 2002).

Porém, todas as lutas precisam ser lutadas em conjunto. Os alunos relembram que as infâncias dessas crianças são tiradas a força e que a forma como lutamos por essa infância precisa beneficiar meninos e meninas, porque esses homens também foram crianças um dia, aquela ideia de que criamos meninos para serem donos das coisas e do mundo. (STEINBERG; KINCHELOE, 2004).

“*A gente pode até se espantar com o fato de quererem se casar tão jovens, mas não imaginamos do que elas estão escapando por se casar com essa idade*”, esse trecho é do **DSC** da **Ancoragem 5**, que tem ligação com a **Ancoragem** sobre o contexto e que abre a **Ideia Central** sobre a pobreza. O conceito de pobreza ajudou a nortear essa investigação. Quando os estudantes compreendem que existe um motivo básico para que essas meninas casem, e que ele

é da ordem do social, eles mostram compreender que tudo tem um entorno. (JANCZURA, 2012).

Um entorno que muitas vezes desconhecemos, que não faz parte do nosso cotidiano e que por esse motivo muitas vezes fingimos não existir. A vulnerabilidade social, à qual milhares de crianças brasileiras estão expostas, vai muito mais além do que só a pobreza de renda. As condições sociodemográficas em que elas vivem as obrigam a achar uma saída. (JANCZURA, 2012). Infelizmente, essa saída é o *casamento*, que como já citado no texto não pode ser encarado como liberdade de escolha (BAUMAN, 2011), pois é na maioria das vezes a única opção frente a violência e a fome, conforme apontado pelos alunos, uma forma de ter uma vida melhor.

Se sentir dono de alguém. Uma ideia que remonta à escravidão, quando se comprava uma pessoa. A escravidão nos modelos antigos acabou, temos a escravidão moderna, que não tem mais uma única etnia, agora ela tem uma classe social, e daí voltamos novamente aqui à questão da pobreza. Na **Ancoragem 6**, o tema é o machismo, uma prática que é social e cultural no Brasil e que nessa temática estudada ganha potência quando as meninas propriedade desses homens são pobres. É a compra de uma esposa, de uma mãe para os seus filhos, de uma dona de casa, é pegar uma novinha para criar, uma escravidão moderna.

Nessa **sexta Ancoragem** vemos explicitamente a importância dos estudos e entendimentos sobre gênero, pois para os estudantes, a forma como criamos os meninos na nossa sociedade também auxilia que em muitos casos eles se tornem homens agressivos.

[...] gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes. (MEYER, 2003, p. 10-11).

Os dados sobre a violência contra a mulher apresentados nessa pesquisa, mostram que essa preocupação é de extrema relevância. Precisamos, sim, de um Olhar atento para a forma como estamos criando e educando os meninos. Meyer (2003) coloca que precisamos no campo do ensino falar sobre gênero. E aí entra o conceito de machismo (e como os estudantes lembraram, não é prática somente masculina), pois é um campo que enfatiza a pluralidade de conflitos na forma como construímos o feminino e o masculino. O que nos discursos dos alunos fica nítido em relação à forma como a mídia auxilia nessa propagação de pensamentos quando atribui papéis sociais e formas de ser e estar para cada pessoa.

Enxergar no jovem a possibilidade de mudança sempre esteve presente na nossa sociedade. A **7ª Ancoragem** vai tratar justamente sobre quem são as pessoas que podem fazer algo para mudar toda essa realidade vista até aqui. O futuro da sociedade está nas mãos das “novas cabeças pensantes”. Mostrar para o jovem o mundo que o cerca, as coisas que estão para além dos muros da sua casa, da sua escola, da sua universidade. Essa era a proposta dos próprios estudantes ao utilizarem como foco da maioria de suas campanhas os jovens. Por acreditarem que eles têm a capacidade de mudar o mundo, de mudar a forma de se olhar para esse Outro.

Quando os estudantes socializam o que aprenderam em aula com outros jovens assim como eles, mostram que acreditam no potencial da geração que aqui está. Me chama muito a atenção a ressalva que a maioria trouxe no seu discurso, o do que “os jovens deveriam ter a cabeça aberta”. Para eles, se espera que uma pessoa mais velha tenha problemas em tratar a homossexualidade, por exemplo, mas não estudantes com idades semelhantes as deles e que crescem em uma sociedade cercada de pessoas diferentes umas das outras e aprendendo a conviver com as diferenças, respeitá-las e jamais anulá-las, já que ser diferente não é um problema, o problema é quando as diferenças geram desigualdade.

Segundo Santos (2008, p. 19) “a luta pelo princípio da igualdade deve ser conduzida de par com a luta pelo princípio do reconhecimento da diferença”, creio que nisso reside o discurso dessa última **Ancoragem**, a ideia de que vai ser através desses jovens que a temática trabalhada nessa Dissertação e representada em cada um desses discursos coletivos dos estudantes vai se fortificar. Uma ideia de que cada um e cada uma que participou da disciplina iria tentar deixar o mundo mais igual, mas lutando por um reconhecimento de que somos diferentes e que precisamos olhar para essas diferenças. Que o entorno é importante, que nos educamos para as mídias e não por elas, que precisamos entender os contextos os nossos lugares de fala e que principalmente precisamos levar isso adiante.

Quando eles falam no final do **Discurso** que vivem em um mundo livre, porém não imaginam que coisas como o *Casamento de Crianças* ocorrem, eles estão demonstrando que possivelmente vai ser daquele momento em diante que da parte deles isso vai mudar, atitudes que eles sinalizaram em vários dos discursos ao longo dessas **7 Ancoragens**. Espero que eles sejam sim profissionais que se importam com esse Outro, conforme eles demonstraram no material que apresentarei a seguir.

5.3.2 Botando a Mão na Massa

Ao todo foram entregues pelos alunos 10 trabalhos no final da disciplina. Cada um com suas particularidades: propostas midiáticas, plataformas e veículos. Os alunos exploraram desde as potencialidades das redes sociais a palestras educacionais. O material apresentado a seguir é a culminância do processo desenvolvido por eles ao longo da disciplina. É principalmente o resultado dos seus discursos enquanto profissionais de comunicação.

O **Grupo 1** propôs um anúncio publicitário em uma revista dividido em duas peças publicitárias. A campanha seria colocada em páginas sequência na revista, conforme imagens abaixo.

Imagem 5 - Campanha do Grupo 1 /1ª Página da Revista



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Imagem 6 - Campanha do Grupo 1/ 2ª Página da Revista



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

As peças foram entregues em tamanho de folha A3. Nelas é possível ver uma menina assistindo televisão onde o programa que está passando mostra um *casamento*, “a ideia do felizes para sempre” e na página seguinte temos a mesma menina se preparando para um *casamento*. O material entregue foi de ótima qualidade, as meninas do grupo tiveram muito cuidado e trabalho com a produção da peça. Em uma de nossas conversas elas estavam tendo

difículdade de encontrar um fotógrafo que realizasse o ensaio no estúdio da Feevale e decidiram por realizar o ensaio na casa de uma delas.

- O **Grupo 2** era composto por uma dupla que trouxe o primeiro trabalho com o uso das Redes Sociais. Durante a preparação do trabalho debatemos como uma página no *Facebook* sobre o assunto ainda não existia, a não ser as postagens da ONU e da UNICEF em suas páginas institucionais. Pensando nisso, eles criaram a página “Eu decido o meu futuro”. O nome da página era inicialmente “Eu digo Sim”, o nome escolhido recebeu críticas assim que foi colocada no ar. Os alunos me chamaram para conversar logo depois que os comentários começaram a ser postados, as pessoas não haviam compreendido o sentido da frase, que era uma crítica à falta de direito em decidir seu próprio futuro, em dizer “Sim”. Após uma conversa eles resolveram mudar o nome da página, e contar a experiência no dia da apresentação, pois esse tipo de “problema” faz parte da veiculação de uma campanha.

Imagem 7 - Campanha do Grupo 2 / Tela inicial da página no Facebook



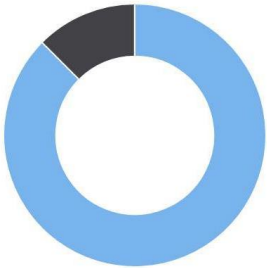
Fonte: Página do Facebook elaborada pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Além dos conteúdos – replicação de notícias sobre o *casamento* (não só no Brasil) veiculados pela mídia –, os alunos criaram um questionário *on-line* sobre o *Casamento Infantil* no Brasil. Até o dia da apresentação do trabalho 59 pessoas tinham respondido ao questionário, a tabulação dos resultados do questionário me foi entregue como parte do trabalho.

Imagem 8 - Campanha do Grupo 2 / Respostas da enquete

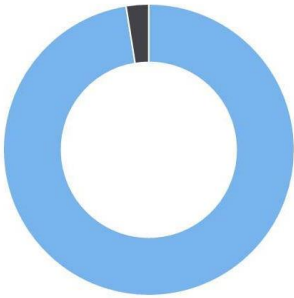


Você sabia que o casamento infantil é uma prática comum no Brasil?



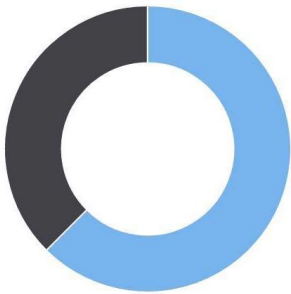
● Não (88%) ● Sim (13%)

Você é a favor ou contra o casamento infantil?



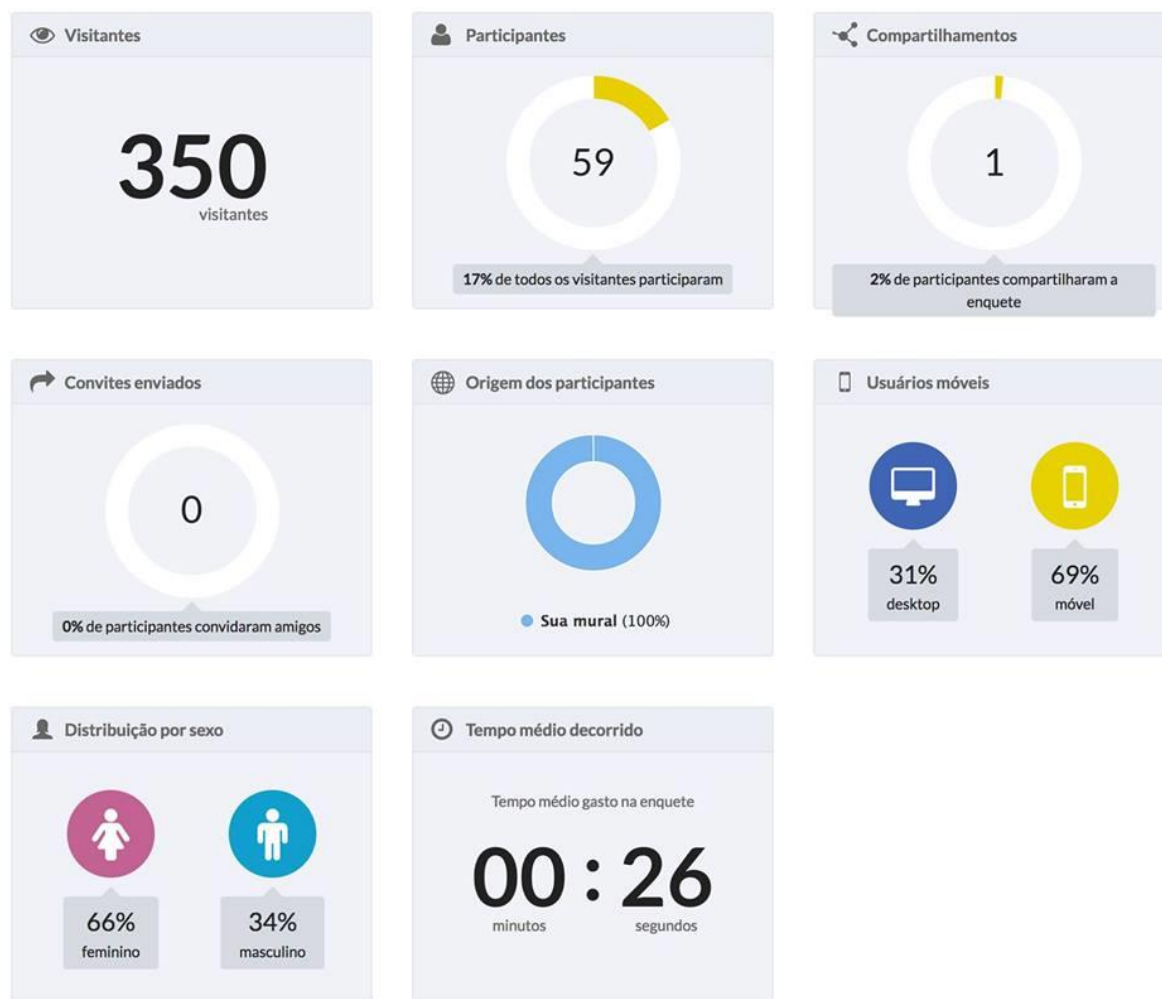
● Contra (98%) ● Favor (3%)

Você já ouviu falar sobre o casamento infantil?



● Sim (63%) ● Não (38%)

Você já ouviu falar sobre o casamento infantil?	
59 respostas (19 bloqueadas)	
Visualizar como gráfico	
Sim	25 votos 62.5%
Não	15 votos 37.5%
Você sabia que o casamento infantil é uma prática comum no Brasil?	
59 respostas (19 bloqueadas)	
Visualizar como gráfico	
Não	35 votos 87.5%
Sim	5 votos 12.5%
Você é a favor ou contra o casamento infantil?	
59 respostas (19 bloqueadas)	
Visualizar como gráfico	
Contra	39 votos 97.5%
Favor	1 voto 2.5%



Fonte: Gráficos elaborados pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

- Uma caixa de brinquedos foi a proposta principal do **Grupo 3**, dentro da caixa um *folder* escrito “Casamento NÃO é brinquedo”, conforme pode ser visto na imagem abaixo.

Imagem 9 - Campanha do Grupo 3 / Folders



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Além da caixa, o grupo trouxe *folders* iguais aos de dentro da caixa para distribuição. O grupo propunha que as caixas fossem colocadas em supermermercados e lojas de brinquedos, nas prateleiras, dando a ideia de “compra” de uma noiva, além dessa distribuição os alunos planejaram uma ação nas redes sociais, onde uma moldura com a *hashtag* (#Casamentoinfantilnãoébrinquedo). Os alunos contaram que a ideia das molduras veio do debate que tivemos em sala de aula sobre as campanhas de apoio social que utilizam das molduras na rede (como a moldura com a bandeira da França após os atentados em Paris).

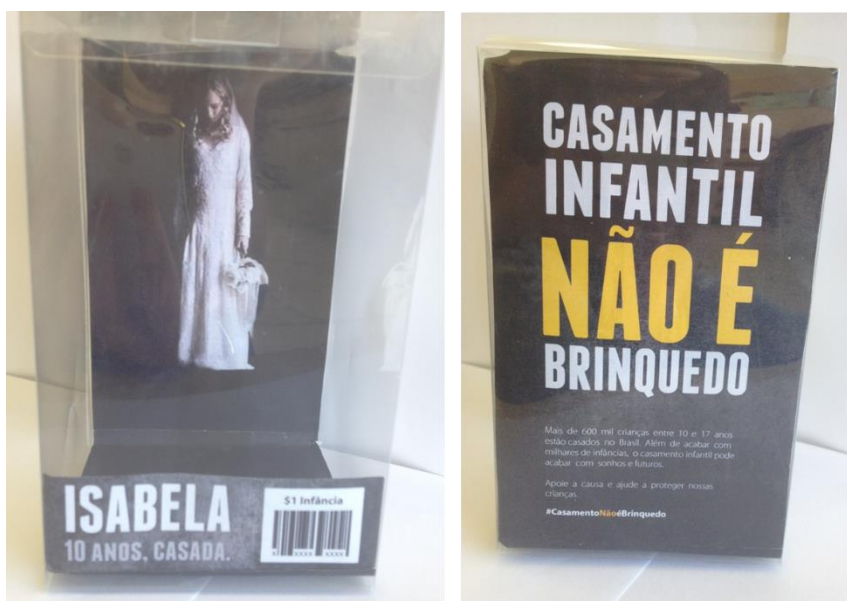
Imagem 10 - Campanha do Grupo 3 / Moldura para o Facebook



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Durante as orientações para o trabalho discutimos como montar a caixa, de que material seria feito. Um primeiro esboço do projeto foi feito por um dos integrantes do grupo, só vi a versão final no dia da entrega e fiquei realmente surpresa com o resultado impactante.

Imagem 11 - Campanha do Grupo 3 / Caixa de brinquedo montada



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

- “Save the Date” foi a proposta do **Grupo 4**. O grupo criou pré-convites de *casamento*, com a frase que está na moda no momento, o pré-convite trazia informações sobre o noivo e a noiva.

Imagem 12 - Campanha Grupo 4 / Pré-convites



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

O grupo propôs que os pré-convites fossem deixados em locais comerciais, onde as pessoas teriam acesso ao material, ao mesmo tempo em que veriam na vitrine desses locais, cartazes de “PROCURA-SE”.

Imagem 13 - Campanha do Grupo 4 / Cartazes de Procura-se

PROCURA-SE

INFÂNCIA PERDIDA



RAFAELA 13 ANOS

VISTA PELA ÚLTIMA VEZ COM SEU MARIDO PAULO, 32 ANOS.
O BRASIL É O 4º PAÍS NO RANKING EM
CASAMENTOS INFANTIS.

A INFÂNCIA E INOCÊNCIA SÃO TIRADAS DESSAS CRIANÇAS A FORÇA.

RECOMPENSA:

UMA SOCIEDADE DIGNA DE SE VIVER COM UM FUTURO DECENTE
PARA QUALQUER PESSOA.

CASAMENTO INFANTIL, **NÃO** APOIE ESTE ATO.

PROCURA-SE

INFÂNCIA PERDIDA



JOSEANE 13 ANOS

VISTA PELA ÚLTIMA VEZ COM SEU MARIDO ROBERTO, 34 ANOS.
O BRASIL É O 4º PAÍS NO RANKING EM
CASAMENTOS INFANTIS.

ESSAS CRIANÇAS NÃO ESTÃO PRONTAS
PARA SEREM ESPOSAS.

RECOMPENSA:

VOCÊ NÃO PRECISA DE RECOMPENSA,
É SEU DEVER NÃO FAZER PARTE DISSO.

CASAMENTO INFANTIL, **NÃO** APOIE ESTE ATO.

PROCURA-SE

INFÂNCIA PERDIDA



EDUARDA 14 ANOS

VISTA PELA ÚLTIMA VEZ COM SEU MARIDO JOSÉ, 32 ANOS.
O BRASIL É O 4º PAÍS NO RANKING EM
CASAMENTOS INFANTIS.

ESSAS CRIANÇAS SOFREM ABUSO
E MAUS TRATOS DE SEUS PARCEIROS.

RECOMPENSA:

UMA SOCIEDADE INTOLERANTE A ESTE TIPO DE AGRESSÃO
AO CORPO E A VIDA

CASAMENTO INFANTIL, **NÃO** APOIE ESTE ATO.

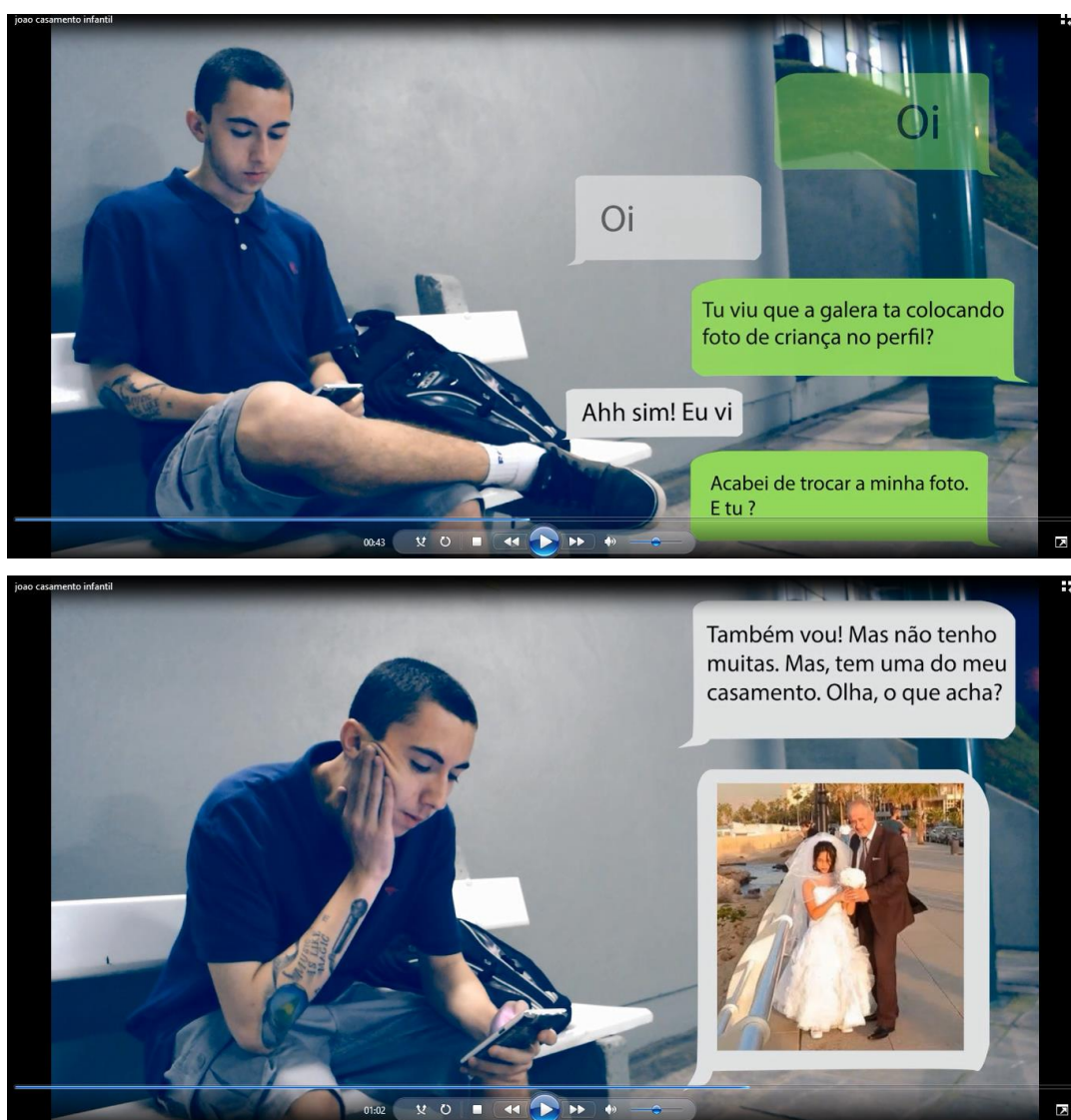
Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

O objetivo dos cartazes era impactar as pessoas no seu cotidiano. Durante a elaboração do trabalho muitas versões do convite de *casamento* foram pensadas até que se firmou a ideia do pré-convite, por ser algo em evidência atualmente. Não havia visto as frases dos cartazes até

o dia da apresentação, elas são realmente impressionantes e tem o apelo necessário a uma campanha sobre Direitos Humanos.

- O primeiro vídeo utilizado, foi apresentado pelo **Grupo 5**, os alunos montaram um vídeo onde há um diálogo entre um rapaz e uma menina, sobre a troca da foto do perfil do *Facebook* para o dia da criança (outro movimento que ocorre nas redes, onde cada pessoa troca a sua foto para uma de quando era criança). O vídeo termina com a menina mandando uma foto dela no dia de seu *casamento* ainda muito nova e perguntando se aquela foto está boa.

Imagem 14 - Campanha do Grupo 5 / Frame do vídeo

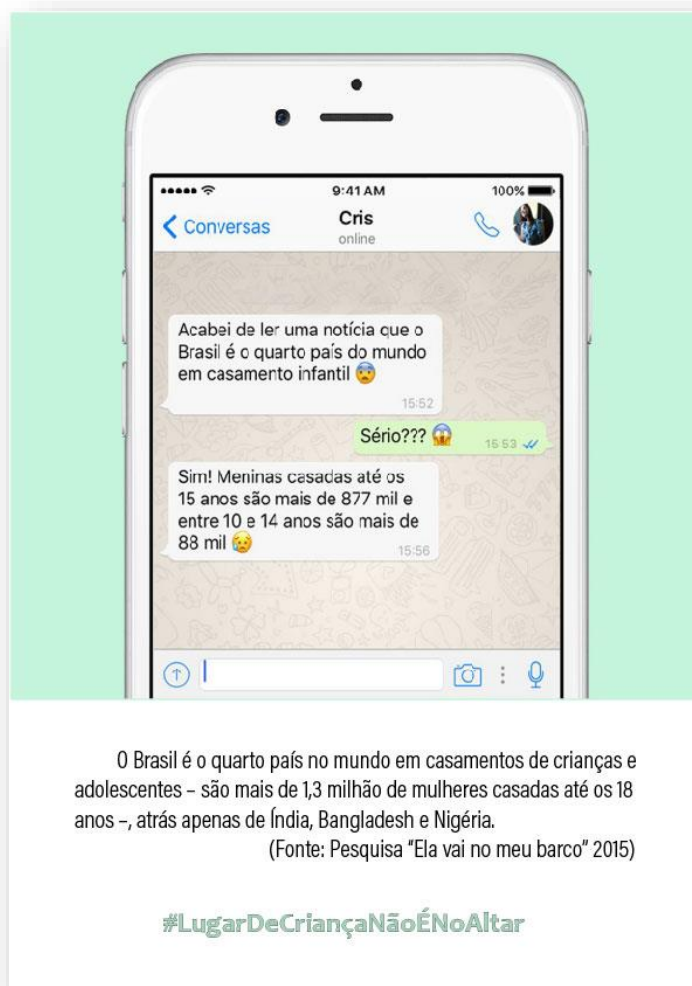


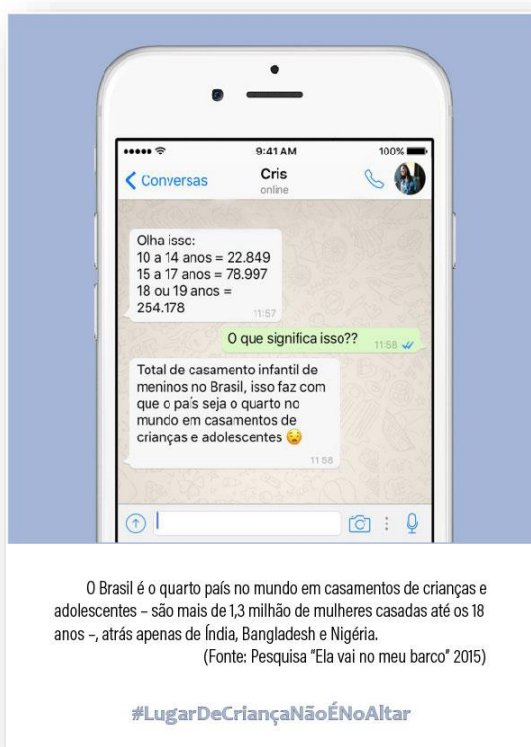
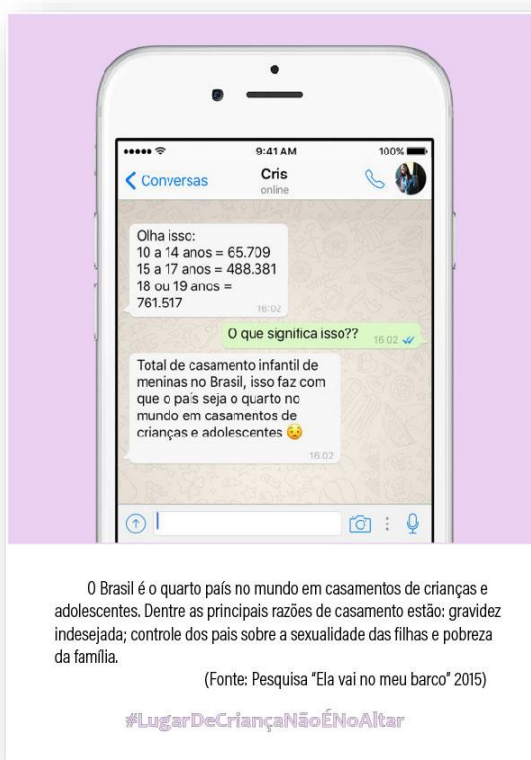
Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Este grupo foi dos mais complicados de trabalhar, todas as vezes em que sentávamos para conversar, eles me diziam: “tá tudo bem sora, a gente já tá com tudo pensado”. Eu estava

realmente preocupada porque não via eles saírem da sala para pegar material nem combinar de se reunir para a tal gravação do vídeo que eu nem sabia como seria. Foi uma boa surpresa o dia da apresentação. Eles ainda propuseram cartazes que seriam fixados em ônibus com mensagens de textos trocadas contendo informações sobre o *casamento*.

Imagem 15 - Campanha do Grupo 5 / Cartazes para transporte público





O trabalho desenvolvido pelo **Grupo 6** foi muito bem pensado e executado. Os alunos deram o nome de “Carol, eu te amo” para a campanha, que foi dividida em dois momentos. No primeiro deles os alunos escreveram em vários *Post-its*, frases como: “Carol, eu te amo”, “Carol, quer casar comigo?” e espalharam os *Post-its* pela Universidade. Depois o grupo criou uma página no *Instagram* com o mesmo nome (@Carol.euteamo), onde as fotos desses recados eram compartilhadas.

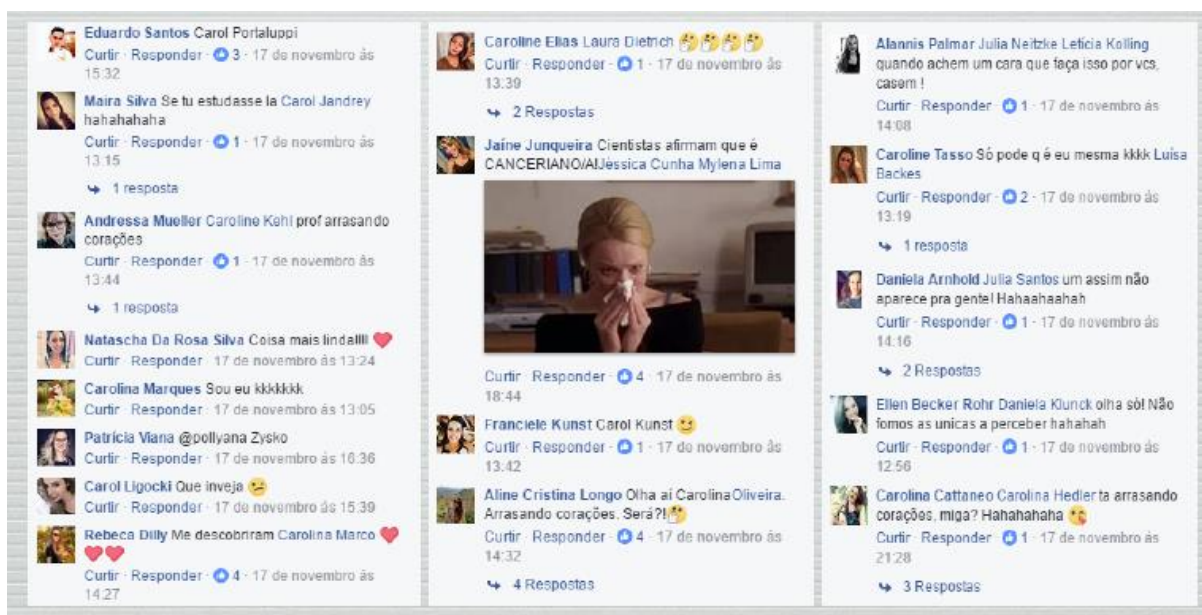
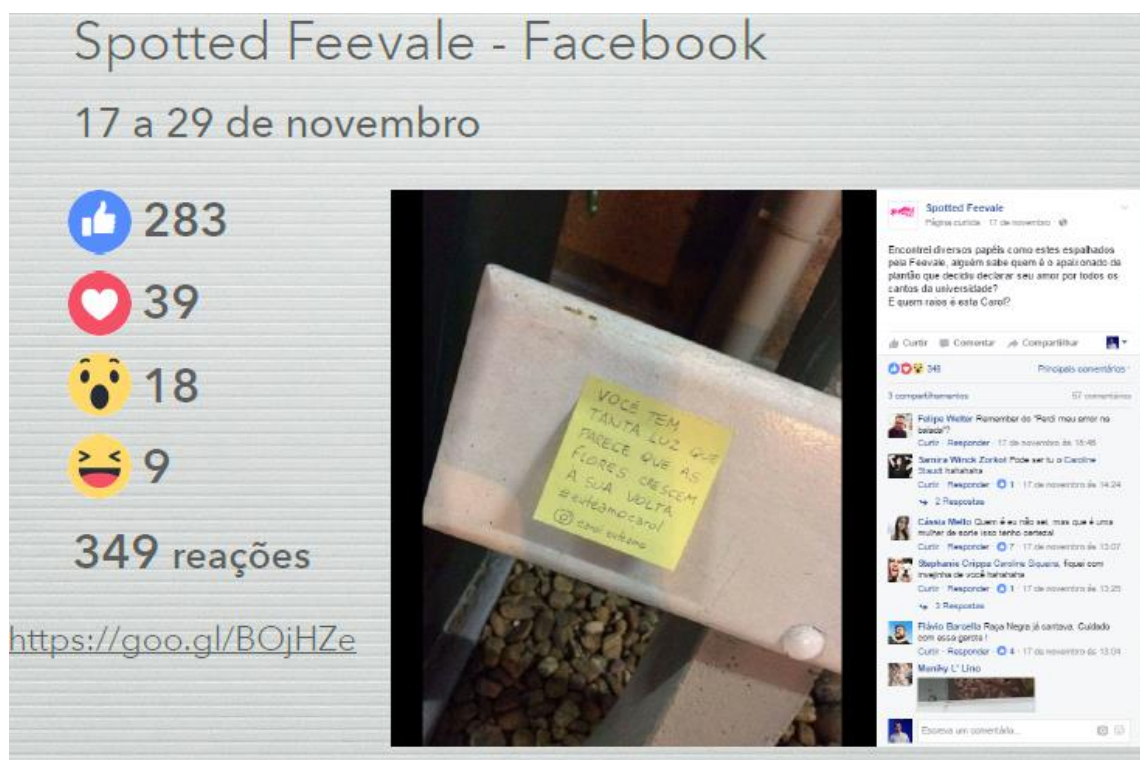
Imagem 16 - Campanha do Grupo 6 / Página do Instagram com os Post-its



Fonte: Página do Instagram elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Conversando com os alunos eles me contaram da ideia de divulgar a imagem na página do *Spotted* da Feevale (página no *Facebook* destinada a compartilhamento de textos e imagens, sobre outras pessoas em que você está interessado para um relacionamento amoroso). Debatemos a ideia e na semana anterior à entrega do trabalho os alunos postaram uma foto de um dos *Post-its* na página, a postagem teve 283 curtidas e 62 reações (amei, uau e risos), além de 57 comentários, onde as pessoas marcavam meninas que se chamam “Carolina/Carol” com brincadeiras sobre serem elas a paixão misteriosa.

Imagem 17 - Campanha do Grupo 6 / Postagem no Spotted da Feevale



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

No dia da entrega do trabalho o grupo postou na página do *Instagram* um vídeo onde um homem se apresentava como pai da Carol, e pedia que as mensagens parassem porque ela era só uma criança. O link com o vídeo foi postado da página do *Spotted* e gerou grande repercussão com alunos dizendo que se soubessem se tratar de uma criança jamais teriam compartilhado as fotos dos *Post-its*.

Imagem 18 - Campanha do Grupo 6 / Frame do vídeo

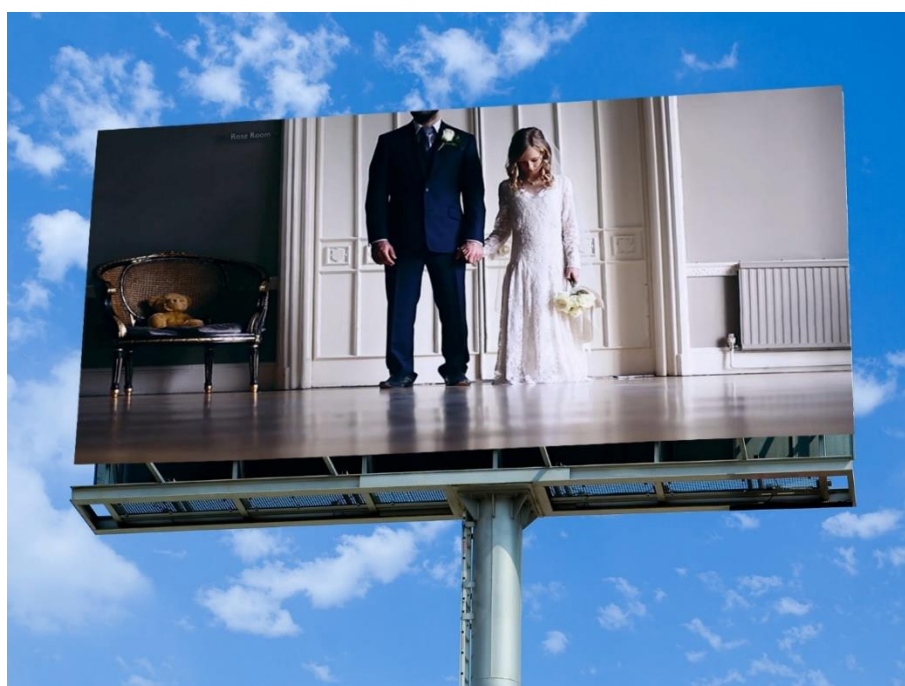


Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Fazer o vídeo como fechamento da campanha foi uma ideia muito boa, eu não sabia dessa proposta e foi uma surpresa quando os alunos apresentaram o vídeo gravado com o pai de um deles, em uma Igreja, e a “Carol” de fundo brincando. Essa campanha ganhou o Prêmio Mentres Brilhantes 2017 da Feevale, na categoria Melhor Projeto Multimídia.

- O **Grupo 7** foi um grupo difícil de trabalhar, pois todas as vezes em que sentamos para conversar sobre o trabalho eles ainda não tinham uma ideia formada. Acabaram por escolher trabalhar com propaganda impressa. A campanha se baseou na ideia do plano-sequência, para *outdoors* em grandes rodovias. Na apresentação os alunos trouxeram imagens de como ficaria a montagem dos *outdoors*, quatro no total: o primeiro deles só com imagem sem texto, nos demais informações sobre o *Casamento Infantil* no Brasil.

Imagem 19 - Campanha do Grupo 7 / Outdoors plano-sequência





Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

A ideia do plano-sequência tem sido muito utilizada por grandes marcas, e principalmente em campanhas que envolvam a segurança no trânsito. Os alunos montaram a sequência de forma que elas se complementam, mas ao mesmo tempo um *outdoor* faz sentido sozinho.

- Os integrantes do **Grupo 8** eram todos muito participativos nas aulas e nos períodos de orientação me procuraram mais de uma vez para debater as noções de impacto da mídia sobre os Direitos Humanos, mas apenas me contaram que iriam trabalhar com propaganda impressa. No dia da apresentação trouxeram um cartaz muito bem feito onde havia uma pessoa dividida ao meio, em um lado ela está com o olho aberto e no outro fechado, e as frases: “a

realidade que você vê; e a realidade que você não quer ver”, na parte do olho aberto mostrava uma criança brincando de boneca, na outra trazia a imagem de uma das reportagens trabalhados com eles sobre o *Casamento Infantil* no Brasil.

Imagem 20 - Campanha do Grupo 8 / Cartaz

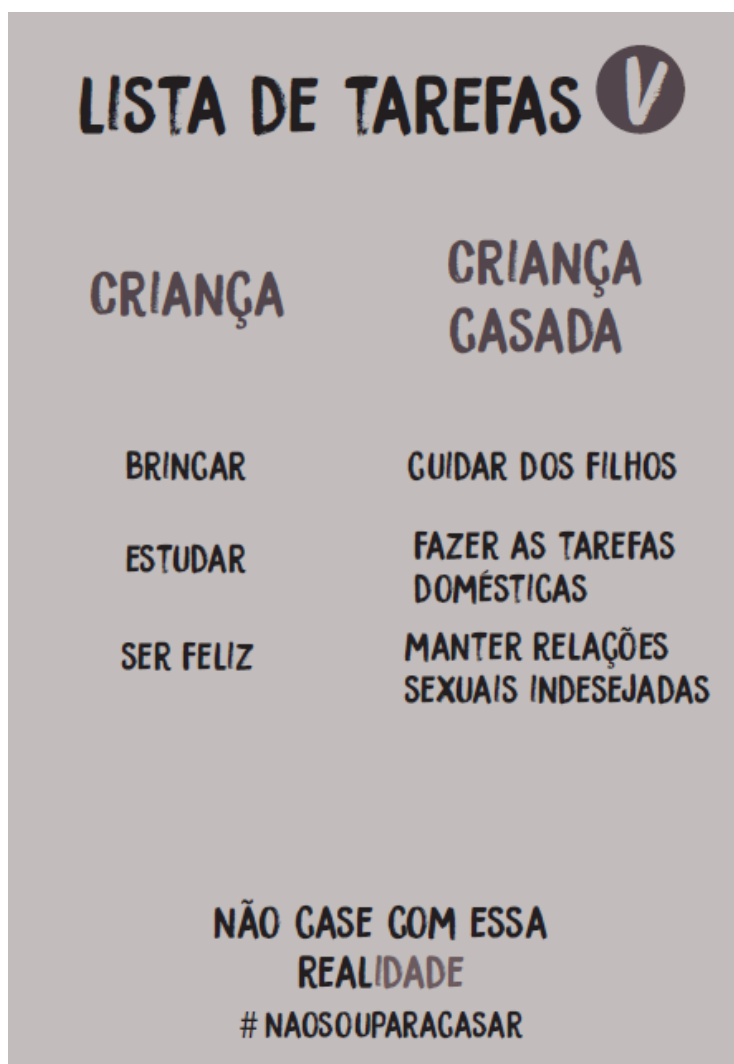


Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Além do cartaz eles confeccionaram *folders*, com a frase “não case com essa ideia”, em que havia duas listas, como se fossem tarefas, em um lado da lista coisas como: brincar, estudar;

do outro lado: fazer comida, cuidar dos filhos. A proposta ficou muito boa e o material entregue impresso muito bem produzido.

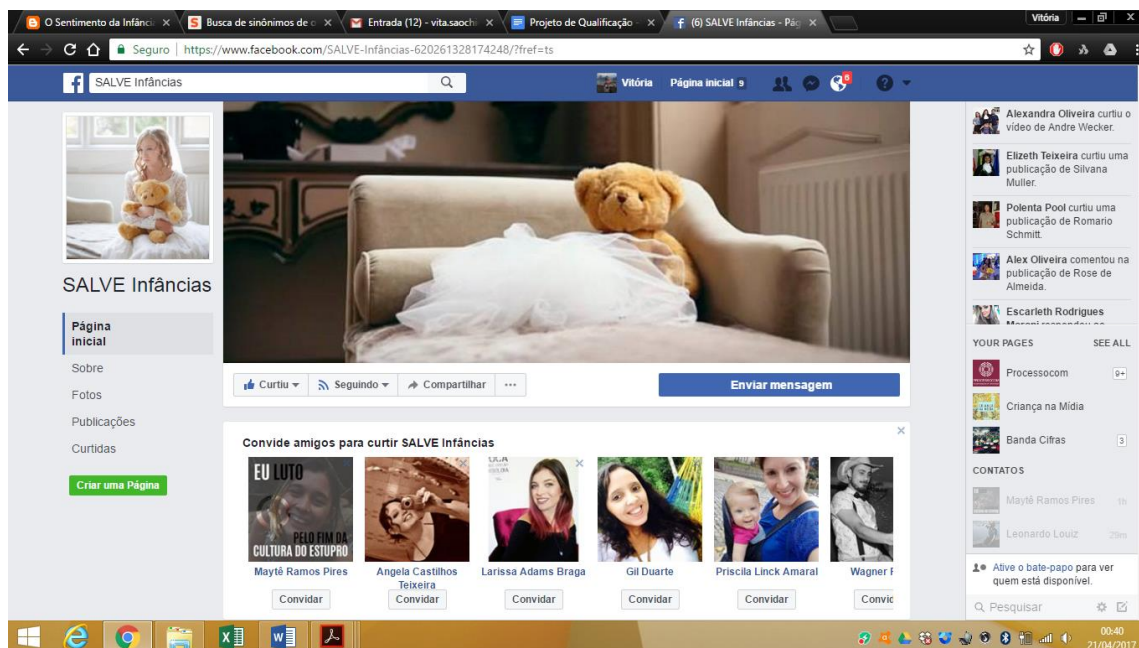
Imagem 21 - Campanha do Grupo 8 / Lista de tarefas



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

- O **Grupo 9**, também composto por uma dupla, criou uma página no *Facebook*, chamada “Salve infância”, onde postaram matérias não só sobre o *Casamento Infantil*, mas sobre diversos assuntos que afetam a infância. A página foi colocada no ar poucos dias antes da entrega do trabalho e tinha até a data da apresentação 50 curtidas. Nas orientações tínhamos conversado sobre ações que podem ter alcance menor e serem extremamente eficientes, nem toda a campanha precisa alcançar um grande número de pessoas.

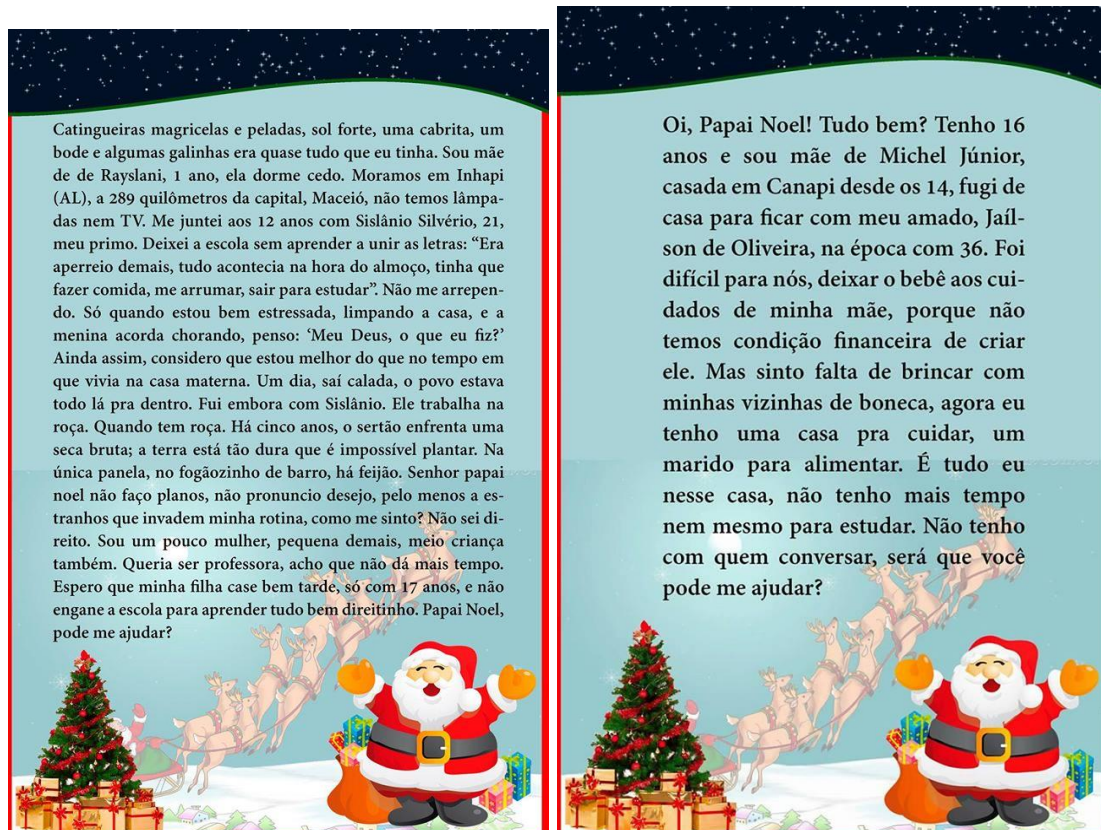
Imagem 22 - Campanha do Grupo 9 / Página inicial do Facebook



Fonte: Página do *Facebook* elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Além da página do *Facebook* eles criaram cartinhas para o Papai Noel, cartinhas essas que foram postadas na página e tinham histórias de crianças que haviam se casado. Adorei a ideia, algo simples e que segundo eles poderiam ser impressas e entregues nos correios onde as pessoas poderiam retirá-las (que nem fazemos com as dos pedidos de Natal) como forma de conscientização.

Imagem 23 - Campanha do Grupo 9 / Cartas para o Papai Noel



Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

- A dupla que compunha o **Grupo 10** trouxe uma ideia muito simples e com um impacto social muito grande. Eles foram até a Escola no município onde nasceram, cidade com mais ou menos 4 mil habitantes no Rio Grande do Sul, e pediram para a coordenação um espaço para um bate-papo com os alunos sobre Direitos Humanos. Venho da área da Educação, então a proposta deles me encanta. Eles disseram que sentiram muito a falta de diálogos desse tipo quando estavam no Ensino Médio, e que oportunizar isso para os alunos era uma forma de retribuir os debates que tivemos em aula.

Imagem 24 - Campanha do Grupo 10 / Palestra para a turma de Ensino Médio



Fonte: Foto dos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

O debate foi feito com a turma do 2º ano do Ensino Médio. Para o dia da atividade eles fizeram camisetas com o nome do curso e da instituição e montaram uma apresentação visual

com informações sobre a Mídia e o *Casamento Infantil* no Brasil. Além da palestra eles confeccionaram panfletos com informações sobre o *casamento* para serem distribuídos pela cidade. Infelizmente os panfletos não foram bem aceitos, o dono do Supermercado local não deixou que fossem colocados lá para que os clientes pegassem. Os alunos acreditam que é porque a cidade tem casos de *Casamentos Infantis*.

Imagem 25 - Campanha do Grupo 10 / Panfletos

Casamento Infantil



Um tema pouco abordado midiaticamente, sendo que o Brasil é um dos países com um dos maiores índices de Casamento Infantil. Pouco sabemos que a realidade de muitas meninas de doze, treze anos, é casar-se com homens mais velhos e ter uma vida adulta, cuidando de filhos e afazeres da casa

Antes brincar de cozinha e cuidar da casinha era algo inofensivo, e hoje, cozinhar e cuidar da casa se tornou uma obrigação

Fonte: Elaborado pelos alunos da disciplina de Mídia e Cultura (2016/2).

Os trabalhos apresentados acima, são o resultado de um processo de ensino aprendizagem que foi muito gratificante e culmina os debates, estudos, e produção que os alunos tiveram comigo e com a professora Saraí. São a representação concreta (em imagens) do que eles apresentaram nos seus discursos.

“[...] um homem sozinho é apenas um animal.
A humanidade começa nos que te rodeiam,
e não exatamente em ti.”
(Valter Hugo Mãe – *A Desumanização*)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da elaboração da Dissertação a proposta inicial era, além de refletir como e por que ocorre o *Casamento infantil* no Brasil, entender principalmente como os futuros comunicadores compreendem esse assunto e os demais temas abordados na pesquisa e que se relacionam com os Direitos Humanos. Começo essas considerações refletindo então sobre a pergunta problema da pesquisa. Compreender como e por que ocorre esse fenômeno foi um trabalho que exigiu bastante reflexão, tendo em vista que fiz essa análise com base em materiais bibliográficos, que não falavam sobre o tema especificamente, mas sobre fatores que incidiam diretamente sobre ele. A partir daí, inicialmente foi possível entender que o fenômeno ocorre por causa de fatores sociais, sendo alguns deles: a pobreza, o machismo, a falta de políticas públicas para a infância e a falta de entendimento sobre os Direitos Humanos.

Somam-se a esses problemas os marcadores sociais atribuídos aos sujeitos ao longo de sua vivência na sociedade, no caso da temática aqui trabalhada isto se dá pelo fato de que estamos falando de meninas (gênero) que vivem em situação de pobreza (classe social). Esses marcadores em processos de intersecção aumentam exponencialmente o número de *Casamentos de Crianças* no Brasil, fazendo com que sejamos também o 1º país da América Latina em números absolutos. No decorrer da pesquisa, ao socializar essas informações, escutei muitos comentários sobre o dado ser em números absolutos, portanto, não seriam “reais”. No meu entendimento, esse debate é irrelevante. Não importa se o dado é absoluto ou relativo, o número é extremamente elevado se comparado ao número de crianças que temos no nosso país, ou seja, isso não tem nenhuma forma de “defesa” do tipo “em outros lugares acontece mais”.

A pergunta problema se referia ainda aos futuros comunicadores. Os estudantes, a partir da sua visão de mundo, com base no material disponibilizado e socializado com eles em aula, foram provocados a realizar campanhas sobre a temática. Eles trazem, no material por eles produzido, esses tópicos relacionados acima aos fatores sociais. Mas mostram, principalmente, um Não-Olhar. Eles problematizam, por meio das imagens utilizadas, das frases e das *hashtags* escolhidas, o discurso da novinha; o discurso do “tá tudo bem” se tem alguém cuidando dela; o discurso de ela escolheu; e, mostram que Não é bem assim. Não é uma escolha, como diz um dos trabalhos: “para algumas é a única opção”.

Quando eles enxergam esse Outro e conseguem se colocar minimamente no lugar desses sujeitos, eles mostram que se os estudantes forem sensibilizados a pensar sobre essas temáticas a potencialidade em se criar campanhas viáveis, alternativas, mesmo com pouco recurso é

possível, mas eles mostram principalmente, que falta ainda dentro do curso de Comunicação um olhar para os Direitos Humanos, a Infância, o Gênero e suas conexões com a Mídia.

A pergunta problema trazia uma indagação de como eles enxergam a temática. Baseado no questionário inicial, respondido pelos acadêmicos durante o primeiro dia de elaboração das campanhas – porque há uma mudança de entendimento deles durante a construção do trabalho, advinda das dificuldades em encontrar material para trabalhar –, mostra que: dos 30 alunos que responderam às perguntas, 12 já tinham escutado sobre o *Casamento de Crianças no Brasil*, outros 15 nunca se quer tinham tido contato com a temática e 3 deles haviam escutado apenas uma vez sobre o assunto. As definições deles ao dissertarem sobre as perguntas relacionadas a Gênero, Mídia e Direitos Humanos mostraram, na maioria dos casos, uma falta de amadurecimento teórico para as argumentações. Desde o primeiro dia de aula, deixamos muito claro, que não existe certo e errado, bem e mal. A vida é um pêndulo. Existe o respeito e que eles nunca poderiam confundir opinião com discurso de ódio.

Ao organizar os Discursos do Sujeito Coletivo observo o amadurecimento nos debates, mesmo que os pensamentos não sejam iguais, que haja discordância em alguns pontos, eles conseguiram fazer isso com argumentos sólidos. Eles entenderam que não precisavam concordar com os discursos, mas eles precisam respeitar quando esse discurso não é uma forma de preconceito, no caso não sendo um desrespeito ao Outro. Todos os discursos contêm em si marcas próprias do sujeito que o emite. (CHARAUDEAU, 2008). As atividades foram desenvolvidas com 36 alunos (15 do sexo feminino e 21 do sexo masculino), vindos de lugares diferentes, de cursos diferentes e que divergiram muito em alguns momentos e pensamentos. Como foi visto ao longo da Dissertação, falar de Direitos Humanos nunca gera consenso e não era isso que procurava encontrar ao analisar os debates dos alunos, muito pelo contrário: a pluralidade de ideias é que faz o conhecimento.

A proposta de buscar por um Discurso Coletivo foi a de compreender se os estudantes de Comunicação ao serem sensibilizados sobre temáticas como Gênero, Mídia e Direitos Humanos conseguiam refletir sobre o assunto de forma a enxergar o Outro como ser social. Buscou-se isso uma vez que as atividades desenvolvidas durante o estágio docência buscavam conscientizar os alunos sobre seu lugar de fala enquanto educadores não formais e mostrar como eles têm potencialidades para tornar a mídia um local mais democrático quando se refere às minorias. Penso no Discurso Coletivo como um mecanismo para verificar se o problema encontrado durante a escrita da Dissertação – falta de material jornalístico sobre a temática e repetição de discurso (no sentido de as mesmas informações noticiosas) – é resultado de uma falta de preparo ainda na graduação sobre o entendimento do Outro.

Todo o processo desenvolvido no estágio docência mostra que o ensino de Direitos Humanos e o entendimento sobre uma leitura crítica dos meios, pode vir a fazer muita diferença na formação de um profissional de comunicação. E isso impactaria diretamente na forma que se produz comunicação sobre e para as minorias atualmente. “Ter a coragem de emitir nossas opiniões significa ter a coragem de pensarmos por nós mesmos e formamos nosso próprio juízo [...]. (JAPIASSU, 2005, p. 8). Os estudantes têm potencialidades para olhar o Outro, para se sensibilizar sobre as temáticas dos Direitos Humanos e para iniciarem as mudanças na forma de se produzir conteúdo, tudo isso fica claro nos seus discursos.

Para dar conta de responder ao objetivo principal, e chegar a essas considerações que já comecei a apresentar, elenquei objetivos específicos que me auxiliaram na reflexão e formulação de ideias sobre a pergunta problema. Iniciei meus objetivos específicos buscando “*traçar o processo histórico da construção do sujeito infantil, além de refletir sobre as identidades infantis femininas dentro da sociedade*”. Desenvolvi isso não somente no capítulo de contextualização da Dissertação, mas durante todo o processo da escrita, afinal o sujeito infantil é o ponto central dessa investigação. A partir das leituras feitas passo a olhar o sujeito infantil de outro modo, principalmente começando a compreender que a história dessas pessoas é contada (quase sempre) por nós adultos, sendo que falamos em dar protagonismo à infância, mas muito pouco se faz em termos de um protagonismo que realmente auxilie a criança no seu processo de vivência na sociedade.

Falar de identidades (múltiplas e plurais) também não foi um exercício fácil. O Eu feminino é visível em toda a construção da pesquisa relegado ao plano B da vida em sociedade. O local social atribuído à mulher, a ideia do homem como provedor, a de que o *casamento* é a busca da felicidade, e de que uma menina pobre casada pelo menos não está passando fome fazem parte dos discursos sociais incorporados pela sociedade e que foram moldando, através do tempo, a identidade dessas pessoas. Acreditar no seu potencial, fazer valer os seus direitos e, buscar a sua educação são lutas diárias no universo feminino nas condições de vulnerabilidades apresentadas nessa pesquisa.

A segunda onda do movimento feminista (décadas de 60 e 70 do séc. XX) colocou muitas coisas em debate. Uma delas foi a desconstrução da ideia do patriarcado enquanto algo inato da sociedade hegemonicamente dominada por homens. (MEYER, 2003) Se tudo é um processo cultural, se nos transformamos enquanto sujeitos e nossa identidade está em constante mudança, o patriarcado também é mutável. (PISCITELLI, 2002, 2009). Sendo assim, há

possibilidades de um deslocamento da ideia do local da mulher. Afinal, ele é um local social, uma atribuição de papéis sociais. E, portanto, pode e deve ser revisto. (CASTELLS, 1999).

No ano de 2016 a ONG Save The Children, divulgou o estudo “Everly Last Girl”, que apontou o Brasil como um dos piores países do mundo para ser uma menina. Estamos na posição 102º, dos 144 países pesquisados, ficando atrás de todos os países da América do Sul e de países considerados em desenvolvimento como o Timor-Leste e a Índia. Assim como a sociedade brasileira não assume viver em uma cultura machista, recheada de preconceitos, parece impossível conceber o que Santos (2007a, p 30) define como um não conseguir: “pensar que países menos desenvolvidos possam ser mais desenvolvidos que os desenvolvidos em alguns aspectos” e essa negação tende a dificultar cada vez mais o processo de ser menina dentro da nossa sociedade.

Assistindo ao documentário “O Começo da Vida”, que referencio na pesquisa, compreendi melhor a ideia de criança como fruto da sociedade. A criança precisa ser protagonista da sua própria história, mas ela só o será com o apoio do restante das pessoas que a cercam. No mês de junho desse ano fomos surpreendidos com a atividade “E se nada der certo”, ocorrida em uma escola do município de Novo Hamburgo/RS. Fiquei muito chocada quando soube da atividade. Ao refletir sobre o que tinha ocorrido naquela escola, lembrei desse processo da criança como responsabilidade da sociedade. Até que ponto somos culpados por atitudes como essa?

A vida dividida entre vencidos e vencedores, é o que temos presenciado nesses tempos em que vivemos. O que é ter sucesso? O que é ser feliz? Como se mede a felicidade de alguém, é pelas conquistas? Vivemos em uma sociedade dividida entre vencidos e vencedores, o ter e não o ser. Criamos crianças que devem buscar sua “felicidade” em suas conquistas. Crianças que antes mesmo de aprenderem o que é estar em sociedade aprendem como é “vencer na vida”.

O que é “vencer na vida”? Alguém sabe como se quantifica isso? Porque eu não sei. O que é felicidade para mim pode não ser para o Outro. E aí está o grande problema de muitas das nossas crianças e jovens da sociedade contemporânea: o Outro. Se busca uma felicidade, se criam papéis sociais, se induz à formação de um “Eu” de sucesso, que terá fama e dinheiro, a “velha” ideia do “ser alguém na vida”, e que isso vai se dar através de bens de consumo.

Eu acredito na educação como forma de mudar o mundo, e que a educação é capaz de ensinar a olhar o Outro. E está faltando muito olhar nesse mundo. Perdemos na maioria dos casos a capacidade de empatia, o respeito pelas escolhas dos outros, pelo direito de Ser. Me preocupa muito que jovens, futuros profissionais (e lembrem seja a profissão que escolheram) como esses, estejam depois no mercado de trabalho, porque infelizmente eles ainda não

aprenderam a Olhar. Eles não aprenderam a ter empatia. Eles ainda acreditam na cultura do sucesso. E ao fazer isso diminuem as escolhas dignas dos outros e ajudam a perpetuar a desigualdade tão presente na nossa sociedade – uma desigualdade traduzida em discursos como “mulher foi feita pra esfregar a barriga no fogão”.

Atualmente, temos o que chamo de protagonismo às avessas – a ideia de deixar a criança decidir o que vestir, o que comer e a hora em que vai dormir não está para mim de todo correto. Acho, sim, que elas devam ter autonomia, que elas entendam sobre suas rotinas e opinem nas escolhas feitas por seus pais, mas não de forma a anular as decisões das pessoas responsáveis por elas. Às vezes penso que estamos criando crianças muito egocêntricas, sem empatia pelos outros, em que o problema de um, não é o problema de todos.

Acredito no empoderamento do sujeito infantil, mas num empoderamento que vise o respeito, o bem comum. Na temática dessa pesquisa: a falta de estudo, as questões sociais e a forma como enxergamos o sujeito feminino têm contribuído de forma “gritante” para o aumento dos *casamentos*. Precisamos de um empoderamento infantil que anule a frase do dito popular “o que você vai ser quando crescer”, pois, a criança não precisa esperar crescer para ser alguma coisa, ela já é.

Foi da necessidade de se ampliar os materiais sobre o tema da Dissertação que nasceu o meu segundo objetivo específico: “*Analisar através de notícias e,ou reportagens a forma como as mídias vêm abordando esse assunto, bem como elencar os conceitos a serem trabalhados na pesquisa a partir dessa análise;*” Ele inicia como um processo de experimentação daquilo que denominamos estado da arte, torna-se então um objetivo e, por fim, compõe o núcleo central dessa pesquisa. Venho do campo da comunicação e analisar a forma como a mídia aborda os assuntos tem sido um processo muito *triste* ultimamente. Temos vivido épocas bem complicadas com relação às formas de se fazer notícia. Os preceitos (valor notícia) aprendidos no jornalismo se mostraram praticamente inexistentes durante a minha coleta e análise desse primeiro material.

As notícias e reportagens analisadas nessa etapa da pesquisa, além de serem muitas poucas, repetiam o discurso. O copia-e-cola foi o que mais se apresentou, a replicação de matérias foi quase maior do que o número de materiais que consegui utilizar na análise. Não procurei fazer uma Análise do Discurso, seguindo todos os preceitos elencados por teóricos como Patrick Charaudeau, a ideia era de após a primeira leitura de todo o material elencar através do critério enunciador e interpretante, o que aquelas reportagens e notícias traziam de fatos relevantes para o entendimento da temática estudada.

Como foi possível perceber durante a análise das notícias e reportagens, e deixo explícito no texto em muitos momentos, além de dedicar um subcapítulo da Dissertação ao tema que foi: a pobreza ela se mostrou presente em todo o material coletado tendo se tornado um conceito principal para a estrutura da Dissertação. Confesso que escrever a Dissertação não foi um processo fácil, não só pela carga teórica, ou pelos procedimentos metodológicos, mas principalmente pelo tema. Li e vi muitas coisas sobre o *Casamento de Crianças* em outros países, e me choquei com cada notícia, cada história. O estudo sobre a pobreza no Brasil não foi diferente. Os dados sobre o empobrecimento da população, sobre as condições de miséria na qual uma parcela da sociedade vive, e a negligência do Estado com as crianças nessa situação são de causar tristeza.

A desigualdade é uma das marcas mais expressivas da sociedade brasileira, é um fenômeno transversal, multidimensional e durável (SCALON, 2011), aliada aos marcadores sociais já citados por mim, fazem das meninas pobres um, “sujeito nenhum”. A leitura das notícias mostrou ao mesmo tempo que o silenciamento da mídia é reflexo do silenciamento da sociedade. Nesse ano de 2017, enfrentamos um novo “turbilhão” político, o desmonte da educação, das políticas públicas dos direitos de trabalho e da liberdade individual de cada um e cada uma.

A mídia frequentemente influencia na tomada de decisões da sociedade, ela muitas vezes manipula, informa, convence, coloca o assunto em debate, tem diversos lados e apoia aquilo que melhor convier, atrelado a isso está a desvalorização do profissional de comunicação, que acaba por contribuir na forma como se faz o famoso *Hard News*. Em muitos casos não se apura mais notícias, não se fazem entrevistas em profundidade, não se confere a fonte. Primeiro se noticia e depois se estiver errado, coloca-se uma nota de desculpa. O jogo político do Brasil transformou a mídia em um “salve-se quem puder”. Como os grandes veículos estão ocupados em noticiar os meios políticos escusos do momento, aquilo que se define hoje em dia como mídia alternativa tem se dedicado a colocar seus esforços em reportagens sociais.

O ano de 2017, segundo ano da pesquisa, apresentou na mídia outros materiais noticiosos sobre o assunto, não em grande quantidade, mas um movimento de novas informações, de uma vontade por parte de movimentos e coletivos de colocar o assunto em debate. Me sinto privilegiada em poder auxiliar nessa construção de novas ideias, formas de auxiliar essas crianças e talvez poder auxiliar na diminuição dos índices que são tão altos.

Eu não costumo comentar em postagens no *Facebook*, raramente me manifesto nas Redes Sociais sobre qualquer assunto, porém, naquele dia 21 de agosto a postagem da Página⁸³ do Observatório do Terceiro Setor⁸⁴ tratava exclusivamente do meu tema de pesquisa, trazia uma notícia antiga, veiculada ano passado, mas com algumas informações do relatório de Banco Mundial – ano de 2017. Abri a notícia, li com calma e fiquei contente de ver mais uma notícia sobre o *Casamento de Crianças*, o número de notícias tem aumentado bastante esse ano, principalmente depois que a Plan International fez um programa com a Globo News sobre o assunto⁸⁵.

Resolvi então ler os comentários da postagem. Tem um ditado que circula na *internet* que diz mais ou menos assim: “preservando a mente, hoje não lereis nenhum comentário no *Facebook*”, quisera eu ter lembrado do ditado. Se bem que se tivesse lembrado, acho que não estaria contando essa parte da história. Pois bem, lidos alguns comentários: nocivos, maldosos, sexistas, machistas e xenófobos, fiquei brava e resolvi me manifestar. Gostaria de pontuar que haviam comentários problematizando a temática e muito pertinentes. Escrevi um *post* então, com não mais que uns 250 caracteres, dizendo que aquele era o tema da minha Dissertação, que os dados da reportagem não eram mentirosos, que o *Casamento de Crianças* ocorria sim no Brasil, e que precisávamos lembrar que qualquer ato sexual praticado com um menor de 14 anos é estupro de vulnerável. Fechei o *Face* e fui fazer outras coisas. Surpresa a minha quando abro o celular e percebo muitas notificações, eram reações ao meu comentário e algumas respostas. Respostas essas, que me enchem de orgulho do trabalho que viemos desenvolvendo.

Vou contar sobre três respostas. A primeira delas é o contato da própria página, no qual pediam para me chamar no *inbox* para conversar comigo sobre minha pesquisa. Após a troca de materiais, e-mails e conversas, marcamos a entrevista que eu daria ao programa de rádio do Observatório. A entrevista⁸⁶ ocorreu por telefone no dia 19 de setembro, quase um mês após o primeiro contato. Como a sede do Observatório é em São Paulo e não teria como participar do programa presencialmente, entrei ao vivo para participar dos debates. Os artigos escritos por

⁸³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/observatorio3setor/>>

⁸⁴ O Observatório do Terceiro Setor é um grupo brasileiro de comunicação que divulga as boas práticas das organizações sem fins lucrativos, com o propósito de promover a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. É o único grupo de mídia no país dedicado à divulgação do trabalho do terceiro setor. Para isso, contamos com programas de rádio e TV, um portal e perfis nas principais redes sociais. Informações obtidas no site do Observatório. Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 21 set. 2017.

⁸⁵ O programa foi ao ar em 7 de maio de 2017, pelo canal a cabo Globo News, com o nome “Casamento Infantil: a realidade de mais um drama brasileiro”, no horário das 20h30min. Link para o programa: <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/5852587/>>.

⁸⁶ Disponível em: <<http://observatorio3setor.org.br/media-center/radio/casamento-infantil/>>

mim e pela minha orientadora para eventos auxiliaram na construção de textos veiculados pela página.

A segunda resposta é a da Plan International, organização que trabalhou com a UNICEF na construção do relatório “Ela vai no Meu Barco”. A responsável pelo setor Social e de Gênero da instituição, também pediu para conversar comigo por *inbox*, trocamos mensagens, números de telefone e disponibilizei o material que tenho (os artigos feitos para eventos e baseados na Dissertação) para compor o relatório de mapeamento situacional do Brasil. Tendo prometido autorizar o uso da Dissertação, assim que pronta, na campanha contra o *Casamento de Crianças* no Brasil. O contato da Plan é muito importante para a minha pesquisa e para mim como pesquisadora, pois foi através do material que eles ajudaram a produzir que iniciei minha pesquisa, ouvir deles que agora sou “uma fonte de inspiração” é muito gratificante. Fui convidada para participar do documentário sobre o *Casamento Infantil* e da Campanha “Casamento Infantil Não”, organizadas pela Plan em parceria com diversas instituições. Gravei minha participação – que foi uma contribuição teórica para o documentário – com o auxílio do pessoal da TV da Universidade Feevale, no dia 2 de outubro de 2017. Poder acompanhar o desenvolvimento das campanhas nacionais de dentro tem sido um privilégio.

A terceira resposta que vou mencionar, é aquilo que definimos como sociabilização do conhecimento, auxiliar a aprender a aprender. Foi o contato de uma estudante de Mestrado em Psicologia, da Universidade Federal do Pará, que vai estudar a temática – como o *Casamento de Crianças* impacta o desenvolvimento emocional das meninas. Ela já me conhecia de nome, por ter encontrado na sua pesquisa da pesquisa um artigo meu e da professora Sarai, publicado nos anais do Congresso Nacional de Ciências da Comunicação em São Paulo, no ano passado. Ela é co-orientada pela Alice Taylor, (pesquisadora da Promundo responsável pela edição do livro “Ela vai no Meu Barco”). Trocamos mensagens, informações sobre a dificuldade em encontrar materiais e a alegria em nos encontrarmos, ela está no início do Mestrado passando pelas mesmas dificuldades que tive ao montar o referencial teórico da pesquisa. Ela agora poderá partir dos conceitos trabalhados por mim, aliados aos da psicologia.

Creio que o maior retorno da pesquisa seja a disseminação da informação. Conscientizar os alunos que fizeram parte do processo da Dissertação, as pessoas que têm tido contato com a pesquisa e ver que, mesmo nos meus sonhos utópicos, aqueles que eu tinha ainda criança, de mudar o mundo através da educação e da comunicação, são possíveis se cada um fizer um pouquinho. Desde o início dessa pesquisa a professora Saraí me dizia: “se uma pessoa já tomar consciência desse assunto tão importante tu já cumpriu teus objetivos”.

Acredito que ao traçar o processo da infância e analisar as reportagens e notícias e compreender os discursos que ali estavam postos, já havia tratado do meu terceiro objetivo específico “*Refletir sobre como e porque ocorre o Casamento de Crianças no Brasil, problematizando discursos sociais, como a cultura do estupro, a novinha o machismo e o local social atribuído a mulher*”. A infância, e aqui em específico a infância pobre é um problema social. O discurso contido nas notícias e reportagens mostra o valor que damos a essa população, mostra a forma como a sociedade tem muitas vezes enxergado desde muito tempo atrás a população empobrecida. Mostrou que os discursos sobre o sujeito feminino infantil se mantêm muito parecidos com os do século XVI, que ainda culpabilizamos as vítimas, que acreditamos na ideia de que há escolhas e de que as pessoas devem fazer por merecer.

Vivemos em uma sociedade desigual, portanto não há meritocracia quando a oportunidade não é igual para todos. Não podemos acreditar na ideia de que se “busca o bem maior”. Não há equidade, e pensando naquilo que Zigmunt Bauman colocava, não há liberdade de escolha quando há somente uma opção no cardápio. Construimos em várias ocasiões uma sociedade machista e alimentamos ela com cada discurso empregado de ideias patriarcais.

Quando proporcionamos acesso às informações, damos oportunidade que os sujeitos possam decidir sobre aquilo que lhe diz respeito (JAPIASSU, 2005). Infelizmente no Brasil nem o acesso ao direito de ser cidadão é igual para todas as pessoas, conforme fica evidente nas leituras que fiz para o capítulo sobre Direitos Humanos e Cidadania. Já que, a maior forma de dar voz aos sujeitos é a através da educação, e essa não é para todos no nosso país. “[...] é importante ressaltar que, num contexto de extrema desigualdade como o que temos no Brasil, até mesmo a cidadania, entendida aqui como participação, é desigualmente distribuída.” (SCALON, 2011, p. 51).

O documentário “Meninas”, da Sandra Werneck, mostra isso muito bem, elas estão em uma posição de vulnerabilidade social muito grande, o casar cedo e ter um filho, faz com que não tenham acesso à educação. Dessa forma estão sujeitas as decisões das outras pessoas sobre as suas vidas, pessoas essas que muitas vezes têm como princípio o julgamento moral, um julgamento de comportamento, daquilo que elas consideram certo ou errado, na maioria das vezes sem levar em conta o entorno onde as coisas ocorreram.

Uma das meninas mais novas entrevistadas relata que se casou aos 13 com um homem de 36 anos. E mostra a falta de perspectiva como fator fundamental para a decisão, ao dizer o que poderia acontecer caso não estivesse casada: ‘Acho que eu estaria quase

no mesmo caminho que a minha irmã, que a minha irmã tá quase no caminho da prostituição. (ESCOSSIA, 2015)⁸⁷.

As perspectivas de futuro das meninas casadas, são mínimas, contudo, quando elas falam sobre isso elas demonstram, nas notícias lidas, e na interpretação dos alunos para o discurso, um saudosismo daquilo que poderia ter sido e a vontade de estudar sempre aparece, assim como, o desejo de que a vida das irmãs, das filhas sejam diferentes. O terceiro objetivo da pesquisa, foi perpassado pelos outros objetivos, afinal ele se referia à temática refletida na pesquisa

O quarto objetivo específico propunha “*Entender como se constituíram as práticas jurídicas de proteção à infância no Brasil e como as legislações vigentes tratam a temática investigada, com base em uma análise bibliográfica*”. Fazendo as disciplinas do Mestrado já conseguia perceber que falar de Direitos Humanos não era fácil, baseado no senso comum também era possível perceber que o entendimento das pessoas acerca dos Direitos de proteção à infância, esbarravam no mesmo pré-conceito aplicado aos Direitos Humanos. Foi desafiador e instigante poder refletir como a prática do *Casamento de Crianças* no Brasil está atravessada pela falta de um entendimento sobre os Direitos Humanos. Há no país legislações muito concretas sobre os direitos e deveres do público infantil, porém, infelizmente, elas não são nem de conhecimento de todas as pessoas nem aplicáveis a todos os sujeitos.

Enquanto a sociedade acreditar e agir como se algumas vidas humanas fossem mais importantes do que outras nunca teremos equidade. Mas principalmente, nunca atingiremos enquanto objetivo social um olhar igualitário, que ocorre quando aprendemos a nos colocar no lugar do Outro. A menina branca, de classe média alta, vítima de violência, merece atenção e comoção da sociedade, se ela for branca e pobre merece menos atenção, ela sendo negra e pobre, não merece atenção nenhuma. Assim funcionam, também, muitas vezes a nossa legislação. Ela é algumas vezes seletiva, aplicada somente a alguns. Brancos e Cis não são muitas vezes punidos pelos crimes cometidos contra a infância, crimes esses que envolvem desde o tráfico humano ao trabalho escravo infantil.

Os Direitos Humanos não são a salvação da humanidade, lembrando sempre que eles são uma formulação ocidental. Porém, eles são na minha opinião o que de mais próximo temos

⁸⁷ Citação retirada da reportagem Pobreza e abusos estimulam casamentos infantis no Brasil. ESCOSSIA, Fernanda. Pobreza e abusos estimulam casamentos infantis no Brasil. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 9 set.2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150908_casamento_infantil_brasil_fe_cc>. Acesso em: 24 jun. 2016.

de uma legislação de igualdade quando pensamos a infância. Se os textos escritos nos documentos legisladores, conforme relatei no capítulo sobre a legislação brasileira, fossem colocados em prática, teríamos muito menos casos de violência contra a infância. Mas infelizmente eles não são.

O Código Penal brasileiro foi sofrer uma forte reformulação somente em 2009, até essa data constava no texto, por exemplo: que se o homem casasse com a vítima de seu estupro ele não seria punido, isso estava na nossa legislação até menos de 10 anos atrás. As mudanças ocorridas na legislação beneficiaram as mulheres, mas não protegeram elas o suficiente. Uma mulher continua a ser morta em média a cada 2 horas no Brasil, e estima-se que até 2020 teremos um bilhão de meninas casadas.

O debate sobre a forma como a legislação brasileira está constituída tem sido alvo de críticas, principalmente porque ultimamente ela não tem sido respeitada, no âmbito político/jurídico a interpretação sobre quando deve-se respeitar a constituição e quando não, tem parecido estar a critério de cada sujeito. Ao passo que temos alguns avanços sobre a proteção integral da infância, ou sobre a igualdade de gênero, temos propostas por parte de deputados e senadores de um desmonte da proteção ao sujeito infantil. Como, por exemplo, o projeto para a retirada da classificação indicativa dos programas de televisão e o descaso com o *marketing* feito nas propagandas infantis veiculadas através da internet.

Recentemente a medida provisória que modifica as regulamentações sobre o trabalho escravo no Brasil volta a afetar diretamente a população infantil, em específico a população infantil pobre, na qual as crianças começam a trabalhar muito cedo (mesmo isso sendo proibido) por uma necessidade de subsistência básica. Os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2016 dizem que mais de 40 milhões de pessoas foram vítimas da escravidão moderna destas, 10 milhões são crianças. É uma retomada daquilo que vimos sobre o controle infantil na época da ditadura, com as criações de regulamentação dos menores infratores, de um cerceamento do ir e vir desses sujeitos.

Nesse ano (2017), movimentos da sociedade civil propuseram pedidos para a mudança na legislação sobre a idade para contrair o matrimônio legal. Em fase ainda de abaixo assinado para ser protocolado na câmara, a proposta prevê que mesmo em casos de gravidez, o *casamento* não seja permitido, bem como, nenhuma criança com menos de 18 mesmo com autorização dos pais (emancipação) possa se casar no civil. A ideia é diminuir o número de casos legais, buscando formas punitivas sobre as infrações. No meu entendimento é uma medida válida e um grande avanço, porém, as experiências que temos no país relacionadas à mudança na legislação não protegem muitas vezes a população que realmente é afeta por essa

temática, me refiro aqui por exemplo, ao caso do estupro de vulnerável. Se o código penal diz que é crime o ato sexual praticado com um menor de 14 anos, como temos mais de 70 mil *casamentos* entre os 10 e os 14 anos?

A esfera jurídica é muito importante para o bom desenvolvimento da sociedade, porém, existem coisas que estão em outra esfera de processo social. Acredito que o *Casamento de Crianças* opere em outro nível, um que foge a um debate somente do campo jurídico, isso devido ao atravessamento de múltiplos fatores que contribuem para a prática e que estão em outros patamares da sociedade. O que podemos ver por exemplo, quando utilizamos a terminologia *Casamento*. Para o direito o que ocorre não são *casamentos*, já que para eles vale os preceitos legais sobre o que é um matrimônio. Ocorre que se fosse levar “ao pé” da letra o que diz a nossa legislação, deveríamos prender essas mais de 70 mil pessoas maiores de idade que praticam esse “ato sexual” com esses menores.

Já me encaminhando para o final dessas considerações, reflito também sobre o meu processo de amadurecimento, que perpassou cada um dos objetivos propostos na Dissertação. No dia 4 de julho deste ano recebi um recado via *Messenger* da Professora Dinorá, uma das avaliadoras da minha banca de Qualificação, em que ela me falava de um livro que estava lendo e me recomendava que lesse, pois tinha lembrado de mim e de minha pesquisa durante a leitura.

Já tinha ouvido falar de Valter Hugo Mãe, mas nunca havia lido nada dele, que bela surpresa! Um livro todo lindo até na sua estética. Me vi muitas vezes na personagem principal, Halla, que acabará de perder uma irmã. Eu que em meio a escrita da Dissertação passo pela dor que é perder um irmão, o único, assim como a dela. Meus sentimentos se confundiram com o da personagem em muitos momentos, nessa etapa final de escrita. O que mais uma vez fez com que eu ampliasse meu olhar.

“A Desumanização” é um livro sobre o não ser, e o ser o Outro. Como citei na apresentação dessa pesquisa, eu tentei me colocar no lugar do Outro. Aprendi sempre a ter empatia, porém, jamais saberei o que o Outro sente de verdade. A partir da história de Halla, parei para refletir sobre meus privilégios, perto de outras realidades que me cercam. Quando falo, ainda no capítulo sobre a Infância, da minha infância em meio a serra gaúcha, vejo meus privilégios; quando conto no capítulo de Direitos Humanos, sobre as questões que envolvem a educação de mulheres, lembro da minha educação pública de qualidade, vejo meus privilégios; quando reflito sobre a Identidade Infantil, e, penso na minha formação enquanto sujeito, lembro: que não tive que casar para sobreviver, que não sofri violências, que não tive um filho ainda na

adolescência e que principalmente não precisei abrir mão dos meus estudos, do direitos de viver; vejo a todo o momento, os meus privilégios.

Halla, assim como: Lisbeth, Camila, Eloá, as quatro meninas da comunidade da Rocinha, Gabriela e as mulheres da pacata cidade de Ilhéus dos anos 50, além de milhares de meninas e mulheres do nosso país, não tiveram os mesmos privilégios. Não acredito na meritocracia, não acho que saímos do mesmo ponto de partida, nem que as oportunidades são iguais para todos. Deste modo, nós que podemos através da educação, da comunicação ou da área que escolhemos, deixar o mundo um “grão de arroz” com mais equidade, devemos fazer. A frase de um dos trabalhos dos alunos, desenvolvidos para essa Dissertação, traduz isso: “Você não precisa de recompensa é seu dever não fazer parte disso”. É o meu dever, o nosso dever, e o dever de cada uma e cada um daqueles 36 alunos que estiveram comigo e com a professora Saraí na construção desse trabalho.

Termino esse movimento de escrita da Dissertação mudada enquanto pessoa. Fui apropriando os conceitos trabalhados e as experiências vivenciadas. Hoje já tenho novas concepções sobre os Direitos Humanos, sobre Cultura, Comunicação, Gênero e, principalmente, já tenho um entendimento maior sobre o *Casamento de Crianças* no nosso País, concepções diferentes daquelas que tinha quando ingressei no Mestrado, quando fiz a qualificação e com certeza estão diferentes agora e estarão depois de finalizada a Dissertação.

As etapas sobre as quais me propus refletir nessa pesquisa ainda estão em processo de amadurecimento – e creio que sempre estarão. Optamos nesse momento por não analisar imageticamente as campanhas produzidas pelos alunos, pois consideramos que o material precisa de uma reflexão/compreensão e uma socialização cuidadosa e profunda, o que não seria possível fazer nessa pesquisa de Mestrado.

A ideia é continuar estudando a temática em um doutorado, de modo a poder contemplar indagações que surgiram no decorrer dessa investigação, bem como, dar maior ênfase aos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes. Fazer pesquisa não é um processo estático. Todas as ideias debatidas nesse texto são pensamentos em construção e espero que seja assim por muito tempo, afinal o aprendizado é constante. Aprendemos a vida toda, num ir e vir. E é nesse aprendizado diário que vou me consolidando enquanto pesquisadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI COMUNICAÇÃO E DIREITOS). **Infância e Juventude**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ana Paula. Heráclito. **InfoEscola: navegando e aprendendo**, [S.l.]. 2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofos/heraclito/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1971. p. 15-19, 118-141, 165-173.

BANCO MUNDIAL. **Fechando a Brecha: Melhorando as Leis de Proteção à Mulher contra a Violência**. Washington, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Google%20Drive/Mestrado%20Diversidade%20Cultural%20e%20Inclus%C3%A3o%20Social/Projeto%20de%20Pesquisa/3%20CONTEXTUALIZA%C3%87%C3%83O%20-%20INF%C3%82NCIA/3.2%20O%20CASAMENTO%20INFANTIL%20NO%20BRASIL/Legila%C3%A7%C3%A3o/Fechando-a-Brecha-WBL-Port.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza o Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Bauman sobre Bauman**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2011.

_____. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEATRIZ, Marta. **O traje das crianças**. Ponta Grossa, 19 ago. 2012. Disponível em: <<http://estudodainfancia.blogspot.com.br/2012/08/o-traje-das-criancas.html>>. Acesso em: 29 jun. 2016. Blog: História da Educação Infantil.

BOAS, Franz. As limitações do método comparativo em Antropologia. In: CASTRO, Celso (Org.). **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 25-40.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins. **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. p. 23-42.

_____. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

BORUCHOVITCH, Mônica Monteiro da Costa. **A programação infantil na televisão brasileira sob a perspectiva da criança**. 2003. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) -- Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Decreto nº 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida a leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 3. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2008.

_____. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional da criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de

corrupção de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2>. Acesso em: 24 jun. 2016.

_____. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral.** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica/Diretoria de Currículos e Educação Integral – Brasília, 2013.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê.** Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006

_____. Um olhar. **Zero Hora,** Porto Alegre, p. 50, 1999.

CAMACHO AZURDUY, Carlos A. Democratización de la sociedad: Entre el derecho a la información y el ejercicio de la ciudadanía comunicativa, **Sala de Prensa,** [S.l.], Ano 6, v. 3, n. 71, p. 1-10, 2004. Disponível em: <www.saladeprensa.org/art563.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

CASAMENTO. In: AMORA, Soares. **Minidicionário:** da Língua Portuguesa. 19. ed. São Paulo, 2009, p. 128.

CASTELLS, Manuel. A construção da identidade. In: _____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 22-28.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo:** buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. Problemas de abordagem na análise do discurso. In: _____. **Linguagem e discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

COLLING, Ana. A construção histórica do masculino e do feminino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Org.). **Gênero e Cultura:** questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Convenção americana sobre os direitos humanos:** assinada na Conferência especializada interamericana sobre direitos humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 18 mar. 2017.

COMPARATO, Bruno Konder. **Especialização em Educação em Direitos Humanos.** São Paulo: USP, 2015.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Lei Maria da Penha** – a lei é mais forte, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE- eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul./dez, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Califórnia, 2004.

ESCOSSIA, Fernanda. Pobreza e abusos estimulam casamentos infantis no Brasil. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 9 set. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150908_casamento_infantil_brasil_fe_cc>. Acesso em: 24 jun. 2016.

FERREGUETT, Cristiane. **Relações dialógicas em revista infantil**: processo de adultização de meninas. 243f. 2014. Tese (Doutorado em Letras) -- Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Porto Alegre, 2014.

FOLETTTO, Rafael. Desenhando os caminhos do fazer científico através da concepção epistêmica transmetodológica. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Org.). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 69-83.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio/ago. 2005.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2016**. São Paulo: Coktail Gráfica e Editora, 2017. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/abrinq/cenario_brasil_abrinq_mar2016.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

GOOGLE. **Tire o máximo partido do seu conteúdo**: um manual para editores da Web. Califórnia: Google Inc., 2008.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da Infância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 195-214, 2010.

GOULART, Michel. 35 fotos post mortem [feitas após a morte]. **História Digital**. [S.l.], 20 maio 2014. Disponível em: <<http://www.historiadigital.org/curiosidades/35-fotos-post-mortem-feitas-apos-a-morte/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

GOULART, Patrícia Krempel. **A Origem e Evolução do Casamento na História do Direito da Família**. 2002. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Curso de Ciências Jurídicas, Universidade Tuiuti, Paraná, 2002. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/11/A-ORIGEM-E-EVOLUCAO-DO-CASAMENTO-NA-HISTORIA-DO-DIREITO-DE-FAMILIA.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: _____(Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Brasília: Ipea, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2013/IBGE, Coordenação de Trabalhos e Rendimento. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2014/IBGE, Coordenação de Trabalhos e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

INFÂNCIA. In: AMORA, Soares. **Minidicionário**: da Língua Portuguesa. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 387.

JANCZURA, Rosane. Risco ou Vulnerabilidade Social? **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

JAPIASSU, Hilton. A origem humana do poder e da opinião pública. **Em debate – PUC Rio**, Rio de Janeiro, p. 1-8, 2005. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6561/6561.PDF>>. Acesso em: 20 set. 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LARSSON, Stieg. **Os homens que não amavam as mulheres**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LEFEVRÈ, Fernando; LEFEVRÈ, Ana Maria Cavalcanti. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: LEFEVRÈ, Fernando; LEFEVRÈ, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. p. 11-36.

LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Abandono de Crianças Negras no Rio de Janeiro. In: PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 61-75.

MÃE, Valter Hugo. **A Desumanização**. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.

MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, n. 9, p. 1-15, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/299>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social, 2013. p. 31-54.

_____. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e teórica. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p.277-303.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 13-17; p. 43-47; p. 69-75; p. 84-88

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, São Paulo, ano 8, n. 458, ed. 70, dez. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MARTINS, José de Souza. Introdução. In: _____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 9-24.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teóricos: políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan./abr. 2006.

MENINAS. Direção: Sandra Werneck, Produção: Sandra Werneck, Brasil: Cineluz, Giros, 2006. 1 DVD (1h11min), son., color.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO G.; NECKEL J.F.; GOELLNER, S. V. (Org). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003. p. 9-27,

MCKINLEY, Terry. O que é pobreza? Boa pergunta. **Centro Internacional de Pobreza**, Brasília, n. 26, p. 1-2, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/node/27273>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, 2003.

MONTEIRO, Sandra Lopes et al. A análise do discurso e questões sobre a linguagem. **Revista X**, v. 2, p. 1-18, 2006.

MOREIRA, Isabela. A novinha é apenas uma criança. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, 25 maio. 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/novinha-e- apenas-uma-crianca.html>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

_____. 6 coisas que você precisa entender sobre a cultura do estupro. **Revista Galileu**, São Paulo, 1 jan. 2016. Disponível em:

<<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/06/6-coisas-que-voce-precisa-entender-sobre-cultura-do-estupro.html>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paula Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MORR, Maria Lucia de Barros. Ser Mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista História**, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18594>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. Nova York, 20 nov. 1959. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, Paris, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NADER, Maria Beatriz. **Casamento no Brasil: o Olhar da historiografia**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/beatriz4.htm>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

NENHUM DE NÓS. **Camila**. [S.l.] 1987. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/nenhum-de-nos/28024/>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

NERY, Jamile. **A infância está desaparecendo**. Salvador, 5 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.maeparamaes.com/2012/08/a-infancia-esta-desaparecendo.html>>. Acesso em: 21 jun. 2016. Blog: Mãe para mães.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

O COMEÇO DA VIDA. Direção: Estela Renner, Produção: Maria Farinha Filmes, Brasil: UNICEF, Instituto Alana, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Bernard Van Leer, 2016. 1 DVD (1h37min), son., color.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Sobre a ONU**. Nações Unidas do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **OIT Brasília**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_584323/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.

QUEM MATOU ELOÁ. Direção: Livia Perez, Produção: Doctela, 2015. 1 DVD (24min), son., color. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=quem_matou_elo>. Acesso em: 12 set. 2017.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-2-PISCITELLI-Adriana-Re-criando-a-categoria-Mulher.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

_____. A história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-149.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. O casamento no Brasil Colonial: um ensaio historiográfico. **Em tempos de história**, Brasília, n. 9, p. 20-38, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/2641/2191>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da infância: contribuições para o debate. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, p. 137-162, jul./dez. 2002.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos Humanos: sujeito de direitos e direito do sujeito. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Paraíba: UFBP, 2007. p. 231-244.

RODRIGUES, Lucia de Oliveira. História do Casamento, **Mundo educação**, [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/historia-casamento.htm>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. **Infância Roubada**: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Construção Intercultural da Igualdade e da Diferença. In: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 279-316.

_____. A sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia dos saberes. In: _____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007a. p. 17-49.

_____. Para uma Concepção Intercultural dos Direitos Humanos. In: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 279-316.

_____. Poderá o direito se emancipatório. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 65, p. 3-75, maio, 2013. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF>. Acesso em: 9 ago. 2016.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. **Revista HISTERDBR**, Campinas, n. 28, p. 224-238, dez. 2007b. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/20>> Acesso em: 20 set. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurim Editora, 2004.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, p. 128-133, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6719>>. Acesso em: 21 set. 2017.

SEGATO, Rita Lana. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos Direitos Universais. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, abr. 2006, p. 207- 236.

SILVA, Jonathan Fachini da. A ascensão é a sobrevivência: universo da exposição de crianças na freguesia Madre de Deus em Porto Alegre (séc. XVIII e XIX). In: CARDOZO, José da Silva et al. (Org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 132-162.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOUSA, Rosinaldo Silva. Direitos Humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. In: LIMA, Robert Kant de; NOVAES, Regina Reyes (Org.). **Antropologia e direitos humanos** – Prêmio ABA/FORD. Niterói: EduFF, 2001. p. 47-79.

STEARNS, Peter N. **A infância** – História Mundial. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

STEINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L. **Cultura infantil**: A construção corporativa da infância. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

TAYLOR, Alice et al. **“Ela vai no meu barco”** Casameno na infância e adolescência no Brasil. Resultado de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo; Promundo – US, set./2015.

TRAQUINA, Nelson. A cultura noticiosa. In:_____. **O que é jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

UNICEF BRASIL. **Quem Somos**. UNICEF no Brasil. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Biblioteca.** UNICEF no Brasil. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/resources.html/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Nossas prioridades.** UNICEF no Brasil. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

VIDA MARIA. Direção: Márcio Ramos. Ceará, 2006, 1 DVD (9 min), son., color.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2006.

VYGOTSKY, Levi S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martin Fontes, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

ZIMERMAN. Regina. **Literatura Infantil:** autoritarismo e emancipação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Novo Hamburgo 30 de novembro de 2016.

Prezado/a Acadêmico/a!

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer e discutir com acadêmicos dos cursos de Comunicação Social (Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Jornalismo) da Universidade Feevale e matriculados na disciplina Mídia e Cultura 206/2 os seus entendimentos sobre questões de gênero e sexualidade, infância, direitos humanos tendo como o foco o **CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL**.

Esse processo de investigação é considerado também um processo educativa mediada em que possibilitará: analisar criticamente alguns materiais sobre a temática e confrontando-os com seus conhecimentos. A pesquisadora responsável pela pesquisa é a Profa.^a Dra.^o Saraí Schmidt (docente do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultura e Inclusão Social). A análise do material será utilizada como etapa da Dissertação de mestrado de **Vitória Brito Santos** desenvolvida no referido programa

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui esclarecida/o, de forma clara e livre de qualquer forma de constrangimento ou coerção dos procedimentos da pesquisa.

Fui igualmente informado:

1. Da garantia de receber respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa as.
2. Da segurança de que os participantes não serão identificados nominalmente e que se manterá o caráter confidencial e anônimo das informações. Assim, as informações e resultados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.
3. Da ausência de custos pessoais e financeiros.

Concordo e autorizo.

Assinatura do Responsável: _____

CPF: _____ RG: _____

APÊNDICE B – TABELA DO MATERIAL COLETADO

Titulo	Sobre o que é	O que é	Sobre o Brasil	Data	Site
Os bastidores da reportagem que foi buscar as crianças casadas no Brasil	Fala sobre a motivação da jornalista em fazer a reportagem Noivas Meninas – Revista Claudia (janeiro de 2016)	Reportagem	Sim	8 jan. 2016	M de Mulher
Este Video da Unicef sobre casamento infantil é um tapa na cara de todos nós	Sobre a campanha institucional da UNICEF/ONU	Notícia	Não	8 mar. 2016	HuffPost Brasil
Pobreza e abusos estimulam casamentos infantis no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	9 set. 2015	BBC Brasil
Ela vai no meu Barco: casamento na infância e adolescência no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Sumário executivo	Sim	S.d	Promundoglobal
Pobreza e abusos estimulam casamentos infantis no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	9 set. 2015	G1 – Replicado BBC
Brasil é o 4º país em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Noticia	Sim	9 set. 2015	UAI – em.com.br
Prevenção do Casamento na Infância e na Adolescência	Traz informações sobre a prevenção de casamentos na infância e na adolescência	Noticia	Sim		Promundo
Casamento Infantil no Brasil	Reportagem sobre as meninas que casaram cedo feita pela TV Justiça de Cuiabá	Video disponível no Youtube	Sim	14 mar. 2016.	Youtube (Sandra Rocha)

Origem dos casamentos infantis no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	06 fev. 2016.	Pragmatismo Político Replicando BBC
Casamento infantil. Uma prática comum no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	S.d	Guia Infantil.com
Nova iniciativa da ONU vai proteger milhões de meninas do casamento infantil	Sobre novo programa da UNICEF para mobilizar governos e comunidades sobre o casamento infantil na África Ásia e Oriente Médio	Notícia institucional	Não	8 mar.2016	ONUBR
Casamento Infantil no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	5 nov. 2015	FEMINISM'S THE NEW BLACK
Educação de gênero pode evitar casamento na infância e adolescência, diz estudo	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	9 set. 2015	EBC Agencia Brasil
Brasil é o quarto país com mais casamentos de crianças e adolescentes	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP – cita a reportagem feita pela TV Brasil	Notícia	Sim	11 set. 2015	EBC – Replicado TV BRASIL
Evitar casamento infantil é desafio no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	9 set. 2015	Band.com.br
Casamento Infantil	Informações sobre como ocorre o casamento infantil no mundo	Página da Wikipedia	Não	Atualização em 2016	Wikipedia

Brasil é o 4º país do mundo onde há mais casamentos infantis	Traz os dados da pesquisa Ela vai no meu Barco e fala sobre as jovens no Maui	Notícia	Sim	8 mar. 2016.	Portal R7
Gravidez precoce: Brasil tem índice de país que permite casamento infantil	Fala sobre os altos índices de gravidez de meninas menores de 18 anos - Mesma notícia do site JusBrasil	Notícia	Sim	15 mar. 2016	Folha Nobre
Gravidez precoce: Brasil tem índice de país que permite casamento infantil	Fala sobre os altos índices de gravidez de meninas menores de 18 anos – Mesma notícia do site Folha Nobre	Notícia	Sim	Abril de 2016	JusBrasil
Unicef divulga vídeo chocante: parece o casamento perfeito, não fosse pelo final	Sobre o vídeo institucional da UNICEF	Notícia	Não	S.d.	Bolsa de Mulher
Brasil: Casamento infantil que não se vê	Fala sobre as práticas do casamento no Brasil e naturalização disso	Notícia	Sim	16 jun. 2016.	Andi replicado Diário de Pernambuco
Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - igual as informações do 36,44, 60, 71 e 72	Texto em blog	Sim	9 set. 2015.	Blog do Assu
Nova iniciativa internacional vai proteger milhões de meninas do casamento infantil - UNICEF/UNFPA	Sobre novo programa da UNICEF para mobilizar governos e comunidades sobre o casamento infantil na África Ásia e Oriente Médio	Notícia	Não	08 mar. 2016.	UNFPA Brasil
Casamento infantil no Brasil?	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	14 out. 2015	Eseba em notícias

Brasil é o 4º país do mundo onde há mais casamentos infantis	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - mesma notícia do Portal R7	Notícia	Sim	8 mar. 2016	Hoje Mais replicado do Portal R7
Pelo fim do casamento infantil	Video institucional da UNICEF contra o casamento infantil	Video	Não	6 abr. de 2016	Página do da ONU Brasil no Facebook
Casamento Infantil no Brasil	Cita o link da reportagem Os bastidores da reportagem que foi buscar as crianças casados no Brasil	Notícia	Sim	20 fev. 2016	Crimonologia Psicologia UFRJ
Harare e Chiredzi, Zimbábue	Sobre a viagem do grupo Think Twice Brasil ao Zimbábue	Relato de Experiência	Não	25 out. 2014	Think Twice Brasil
Casamento infantil no Brasil é solução contra a pobreza	Texto de Blog sobre os dados de meninas em união com homens mais velhos do Censo de 2010	Texto em blog	Sim	11 set. 2011	Nova Otica - Um novo olhar para o Planeta.
Projeto de lei que criminaliza o casamento infantil é reprovado no Paquistão por ser “anti-islâmico”	Sobre o Casamento no Paquistão	Notícia	Não	15 jan. 2016	Metrópolis
Líderes religiosos contra casamento infantil	Líderes religiosos do Oriente que são contra o casamento	Notícia	Não	29 fev. 2016	Envolverde
Pesquisa apresenta dados sobre casamento na infância no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	18 set. 2015	Catraquinha
UNICEF lança campanha chocante contra o casamento infantil	Sobre o vídeo institucional da UNICEF	Notícia	Não	12 mar. 2016	Todo e Todas
Paquistão não aprova lei contra casamento infantil por ser anti-Islã	Sobre o Casamento no Paquistão	Notícia	Não	S.d	Ateus do Brasil replicado de The Express Tribune

Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - igual as informações do 23,44, 60, 71 e 72	Texto em blog	Sim	9 set. 2015	Blog Robson Pires o Xerife
ESTUDO : Casamento na infância: MA ocupa o 2º lugar, segundo pesquisa	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	29 out. 2015	Imigrante.com
PE amplia acesso a serviços de saúde para trans e travestis	Sobre o acesso a saúde para trans e travestis	Notícia	Sim	28 jun. 2016	Página do governo do estado de Pernambuco
Parem de casar as nossas crianças!	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	11 set.2015	Blog Mulherzinha
Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	9 set. 2015	Informativo Atitude
País “fecha os olhos” para os casamentos infantis, alerta ONG (Folha Web – 26/07/2015)	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	26 jul. 2015	Compromisso e atitude
Maranhão é o estado brasileiro com o maior numero de casamentos infantis	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	01 jul. 2016	Interligado
UNICEF chama atenção para casamento infantil em vídeo difícil de assistir	Informações sobre o vídeo institucional da UNICEF	Notícia	Não	8 mar. 2016	B9

Brasil é o quarto país no mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - igual as informações do 23, 36, 60, 71 e 72	Notícia	Sim	9 set. 2015	Correio do Estado
Garota de 15 anos se dedica a luta pelo fim do casamento infantil	Sobre uma menina Síria que se aliou a ONU refugiados para auxiliar contra o Casamento	Notícia	Não	06 maio. 2016	Projeto brasil sem pedofilia (originalmente postada no site da Capricho)
Unicef divulga vídeo chocante: parece o casamento perfeito, não fosse pelo final	Video institucional da UNICEF contra o casamento infantil, dados sobre o Brasil	Notícia	Sim/Não	2016	Vix
Pedofilia não existe limite de idade para Casamento no Islão	Sobre como funciona o casamento no Islã, regido sobre o Alcorão e sobre as práticas de Maomé	Notícia	Não	11 mar. 2016	Lei Islâmica em Ação
Pobrezas estimulam o casamento infantil no Brasil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	11 set. 2015	Site Terra, repostado da BBC Brasil
Casamento infantil: Brasil vai mal no ranking mundial	Quando abrimos a página não aparece nenhum texto	Notícia	Sim	8 ago. 2016	PATMED (Anatomia Patológica e Citologia)
África registra as mais elevadas taxas de casamento infantil	Sobre o Casamento Infantil na África	Notícia	Não	10 dez. 2015	Brasileiros
Grande vitória: proibido casamento infantil no Zimbábue	Sobre a lei que proíbe o casamento infantil no Zimbábue para crianças com menos de 18 anos	Notícia	Não	10 fev. 2016	Revista Pazes
África subsaariana tem as mais levadas taxas de casamento infantil	Sobre o alto índice de casamentos na infância	Notícia	Não	10 dez. 2015	Brasil soberano e livre

Gravidez precoce: Brasil tem índice de país que permite casamento infantil	Fala sobre os altos índices de gravidez de meninas menores de 18 anos - Mesa notícia do site JusBrasil	Notícia	Sim	08 ago.2016	Jus Notícia
Experimento registra a reação das pessoas ao casamento infantil	Sobre um ensaio fotográfico de mentira realizado no Líbano, de forma a conscientizar as pessoas sobre o casamento.	Notícia	Não		Araquara News
Casamento infantil: discriminação e violência	Sobre as formas como se dá o casamento no mundo	Artigo	Não	Nov.2014	Jus Navegandi
África e Ásia apresentam altos índices de casamento infantil	Sobre o casamento nesses países e o impacto que isso causa na educação	Notícia	Não	1 mar. 2011	Opinião e notícia
Maranhão participa de pesquisa sobre casamento na infância e adolescência	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UF, mas a reportagem tem como foco a parte de entrevistas realizadas no Maranhão	Notícia	Sim	3 out. 2015	Site do Governo do Maranhão
Educação de meninas evita o casamento na infância	Sobre o Girl Summit, e como o ensino pode auxiliar no casamento infantil	Notícia	Não	23 jul. 2014	Site da UNESCO
Casamentos infantis no Iêmen	Documentário sobre o casamento no Iêmen	Notícia sobre o documentário	Não	10 out. 2015	Tabibito Sou
Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - igual as informações do 23, 36,44, 71 e 72	Texto em blog	Sim	09 set. 2015	Blog do JP

Casamento não é brincadeira	Sobre as questões econômicas que levam ao casamento	Notícia	Não	04 fev. 2014	Página 22
Pesquisa revela dados sobre casamento na infância no norte e no nordeste	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP	Notícia	Sim	10 ago.2015	Ultimato
O manual islâmico para um casamento feliz	Livro lançado no Canadá sobre como os maridos devem tratar as mulheres	Notícia	Não	10 out. 2012	Mídia sem mascara
Casamento Infantil no Mundo é mais comum do que se pensa	Sobre os números grandes de casamento infantil, e suas vinculações com a pobreza e as catástrofes naturais.	Notícia	Não	25 set. 2011	O Brasileirinho
Casamento Infantil: Brasil vai mal no ranking mundial	Lembra o sequestro de meninas na Nigéria, e traz dados do Casamento Infantil no mundo e informações sobre a parceria global “Girls Not Brides”	Texto em blog	Sim/Não	17 maio 2014.	UOL Blog – Dr Alexandre Faisal
A verdade sobre os casamentos forçados no Paquistão	Sobre como funcionam os casamentos forçados na cultura Asiática	Notícia	Não	06 jun. 2012.	Folha.com
Declaração Universal dos Direitos Humanos	Redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	Resolução	Não		UNICEF Brasil
Trabalho Infantil	Sobre os dados do Trabalho Infantil no Brasil	Notícia	Sim	2013	Promenino Fundação Telefônica
Pobreza condena milhares de meninas da Ásia a casamento forçado	Sobre os dados de casamento em Bangladesh, país que tem a primeira colocação no ranking de Casamentos Infantis	Notícia	Não	8 nov. 2015.	El País Brasil

Menina morre de sangramento interno depois de casamento forçado no Iêmen	Sobre a morte de uma menina de 13 anos, casada com um rapaz de 20, que morreu de hemorragia após ter uma relação sexual	Notícia	Não	09 abr. 2010	BBC Brasil
Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - igual as informações do 23, 36, 44, 60 e 72	Texto em blog	Sim	Set. 2015.	Blog Jacó Costa
Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil	Sobre os dados da pesquisa Ela vai no Meu Barco realizada pela Promundo em parceria com a UFP - igual as informações do 23, 36, 44, 60 e 71	Texto em blog	Sim	09 set. 2015.	Blog do Montoril
Casamento Infantil: UNICEF acredita que 22 milhões de meninas menores de 18 anos estejam casadas	Sobre os dados do casamento Infantil no Mundo, e sobre os riscos de uma gravidez precoce.	Notícia	Não	23 jul. 2014.	Folha do ES
UNICEF: um casamento infantil nunca será um casamento perfeito	Sobre o video feito pela UNICEF contra o casamento infantil	Notícia	Não	08 mar. 2016.	Rádio Evangelho
Brasil: casamento infantil é usado por meninas para evitar violência doméstica	Mostra uma imagem de uma menina grávida	Tweet do jornal O Globo	Sim	15 jul. 2015	Twitter do Jornal o Globo

LEGENDA	AS NOTÍCIAS COM INFORMAÇÕES IGUAIS SOBRE OS DADOS DA PROMUNDO
	NA COR MAROM CLARO AS NOTÍCIAS QUE NÃO SÃO SOBRE O BRASIL
	NA COR LARANJA AS NOTÍCIAS QUE SÃO EXATAMENTE IGUAIS
	NA COR AZUL A PÁGINA QUE NÃO TEM UM TEXTO
	NA COR ROXA AS NOTÍCIAS NÃO SÃO SOBRE O TEMA DA PESQUISA
	NA COR VERDE O SUMÁRIO EXECUTIVO DO LIVRO DA PROMUNDO

APÊNDICE C – MODELO FICHA DE ANÁLISE

FICHA DE ANÁLISE
Título da Notícia ou Reportagem: Os bastidores da reportagem que foi buscar as crianças casadas no Brasil
Data: Publicado em 08 de janeiro de 2016
Site: M de Mulher
Autor da Notícia ou Reportagem: Patrícia Zaidan
Fotógrafo: Victor Moriyama
Informações importantes: A reportagem conta os bastidores (impressões da repórter) da reportagem realizada por ela para a versão impressa da Revista Claudia de janeiro de 2016). Traz a visão da repórter sobre a temática do Casamento Infantil, além de dados da pesquisa do Instituto Promundo, porém essa reportagem tem um grande diferencial, que é o de a jornalista ter ido atrás de pessoas para entrevistar. Ela não replicou somente as notícias com os dados do IBGE ela escreveu e contou sua própria história.
Fontes oficiais: Traz os dados do IBGE e da UNICEF
Entrevistas: A reportagem traz entrevistas com meninas que se casaram ainda na infância, com relatos de como é a vida de casada, a maternidade que logo chega e as condições de pobreza mesmo nas grandes capitais.
Trechos importantes do discurso: “Nunca tinha ouvido falar em casamento infantil no Brasil até 2013. Fiquei estarrecida. Como podia ser verdade? Supunha que fosse uma realidade da África Subsaariana ou do Sul da Ásia, onde fome ou tradições e ritos se impõem”. “Tive notícias de tantas adolescentes se submetendo a um marido violento, com dois ou três filhos nos braços. E de homens – alguns com mais de 40 anos – que adoram casar com meninhas firmes de carne e a quem eles podem moldar o caráter”. “Depois de Inhapi, percorremos Canapi (AL), Colombo (PR), e uma das maiores favelas do país, Heliópolis – não haveria nenhuma dificuldade de encontrar meninas casadas nessa comunidade paulistana. Enquanto Victor fotografava, ali, Thainá Darri, 17 anos, casada desde os 15, dezenas de meninas iam se juntando para saber o que fazíamos. Dei a pauta e elas quiseram saber porque tanta curiosidade sobre algo tão comum. Várias, entre 14 e 16, carregavam um filho”. “Na mesma cidade, Joyce Pinheiro, mãe de gêmeas aos 15, teme as estrias e que o marido a troque por uma menina mais magrinha. Ela conta: “Das 20 colegas que estudavam comigo, 16 estão casadas ou são mães solteiras”.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO EXPLORATÓRIO**Questionário de identificação dos estudantes**

Idade: _____

Curso: _____

Semestre: _____

Identidade de Gênero: _____

Profissão: _____

Por que escolheu esse curso? _____

Já tinha visto/ouvido falar sobre o Casamento Infantil no Brasil? _____

Se sim. Em que lugar (ex: televisão, reportagem de jornal, palestras)? _____

Como você avalia o Casamento Infantil no Brasil? _____

O que você entende por gênero? _____

O que você entende por Direitos Humanos? _____

O que você entende sobre a relação Mídia e Educação? _____

Você acha que deveria aprender sobre essas temáticas no seu curso? Por quê? _____

APÊNDICE E – MODELO TABELAS PARA ADSC

Grupo 1				
Contexto Social				
Expressões Chaves	o direito de escolha	Aqui até um dos dados que nos chamou atenção é que 66% foram mulheres que responderam. Certo foi talvez e surge mais questionamento. Será foi porque talvez o Casamento Infantil chame mais atenção para o sexo feminino do que para o masculino?	Então apesar de já terem ouvido falar, eles não sabiam que era uma prática comum no Brasil. Então é ainda um assunto que tem que ser trabalhado de uma forma talvez mais claro, porque ou a gente não está aberto também para entender esse assunto, porque para entender o Casamento Infantil enfim, como a gente vem estudando tem todo um contexto, não é simplesmente falar sobre Casamento Infantil, mas sim entender o contexto que envolve. E um todo.	uma gama muito grande de conteúdos para colocar aqui sobre o Casamento Infantil sobre o contexto o entorno e durante toda essa semana a gente foi colocando o que a gente conseguiu
Cultura do Machismo				
Expressões Chaves				
Falta de notícias				
Expressões Chaves	assunto que ainda é pouco conhecido pela grande mídia não é tão falado ou não é exposto da maneira correta;	até porque hoje em dia a gente tem uma certa dificuldade de atingir as pessoas com conteúdo real	um assunto muito difícil de ser tratado pela pouca visibilidade que ele tem nas grandes mídias,	esse assunto que ainda não é tão visível e muitas vezes a forma em que é colocado a gente as pessoas em geral que são leigas no assunto não consegue entender qual é a dimensão dele dentro do contexto que a gente vive.
Pobreza				
Expressões Chaves	vulnerabilidade social	uma prática que acontece ao redor do mundo seja por situações que nem durante do Brasil a gente viu também pela vulnerabilidade social isso também consta como no caso de refugiados também as meninas muitas vezes são vendidas fica uma semana com uma pessoa enfim mais por busca de alguma, de ter uma condição melhor de vida para elas.		

Jovens - Cabeça aberta				
Expressões Chaves	A nossa ideia inicial foi fazer algo que fosse simples e que pudesse atingir então pelo menos alguns amigos nossos no Facebook de uma forma mais simples, o assunto;	Então foi a ideia da nossa página foi atingi os nossos amigos primeiramente		
Casamento Infantil em outras partes o mundo				
Expressões Chaves	Mas a intenção então é de mostrar que isso acontece não só aqui para nós, mas em todos os lugares do			
O casamento Infantil				
Expressões Chaves	“100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados durante a próxima década”	“Você já viu falar sobre casamento infantil?”, 62,5% por cento responderam que sim e 37,5% responderam que não.	Você sabia que o casamento infantil é uma prática comum no Brasil? ”, 67% respondeu que não e apenas 12% responderam que sim.	“Você é a favor ou contra?” Então, 97,5% é a favor e apenas um voto que gerou 5% é contra, a favor. E 97,5% contra

APÊNDICE F – DINÂMICA DAS AULAS (DIÁRIO DE CAMPO)

Iniciei o estágio no primeiro dia de aula do segundo semestre e foram ao todo 16 aulas; seriam 20 aulas, contando a aula do Exame final (a qual não tivemos, pois não teve nenhum aluno que precisasse), e três feriados nacionais (7/09, 12/10 e 02/11).

A primeira aula foi de apresentação, conforme relato no início do **capítulo 5**. Após as apresentações iniciamos as atividades do planejamento. Primeiramente entregamos o cronograma da disciplina, lemos com eles as atividades de cada aula e depois realizamos uma dinâmica para conhecermos melhor as noções de mídia, de fatos noticiosos e as personalidades que tinham cada um. A dinâmica ocorreu da seguinte forma: distribuímos imagens de personalidades (uma para cada trio – formato de disposição das classes na sala), pedindo que eles reconhecessem quem era a pessoa e refletissem se estivessem no lugar daquela pessoa com a visibilidade que ela possui fariam a mesma coisa que ela faz. A atividade foi muito bacana e serviu para compreendermos um pouco mais sobre as posições midiáticas e políticas e sociais de cada estudante, ainda de forma superficial, mas já possibilitou que tivéssemos noção sobre o todo da turma. Depois dessa atividade realizamos então a leitura do texto “Um olhar” da Eliane Brum, debatemos e refletimos sobre o texto.

Na segunda aula começamos falando sobre a abertura das Olimpíadas e como funciona a cobertura midiática de um evento de grande porte, falamos ainda sobre o lançamento do jogo de realidade aumentada *Pokémon GO*, que havia sido lançado no dia anterior, conversamos sobre as lógicas de produção tecnológica e sobre o *marketing*. Trabalhamos com eles um *Power Point* com imagens de campanhas publicitárias desde a década de 80, com o intuito de problematizar as práticas e as lógicas comunicacionais, principalmente a ideia de que para vender um produto, dar uma notícia, promover alguém, podemos fazer qualquer coisa, esquecendo as lógicas éticas, o respeito à cultura dos povos, e principalmente o respeito ao Outro, tema tratado com eles na aula anterior, através do texto da Eliane Brum.

Na terceira e na quarta aula os alunos tinham um texto para ler em casa – leitura prévia, para o debate em sala. Trabalhamos o texto “Exaustos-e-correndo-e-dopados”, da Eliane Brum. Utilizamos um *Prezi* com trechos do texto e ligações com as notícias e as atividades midiáticas que estamos acostumados a ver no dia a dia; debatemos e refletimos sobre o texto. A reflexão foi pautada principalmente pelo ideal de cultura do sucesso e pela depressão, doença que atinge milhares de jovens atualmente.

Na quinta aula começamos o debate falando sobre a campanha da Revista *Vogue* para promover a venda de ingressos para as Paraolimpíadas, que havia sido lançada no dia anterior

e trazia os atores da Rede Globo, Cléo Pires e Paulinho Vilhena, sem membros do corpo, representando Pessoas com Deficiência (PCD), neste caso falamos sobre a linha tênue entre a emoção e o sensacionalismo, sobre as minorias e a forma de representação da mídia em relação a essas parcelas da sociedade. Após, assistimos ao filme “Pequena Miss Sunshine”⁸⁸, que conta a história de uma menina (Oliver) que vai participar de um concurso para pequenas Misses. O filme trata de alguns assuntos como: depressão, homossexualidade, sucesso, família, estereótipos de beleza e gênero, debatemos todos esses assuntos pensando o papel da mídia nesses processos. Após a assistência do filme pedimos que os alunos se dividissem em grupos de cinco pessoas para uma atividade preparatória para a primeira avaliação.

A sexta aula foi feriado nacional de 07 de setembro.

A sétima aula foi a da Semana Acadêmica da Feevale, nesse dia propomos como atividade um cine-debate sobre o documentário “Meninas”, de Sandra Werneck⁸⁹, a sessão ocorreu na sala 310 do prédio Azul, e contou com a participação da professora de História e Mestra em Processos e Manifestações Culturais Claudia Duarte, que foi nossa convidada para debater o documentário com os alunos presentes. Foi um momento muito bom, de novos aprendizados e de trocas com outros cursos, pois haviam alunos dos cursos de Artes, Psicologia e Pedagogia da universidade.

A oitava aula foi a apresentação do trabalho preparatório para a atividade avaliativa. Os alunos fizeram uso do *Google Apresentações* (Apresentação de *Slides* colaborativa do *Google Chrome*), onde todos trabalharam na mesma apresentação de forma *online*. A apresentação em aula foi muito legal, os grupos compreenderam bem as ideias debatidas no texto e conseguiram fazer as relações com o filme, além de problematizarem o papel da mídia nos processos sociais.

Na nona aula os alunos realizaram a Atividade Avaliativa I, que consistia em desenvolver um texto que relacionasse o papel da mídia e da cultura com os materiais trabalhados em aula até o momento.

Para a décima aula os alunos tinham um artigo para leitura, escrito por mim e pela Profa. Saraí para um evento⁹⁰. O artigo tratava do tema da minha Dissertação e sobre o processo da mídia enquanto local de educação. Debatemos e refletimos sobre o texto, com o auxílio de um material visual. Trabalhamos as “ideias” de gênero, direitos humanos e mídia, falamos sobre a importância das nomenclaturas corretas quando estamos escrevendo algum conteúdo midiático.

⁸⁸ Filme estadunidense, com direção de Jonathan Dayton e Valerie Faris, foi lançado em 2006.

⁸⁹ Documentário sobre a gravidez precoce no Brasil, lançado em 2006.

⁹⁰ O artigo intitulado “Direitos Humanos, Educação e o Casamento Infantil no Brasil: em pauta os ensinamentos da cobertura midiática” foi apresentado no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2016.

A décima primeira aula foi feriado de 12 de outubro.

Na aula do dia 19 de outubro, décima segunda aula, os alunos foram para o IV Seminário Criança na Mídia, onde tiveram a oportunidade de ouvir três falas sobre a relação Infância, Mídia, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade, no Painel “Direitos Humanos, mídia e diversidade: onde está a criança queer?”, o que se consolidou como um momento de grande aprendizado o qual os alunos gostaram muito.

A partir da décima terceira aula, os alunos tiveram espaço para desenvolvimento do trabalho final da disciplina. Iniciamos a aula falando sobre o Seminário da semana anterior, debatendo as falas dos palestrantes. Nessa aula (26 de outubro), explicamos, então, como seria o trabalho final e pedimos que os alunos se dividissem em 10 grupos com no máximo cinco participantes em cada. Durante as aulas de preparação do trabalho final orientamos os alunos conversando com os grupos e ouvindo a forma como estavam estruturando o trabalho, auxiliando-os no que era necessário para a realização da atividade.

A décima quarta aula foi feriado de 02 de novembro.

Na décima quinta e na décima sexta aula (dias 09/11 e 16/11), trabalhamos com os alunos nos projetos, disponibilizamos para a turma o laboratório móvel de informática para que pudessem realizar as pesquisas necessárias para a montagem do trabalho.

Na décima quinta aula, ainda, entregamos para os alunos um questionário com perguntas relacionadas aos temas trabalhados em aula para posterior uso na Dissertação, tudo com o devido consentimento dos alunos que assinaram o termo livre e esclarecido de participação na minha pesquisa e liberaram o material produzido por eles em aula, para que eu os utilize nas minhas análises.

As aulas de número 17 e 18 foram as das apresentações dos projetos finais. Dividimos as apresentações em duas aulas com cinco grupos cada. Em cada um dos dias tivemos as apresentações dos grupos e as entregas dos materiais produzidos por eles, após o conjunto de apresentações abríamos para o debate sobre os trabalhos.

Na décima oitava aula, além da apresentação, tivemos um debate inicial sobre a cobertura da tragédia com o avião que levava o time da Chapecoense para o jogo de futebol na Colômbia⁹¹, foi um debate muito bom e nele pude perceber que muitas das coisas debatidas ao longo do semestre tinham sido entendidas pelos alunos. Isso ficou explícito na forma como criticaram o sensacionalismo de alguns portais de notícias, ao falarem sobre a grande cobertura, e, em especial, ao falarem do Outro.

⁹¹ No dia 29 de novembro de 2016 o avião que levava a delegação de futebol da Chapecoense (77 pessoas) para a final da Copa Sul-Americana, caiu próximo a Medellín, deixando 71 mortos e 6 feridos.

Todos os trabalhos ficaram muito bons, com propostas diferentes e inovadoras, desde campanhas em revistas a estratégias de marketing em lojas de brinquedo. Ressalto aqui a produção de um dos grupos, que realizou uma palestra na escola de Ensino Médio na cidade onde estudaram. Os trabalhos finais desenvolvidos na disciplina farão parte do corpus de análise da minha Dissertação. Para tanto, as apresentações foram todas gravadas em áudio, para que os discursos dos alunos possam ser analisados.

A décima nona aula foi de fechamento da disciplina onde os alunos tinham uma atividade no *BlackBoard* onde deveriam contar como se enxergavam após a disciplina enquanto comunicadores.

A vigésima aula, no dia 14 de dezembro, não precisou ocorrer, pois nenhum aluno ficou em avaliação complementar.